

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**GUILHERME PEREIRA FONSECA
ORIENTADOR: Dr. MATHIAS SEIBEL LUCE**

**A crítica à estratégia democrático-nacional nas formulações da Polop
(Organização Revolucionária Marxista Política Operária):
do surgimento da Polop até o golpe de 1964.**

PORTO ALEGRE, 2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

GUILHERME PEREIRA FONSECA
ORIENTADOR: Dr. MATHIAS SEIBEL LUCE

A crítica à estratégia democrático-nacional nas formulações da Polop (Organização
Revolucionária Marxista Política Operária):
do surgimento da Polop até o golpe de 1964.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito da obtenção do diploma de
bacharel em História, sob a orientação do Prof. Dr.
Mathias Seibel Luce.

PORTO ALEGRE, 2018

*Para todos os trabalhadores
que lutam pela emancipação humana.*

AGRADECIMENTOS

O momento de agradecer é fundamental num trabalho realizado a muitas mãos. Foi nesse processo coletivo que consegui percorrer o caminho estabelecido junto a meus camaradas no início do semestre. Transformar um acúmulo coletivo de militância política em ciência, através dessa pesquisa, não foi uma tarefa fácil.

Meu mais sincero agradecimento aos monitores e camaradas que me deixaram de “miolos fritos”. Alexandre, Angel, Bia, Debora, Elisa, Gabi, Giliane, Janine, Marcel, Mateus, Nanda, Sibebe Priscila, Roberta, Thainá e Vanessa. Vocês são minhas referências.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Mathias Seibel Luce, que aceitou prontamente me orientar nessa pesquisa, me cedeu generosamente a documentação do acervo do CEDEM (Centro de Documentação e Memória) da UNESP, ajudou nas minhas dificuldades e a seguir minhas reflexões com autonomia. As conclusões e linhas argumentativas presentes no trabalho são de minha responsabilidade. Ao departamento de História da UFRGS, seu corpo de professores e trabalhadores da Biblioteca do Vale, Fabico e Faced, muito obrigado!

Ao Frederico Bartz, com indicações para o referencial das questões de imprensa operária e ao Noberto Lineker, que gentilmente indicou vários trabalhos e pesquisas sobre a Polop.

Ao CEDEM da UNESP e ao Centro de Estudos Victor Meyer, por fazer a preservação e a difusão da herança política da Política Operária que foi por onde tomei contato com a POLOP. Ao Núcleo de Pesquisa Histórica (NPH), nas pessoas do Francisco e Marisângela.

Não poderia deixar de agradecer a minha companheira Mariana que me encorajou a concluir essa etapa da graduação, ouviu-me nos momentos mais difíceis, me apoiou nas minhas inseguranças, na correção e formatação. Esteve sempre ao meu lado. Muito obrigado!

Aos meus pais, pelo carinho e suporte. Ao Pedro Guindani na ajuda na tradução. Aos colegas trabalhadores e bolsistas da CSTI – Centro, que seguraram

nossa rotina precarizada de trabalho quando tive que me dedicar à leitura, fichamento e escrita deste trabalho durante o horário de bolsa.

A solidariedade, a camaradagem e as críticas para a conclusão deste trabalho são características marcantes desse processo coletivo. Tais características me auxiliaram como estudante trabalhador às vésperas da formatura. Isso reforça o lado humano do pesquisador e historiador, dentro do contexto universitário de qualificação da força de trabalho, elementos que tornam muito mais fácil a investigação histórica.

Enfim, a todos, obrigado!

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo apontar alguns elementos a respeito da crítica à estratégia democrático-nacional elaborada pela Organização Revolucionária Marxista – Política Operária - (ORM-Polop) através de seu Jornal, o Política Operária. Usaremos de parte da historiografia sobre os movimentos revolucionários da década de 1960, os debates sobre a formação social do Brasil, bem como material de pesquisa composto por jornais e revistas da Polop. O problema que norteia a investigação é identificar qual a estratégia hegemônica no início da década de 60 e analisar se a Polop, nesta década, tinha formulações que continham divergência com a estratégia colocada em movimento.

Palavras chaves: Marxismo. Revolução Socialista. Esquerda. Polop. Movimento Operário.

ABSTRACT

The present study aims to point out some elements regarding the critique of the democratic and national strategy elaborated by the Organização Revolucionária Marxista – Política Operária - (ORM-POLOP) through its Journal, Operative Politics. We will use part of the historiography about the revolutionary movements of the 1960s, as well as debates concerning Brazil's social formation and also research material including the newspapers and magazines published by POLOP. The problem behind the research is to identify the strategy which reached a hegemonical status in the early 1960s, in order to analyze whether POLOP's premisses stood or not in accordance with that strategy.

Key Words: Marxism. Socialist Revolution. Left. POLOP. Labor Movement.

LISTA DE SIGLAS

ALN – Aliança Libertadora Nacional
CACO – Centro Acadêmico Cândido de Oliveira
CEDEM – Centro de Documentação e Memória da UNESP
CENIMAR – Centro de Informação da Marinha
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CGT – Comando Geral dos Trabalhadores
CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea
CUTRAL – Congresso Unitário dos trabalhadores Rurais da América Latina
EDN – Estratégia Democrático-Nacional
FMP – Frente de Mobilização Popular
IC – Internacional Comunista
IPM – Inquérito Policial Militar
ITT – International Telegraph and Telephone
KPO – Partido Comunista da Áustria
ORM – Polop – Organização Revolucionaria Marxista – Política Operária
PIB – Produto Interno Bruto
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PO – Política Operária
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSD – Partido Social Democrático
PSPB – Programa Socialista para o Brasil
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
SUPRA – Superintendência da Política Agraria
UDN – União Democrática Nacional
ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UNE – União Nacional dos Estudantes
UNESP – Universidade Estadual Paulista
URSS – União das Republicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1.....	16
1.1 O processo de industrialização, a luta de classes no Brasil e o Estado	18
1.2 As contradições entre Indústria e o setor Agroexportador	23
1.3 A cristalização da ruptura entre as Classes.....	24
1.4 O Bonapartismo de Jânio Quadros.....	26
1.5 O Significado Histórico do governo João Goulart e a colaboração de classe	28
1.6 A radicalização política captada pelas manchetes do <i>Política Operária</i>	29
1.7 Análise do processo histórico: uma tentativa de explicar o golpe	33
1.8 Os impasses e contradições da política de conciliação do governo Goulart.....	37
CAPÍTULO 2.....	39
2.1 A Imprensa Operária no Brasil	39
2.2 A Polop e o Política Operária	40
2.3 Política Operária como Fonte	44
2.4 Caracterização das edições citadas no capítulo 1	45
2.5 Revistas da Polop	58
CAPÍTULO 3.....	64
3.1 Estratégia: do campo militar para a Política.....	65
3.2 A via clássica e não clássica da revolução burguesa	67
3.3 Estratégia Democrático-Nacional	69
3.4 O PCB, as fundamentações teóricas e a estratégia em movimento	71
3.6 A <i>nova esquerda</i> e a quebra do monopólio político, teórico e ideológico do reformismo	75
3.6.1 Polop e sua gênese.....	76
3.6.2 Os Objetivos da Polop.....	77
3.6.3 Composição da Polop	78
3.6.4 Inserção nos movimentos sociais e dos trabalhadores.....	80
3.6.5 O debate na Esquerda e as posições da Polop.....	82
3.6.6 O caráter Socialista da Revolução e Programa Socialista para o Brasil	83
3.6.7 A natureza da organização necessária à revolução.....	86
3.6.8 Insurreição e Luta armada.....	87
3.6.9 O Golpe e a contraprova histórica	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
BIBLIOGRAFIA.....	96

INTRODUÇÃO

Durante uma pesquisa despreziosa sobre a Polop, foram encontradas várias fontes digitalizadas, dentre elas, vários jornais, resoluções internas e revistas de debate teórico. Não foi preciso mais que uma rápida leitura nesse material para verificar a atualidade dos debates travados no conjunto da vanguarda de esquerda no marco temporal que foi definido nesse trabalho, que vai de 1961 até 1964.

Relatei as novas descobertas e suas semelhanças com camaradas que integram junto comigo uma organização política de atuação no movimento dos trabalhadores e também no movimento estudantil. Após algumas conversas sobre o tema da minha futura monografia, decidimos coletivamente que essa pesquisa deveria contribuir para o inventário que nossa organização está fazendo, sobre as estratégias brasileiras para a revolução socialista no Brasil.

Depois da definição das fontes de pesquisa, do tema, dos marcos temporais e da tarefa política delegada pela organização, percebemos que o debate feito pelas esquerdas na década de 1960 era mais atual que o imaginado. Os editoriais, manchetes e reportagens a respeito da situação da classe trabalhadora no Brasil permeiam questões que também se fazem presente hoje em dia, como a conciliação de classes, a priorização dos partidos de esquerda nas eleições burguesas, ausência de reflexões do momento histórico vivido numa perspectiva marxista e principalmente a ausência de movimentos sociais e dos trabalhadores com bases organizadas.

O avanço do chauvinismo no Brasil de hoje, com a eleição de uma alternativa reacionária de extrema direita reedita, de certa forma, alguns dos elementos da conjuntura de 1964. Se no passado a ameaça era de um golpe de Estado das forças reacionárias em resposta às mobilizações das massas em torno das reformas de base, melhores condições de vida, hoje a ameaça se apresenta no gerenciamento do Estado burguês, nos moldes democráticos estabelecidos pela constituição cidadã – essa, fruto da redemocratização findado o regime militar.

A reapresentação desse nebuloso cenário para escrever mais uma página da história do Brasil indica que o presente trabalho é pertinente no seu aspecto de inventariar os caminhos da esquerda em busca da revolução. Quando Hegel afirma que os fatos e personagens de grande importância ocorrem duas vezes, Marx

adendou com a célebre frase “*a história se repete, a primeira vez como tragédia e a segunda como farsa.* (MARX, 1852). ” Esse trabalho é uma tentativa de expor algumas percepções do momento histórico estudado, seus rebatimentos no proletariado e nas organizações políticas de esquerda. Falaremos da Polop, dos autores e seus trabalhos que levantaram questões relevantes a respeito da conjuntura para esta pesquisa.

A Polop foi uma organização política que surgiu em 1961 e que, de forma geral, deu muita importância para o debate teórico com as organizações de esquerda. O que unia os militantes era a oposição à linha do PCB, que era hegemônica na esquerda. A ideia da Polop não era substituir o PCB, mas formar uma organização com uma política revolucionária alternativa, com o objetivo de mudar a linha do PCB pois, no entendimento dos militantes, o Brasil não era uma formação social colonial ou semicolonial, mas um país capitalista. Os militantes acreditavam que, entre outros problemas da esquerda no período, a falta de estudo teórico, especialmente a partir de visões não dogmáticas do marxismo, era uma das explicações para a ausência de precisão na análise da conjuntura, se desdobrando em outros problemas como o fato de organizações serem colocadas a reboque de políticas reformistas, importância demasiada na disputa eleitoral, etc.

Na historiografia sobre as esquerdas no Brasil pouco se estudou sobre a Polop. Os trabalhos mais aprofundados são poucos, alguns bem recentes. Uma pesquisa pioneira é a dissertação de mestrado *Política Operária: A Quebra do Monopólio Político, Teórico e Ideológico do Reformismo na Esquerda Brasileira*, de Leovegildo Pereira Leal. O autor analisou as formulações da Polop e do PCB tendo como parâmetro a teoria marxista. Ele afirma que os programas da Polop eram os mais adequados para a realidade brasileira, por serem aqueles que mais se aproximam do marxismo de Marx, ao contrário da política de conciliação de classes, que orientava o PCB naqueles anos. Leal aborda rapidamente a importância da organização dentro do campo da esquerda e justifica o estudo da organização em pesquisa na área da História. Sua dissertação traça um perfil do pensamento do PCB e demonstra a hegemonia que este detinha no cenário, nos anos 1950 e 1960, das organizações de esquerda no interior da classe trabalhadora e como esta hegemonia foi se acabando. Um dos motivos do fim desta hegemonia foi o

surgimento de inúmeros grupos que criticavam as teorias pecebistas. A Polop era um dos principais grupos nesta linha.

Leal propõe estudar a Polop no campo da História das Ideias, pois para a organização a formação teórica de seus integrantes fazia parte de sua prática militante, e era etapa importante da luta de classes. A organização acreditava que a revolução socialista deveria ser levada adiante por um partido de quadros, ou seja, militantes disciplinados com ampla formação teórica e experiência prática de forma dialética.

Outra investigação que se debruçou na história da organização Política Operária foi a dissertação *Polop – As Origens, A Coesão e a Cisão de uma Organização Marxista (1961-1967)*, de Joelma Alves de Oliveira. A problemática proposta pela pesquisadora compreende o surgimento da Polop, quais foram as confluências que permitiu esse surgimento, quais problemas a organização detectou no movimento operário e quais as soluções propostas para organizar a classe operária e realizar a revolução socialista. Oliveira procura mostrar que existiu coesão na Polop, mas esta não foi perene devido às discordâncias dos núcleos regionais e da rigorosidade que o centralismo democrático atingiu na organização após o golpe de 1964.

Ela busca comprovar sua tese da falta de coesão através de entrevistas com ex-militantes que romperam com a Polop, justamente após os problemas decorrentes do golpe, usando estas falas como balizadoras da verdade. A autora se valeu de recursos da historiografia, como os debates ocorridos no interior do PCB. Como fonte primária, utilizou uma variada gama de documentos, jornais e revistas e finalmente, colheu uma série de entrevistas com ex-militantes da organização. Através desses expedientes, a pesquisadora conseguiu apontar alguns elementos sobre as especificidades teórico-práticas da Polop.

Lineker Noberto, por sua vez, defendeu dissertação de mestrado sobre a experiência da Polop nos anos compreendidos entre 1961 e 1964, intitulada *A Experiência Comunista da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (1961-1964)*. Na pesquisa de Norberto, o alvo foi a origem e os primeiros anos da Polop, pois a organização é reconhecida na historiografia da esquerda brasileira pelo caráter peculiar de seu marxismo e pela inovação que representou no campo

das organizações de esquerda na década de 1960. Noberto usa uma farta documentação para sustentar a narrativa do esforço feito pela organização para adentrar nos círculos operários do período.

Outro autor que trabalhou com o tema foi Tiago Oliveira em sua dissertação *Um partido contra a corrente: Teses e disputas da Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (1961-1967)*. O objetivo da pesquisa foi analisar os caminhos percorridos pela Polop na formulação de suas principais teses e as mudanças decorridas ao longo de sua história, especialmente após o golpe civil-militar de 1964. Ele utiliza como objeto de estudo as teses, formulações programáticas e a história da Organização Revolucionária Marxista - Política Operária.

Marcelo Badaró é outro historiador que contribuiu no que diz respeito a bibliografia que engloba temas sobre como as organizações da esquerda brasileira nos anos prévios e posteriores ao início da ditadura militar. Num artigo no livro *História do Marxismo no Brasil*, remonta a trajetória da Polop desde sua fundação até a atualidade dos debates propostos pela organização. Faz um perfil da composição dos militantes da Polop a partir dos processos na Justiça Militar e aponta a inserção da organização nos movimentos sociais, no meio operário, estudantil e militar. Através de entrevistas, da documentação buscada no CEDEM da UNESP e em outros arquivos, faz um debate sobre as bandeiras defendidas pela organização junto aos trabalhadores. Sobre a mesma documentação, faz um panorama sobre a Polop nos debates das esquerdas, tratando do caráter da revolução, a organização necessária à revolução e, por último, a questão da insurreição e da luta armada.

Desde o surgimento das ideias comunistas no Brasil a pergunta “*Qual o caminho para a revolução no Brasil?*” já teve inúmeras interpretações e planos de ação. As respostas oriundas das organizações e partidos de esquerda a esse questionamento tem como mediações a relação com o grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais no Brasil, o processo da revolução burguesa, as configurações do Estado burguês, a organização dos trabalhadores e a luta entre as classes. Ao analisar a década de 1960 e as organizações políticas revolucionárias, essa pergunta parece ter muitas respostas distintas, embora o objetivo da maioria das organizações fosse o mesmo, ou seja, a tomada do poder pelo proletariado

através da revolução socialista no Brasil. Porém, se o objetivo era o mesmo, nem todas as organizações tinham o mesmo *caminho* para chegar ao objetivo. Entender a relação entre o objetivo, o caminho que as organizações revolucionárias (PCB e a Polop) trilharam para a revolução socialista, sobre tudo na década de 1960, as estratégias formuladas e principalmente as leituras da formação social brasileira são os objetivos gerais desta pesquisa. Essa compreensão é fundamental para identificar a estratégia formulada e colocada em prática por essas organizações na década em análise.

Este trabalho consiste em identificar qual a estratégia hegemônica no início da década de 60, e analisar se a Polop, neste período, tinha formulações que continham divergência com a estratégia colocada em movimento. Desse modo, as problemáticas específicas colocada para as fontes que serão investigadas e que nortearão esse esboço de pesquisa são: **Existia uma estratégia hegemônica pela esquerda na década de 60 no movimento dos trabalhadores? Será que essa estratégia era única? Essa estratégia tinha divergência? A Polop tinha críticas a essa estratégia? Em qual momento a estratégia hegemônica foi derrotada? No caso de não haver críticas, qual era então a divergência entre a Polop e o PCB na década de 60?**

Nossa pesquisa busca se diferenciar das demais citadas em dois aspectos; o primeiro deles é a atenção dada à análise das estratégias e alianças políticas para a tomada do poder na década de 1960 pelas organizações de esquerda. O segundo elemento que acreditamos diferenciar, é a crítica às estratégias verificadas nas fontes.

Primeiramente iremos expor uma breve síntese do método utilizado na pesquisa, a configuração do Estado burguês para - a partir desse referencial teórico – analisar no Capítulo 1: o significado histórico do governo João Goulart, sob a ótica das contradições e conflitos apreendidos na bibliografia disponível, valendo-se das contribuições de vários autores. Analisaremos a importância do governo João Goulart na conjuntura de reformas, as contradições de classe latentes, a necessidade de retirar os entraves para o desenvolvimento das forças produtivas, os conflitos decorrentes desse desenvolvimento que marcaram o governo, e o que essas contradições e conflitos desencadearam. Durante o desenrolar da narrativa dessa conjuntura, mostraremos a correspondente opinião da Polop, através do

conteúdo de editoriais, reportagens e artigos contido em seu órgão de difusão, o *Política Operária*.

No segundo capítulo, discorreremos brevemente sobre a imprensa operária e seu desenvolvimento no Brasil. Em seguida, entraremos na análise das fontes, o órgão de difusão dos debates e visões da Polop. Utilizaremos como fontes os Jornais e Revistas para tentar responder as problemáticas propostas pela pesquisa e apontadas, de forma selecionada, na narrativa da conjuntura do Capítulo 1.

Entramos no último capítulo e procuraremos explicitar alguns debates em torno de tática e estratégia para chegar ao debate mais amplo que vem a ser a estratégia hegemônica pela esquerda, ou seja, a estratégia democrático-nacional. Ainda no roteiro proposto, iremos contextualizar o surgimento da Polop no contexto da *nova esquerda* e o debate entre as esquerdas.

Para tanto, foi utilizada a documentação digitalizada da Polop pertencente ao acervo do CEDEM (Centro de Documentação e Memória) da UNESP (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”) e que nos foi disponibilizado prontamente pelo professor Mathias Seibel Luce. Nela encontramos um leque de fontes, incluindo os jornais *Política Operária* que circularam no começo da década de sessenta o qual era o principal meio de comunicação impressa da Polop. Este material também pode ser encontrado no site do Centro de Estudos Victor Meyer, associação civil, sem fins lucrativos que pretende ser um espaço para o desenvolvimento de atividades de reflexão político-ideológica, estudos e pesquisas, com destaque para a divulgação e debate das ideias socialistas, para a formação política dos trabalhadores e para a preservação da memória das lutas operárias.

Utilizamos como base fundamental desta pesquisa dois tipos de fontes. Por um lado, os jornais *Política Operária*, onde foi percebido o resultado dos debates, das disputas internas, e finalmente, as intenções de como organizar a classe trabalhadora. O jornal assume uma função propagandística e de agitação, bem como de convocação para as lutas que se acirraram no período estudado. O outro tipo de documento utilizado como fonte primária foi a revista também chamada *Política Operária*. Esta, em contraste com o jornal, se dedicava a fazer análises mais profundas sobre a realidade brasileira, sobre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, as formas de organização das classes oprimidas e da vanguarda de esquerda. Os textos nestas revistas eram mais densos, contendo os traços teóricos

que nos permitiram entender como a Polop interpretava a movimentação da luta de classes no Brasil. Utilizamos ainda outras fontes que ajudaram a entender melhor o funcionamento da Polop e o conteúdo de suas propostas para o movimento dos trabalhadores.

CAPÍTULO 1

“Todo o começo é difícil — isto vale em qualquer ciência.” Karl Marx

Esse trabalho de conclusão de curso baseia-se no método materialista-histórico-dialético. A análise se dará a partir da teoria marxiana, pois compreende-se que o resgate dessa teoria é a condição fundamental para compreender o mundo em que vivemos e seus rumos atuais, bem como para orientar revolucionariamente o movimento dos trabalhadores (NETTO, 2011; TONET; LESSA, 2011). Para isso, o trabalho busca analisar o processo histórico das lutas dos trabalhadores na década de 60, suas estratégias para a revolução através do Jornal *Política Operária*, da Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (ORM-Polop¹).

O trabalho visa também demonstrar que a abordagem marxiana sobre a luta de classes não está resumida à compreensão de espectros macropolíticos e econômicos, como insistem os críticos e detratores do marxismo. As relações sociais de produção da vida material, na sociedade capitalista, interferem nos mais variados fenômenos da vida social dos sujeitos – no caso deste trabalho de conclusão, nas estratégias para a revolução no Brasil e como isso foi retratado na imprensa operária. Recordando uma importante formulação de Marx, “o modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual” (MARX, 2008, p. 49).

Através do materialismo-histórico, podemos entender que a sobrevivência da humanidade está condicionada à criação dos meios que permitam aos homens e mulheres comer, beber, vestir, morar e outras coisas mais (MARX, 2008) o que se dá mediadamente através do trabalho. Tendo em vista que o ser humano não encontra nenhum *habitat* específico com todas as condições prontas para sua sobrevivência, necessita transformar a natureza para a manutenção da sua vida. A mediação entre o homem e a natureza com o intuito de suprir as necessidades humanas é considerado por Marx (2013) trabalho². É a partir do trabalho que o

¹ Iremos tratar apenas por Polop daqui para a frente, pois foi a sigla pela qual a organização ficou conhecida.

² Este trabalho utiliza o conceito de trabalho baseado em Marx, o qual considera que o trabalho é “um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula, e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporeidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural, numa forma útil para sua

homem se organiza coletivamente, produz instrumentos, transforma a natureza para se manter vivo, ao mesmo tempo em que se transforma a si mesmo.

Para o ser humano é impossível se reproduzir sozinho, assim como sobreviver isoladamente. Ele necessita interagir com outros de sua espécie para garantir sua perpetuação. Ao longo da história, várias foram as formas através das quais os seres humanos se organizaram para produzir sua própria vida. Nas palavras de Marx (2008), essas são as relações sociais de produção, as quais ocorrem de diferentes maneiras em diferentes momentos históricos, a depender do grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais.

Isso significa dizer que existe um acúmulo de trabalho histórico que nos trouxe até aqui, que Marx (2008) chama de forças produtivas materiais. Tratam-se essas da própria natureza, das tecnologias desenvolvidas e, principalmente, dos sujeitos históricos que, através de sua força de trabalho, conformam esse desenvolvimento: os trabalhadores. Esses, no entanto, em relações sociais de produção baseadas na divisão de classes, como na de tipo capitalista, não detêm os meios de produção, e é justamente essa relação social de produção baseada na propriedade privada dos meios de produção que permite ou não o desenvolvimento das forças produtivas materiais e a sobrevivência humana (MARX, 2008).

Diefenthaler (2018) sintetiza a essência do capitalismo na manutenção da propriedade privada e na exploração da burguesia, uma minoria proprietária dos meios de produção, sobre o proletariado, a maioria absoluta da sociedade, produtora da riqueza. Para uma minoria controlar uma maioria e se manter enquanto classe dominante necessita de elementos jurídicos, políticos e da consciência social (ideologia), o conjunto desses elementos é chamado por Marx de superestrutura e que vem a ser o Estado Burguês.

As intervenções estatais são necessárias e construídas devido à contradição que emerge da necessidade do modo de produção de manter a relação social e da necessidade das forças produtivas materiais de se desenvolverem, ou seja, a luta de

própria vida. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio." (MARX, 2013, p. 327).

classes. Na sua grande maioria, são tomadas medidas de proteção ao capital, que atingem diretamente a força de trabalho.

Dito de outra maneira, essa tensão entre o capital e o trabalho é a luta de classes. Quando as medidas exigidas pelo capital, através do Estado, ameaçam a vida da classe trabalhadora³, há a agudização da luta de classes. O acirramento dessa tensão ameaça o modo de produção capitalista, que, para se manter, aciona novamente o Estado com outras tantas medidas, que podem ser de coerção ou de consenso (MARX, 2008).

Essas reflexões a respeito do funcionamento da sociedade dividida em classes são necessárias pois servem de bússola para os estudos que pretendem-se expor. As relações entre o capital e trabalho estão presentes desde que o capitalismo sepultou o modo de produção anterior, impondo ao globo uma produção de riqueza nunca antes possível. Como foi dito antes, as relações de produção da vida material, de tempos em tempos, tornam-se em entraves para a continuidade do desenvolvimento das forças produtivas materiais. O resultado desse conflito de classes entorno do entrave, é o pano de fundo desta pesquisa.

1.1 O processo de industrialização, a luta de classes no Brasil e o Estado

Segundo Marini (2013), a história política brasileira apresenta no século XX, duas fases bem distintas: a 1ª, que vai de 1922 até 1937, é marcada por uma agitação social empurrada por rebeliões e pela revolução de 1930. As buscas por industrialização datam de 1914, principalmente com a 1ª Guerra Mundial e a substituição de importações. Somado a isso, a crise de 1929 manteve a capacidade de importação a níveis baixos, acelerando o processo de industrialização.

O processo de industrialização sempre esteve subordinado, em menor ou maior grau, às economias dominantes. Nessa primeira fase, nossa economia basicamente produzia mercadorias para abastecer o mercado internacional que

³ Neste trabalho será utilizado o conceito de *classe trabalhadora* expresso por Marx e Engels no *Manifesto Comunista* (1848), por conter as determinações gerais da caracterização que está sendo buscado: “Por proletários, [entende-se] a classe dos modernos trabalhadores assalariados que, não possuindo meios próprios de produção, dependem da venda de sua força de trabalho para sobreviver” (MARX; ENGELS, 2005, p. 84).

estava se recuperando do pós-guerra e da grave crise econômica. Vania Bambirra⁴, explica a lógica das duas fases do processo de industrialização no Brasil.

No início o dinheiro oriundo das exportações permitia que a incipiente burguesia industrial brasileira comprasse máquinas como mercadorias no mercado internacional. Depois da 2ª Guerra Mundial, dentro da lógica do Imperialismo na sua fase monopolista, o processo de aquisição das máquinas passou de simples compra de mercadoria para investimento de capital, onde processos produtivos inteiros são deslocados para as economias da periferia capitalista na forma de exportação de capitais, com a instalação de parques fabris sob controle monopolista do capital estrangeiro, remetendo os lucros para as sedes das companhias, localizadas nos países centrais do capitalismo.

O suicídio de Getúlio Vargas marca o fim de um governo e a eclosão das contradições que vinham sendo gestadas no processo de desenvolvimento econômico do Brasil. A expansão econômica baseada nas exportações encontrou um cenário internacional de certa forma favorável com a crise mundial de 1929 e com a 1ª Guerra Mundial, mas nos anos 50 esse cenário mudou. A análise dos governos que antecederam João Goulart (Jango) e suas medidas políticas estão inseridas nesse contexto de desenvolvimento das forças produtivas materiais.

Nesse contexto encontra-se o esforço da burguesia industrial para colocar os recursos econômicos disponíveis e o aparelho do Estado a seu serviço, rompendo ou pelo menos, desrespeitando o compromisso fixado em 1937⁵. Esse “*desrespeito*” se dá, pois, as condições às quais essas regras se basearam estavam deterioradas. O crescimento industrial constante e as dificuldades encontradas no setor externo fizeram com que a complementaridade existente até então entre desenvolvimento industrial e atividades agroexportadoras se convertesse numa oposição desses dois setores. Se não bastasse essa ruptura no seio das classes dominantes, as massas em busca de novas conquistas sociais rompem o dique que Vargas e o Marechal Dutra haviam mantido. A força das massas, em crescimento desde a eleição de

⁴ Em depoimento para o documentário: Ruy Mauro Marini e a dialética da dependência, produzido pela Editora Expressão Popular e pela Escola Nacional Florestan Fernandes. 51 min, 2014.

⁵ Ver em MARINI, Ruy Mauro. Subdesenvolvimento e Revolução. Florianópolis: Editora Insular, 2013. Pg. 75.

Vargas é estimulada pela burguesia, que nela se apoia para quebrar a resistência das antigas classes dominantes.

Essa aliança era possível pois existiam interesses em comum, onde a burguesia, ao propor um amplo programa de expansão econômica, abria perspectivas de emprego nas cidades e de elevação do nível de vida da classe operária e dos setores médios. Essa aliança se expressa politicamente em um comportamento homogêneo e foi acentuada pela burguesia pelo manejo das lideranças sindicais (através do Ministério do Trabalho) e com o impulso dado às ideias nacionalistas. Tudo isso permitiu à burguesia um controle ideológico relativo sobre as massas. Com essa correlação de forças, Vargas define uma política progressista e nacionalista que pode ser exemplificada pela criação, por exemplo, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), concretização do Plano SALTE (programa de investimento em alimentação, saúde, transporte e energia), o plano rodoviário nacional, plano nacional de eletrificação, a renovação da marinha mercante e do sistema portuário, o projeto de monopólio estatal do petróleo e da energia elétrica.

Jango, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), entra na cena política nacional quando, em 1953, Vargas o nomeou ministro do Trabalho com a intenção de atrair o apoio do operariado. Tal medida foi acompanhada do envio para o congresso do projeto de lei que limitava os lucros extraordinários e de pronunciamentos favoráveis às restrições das remessas de lucros. O esforço para mobilizar as massas operárias custou seu cargo no ministério. Jango, ao aumentar em 100% os salários que estavam congelados havia muitos anos, somado aos ataques lançados às oligarquias dominantes e à exploração imperialista durante o I Congresso Nacional da Previdência Social, assustou as classes dominantes. Goulart estava rodeado por dirigentes comunistas e os conservadores temiam uma república sindicalista no estilo de Perón. Na carta encaminhada ao presidente Vargas, Jango escreveu:

Tenho absoluta convicção de que agi com dignidade, preferindo ficar ao lado dos trabalhadores a pactuar com os inúmeros advogados de interesses espúrios que muitas vezes bateram às portas do meu gabinete, pretendendo especular com o

sofrimento e a desgraça do povo. Não pretendo recuar do caminho que até agora venho seguindo. Continuo ao lado dos trabalhadores. Apenas mudo de trincheira.⁶

Para Vargas, era o princípio do fim. Marini (2013) descreve que a reação da direita foi tão forte, que, para contornar a fúria da oposição, o presidente Vargas decreta a lei de segurança nacional, que inaugura o marco jurídico que se tornou base para a repressão do movimento popular após o golpe; também se prorrogou e ampliou o acordo militar com os EUA, colocando as forças armadas brasileiras definitivamente sob influência do Pentágono.

Dentro do programa de expansão econômica proposto por Vargas, a reforma cambial foi o exemplo de melhor política de conciliação uma vez que criou um aumento das exportações e um controle da importação, controlando provisoriamente as contas do país. Com a queda do preço do café e a redução do volume das exportações brasileiras no ano de 1954, a balança comercial voltou a apresentar *déficit*, lançando a economia novamente numa crise. Internamente, a inflação lançou o movimento operário a reivindicar reajustes salariais, agora com a ferramenta das greves, cujo direito foi conquistado.

E sob esse cenário de crise e agitação política que a direita conservadora sob a direção do jornalista Carlos Lacerda intensifica a campanha contra o Presidente Vargas. Sua política de conciliação estava esgotada e acabou por afastar as massas organizadas, principalmente pelos comunistas. Com a tentativa frustrada de assassinar Lacerda, envolvendo alguns membros do gabinete de Vargas, sua renúncia era exigida. No dia 24 de agosto de 1954, virtualmente deposto, Vargas se suicida, dando um tiro no coração. Em sua mensagem póstuma, divulgada por Jango, Vargas cita forças e interesses contrários ao povo, numa denúncia dos grupos econômicos nacionais e internacionais. Parecia chegar ao fim um período em que o Brasil esteve mergulhado em contradições oriundas do processo de desenvolvimento do capitalismo. Mas essas prosseguiram.

O que deve ser considerado desse período, segundo Marini, é a expansão da indústria nacional, decorrente do sistema semicolonial de exportação que

⁶ Carta de Goulart a Vargas, Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 1954. <http://memorialdademocracia.com.br/card/goulart-entrega-carta-de-demissao/docset/1577>. Acessado em 11/12/2018.

caracterizou toda a economia brasileira antes dos anos de 1930. Essa indústria não sofreu uma concorrência implacável do mercado externo devido às condições excepcionais criadas pela crise de 1929 e pelo conflito mundial. Se o compromisso político de 1937 teve como base essa realidade, nos anos de 1950 a situação se modificou. Enquanto a indústria se empenha em manter as altas taxas de câmbio, colidindo com os interesses cambiais do setor agroexportador, esse mesmo setor já não consegue oferecer às indústrias as divisas necessárias. Com a intervenção do governo para garantir os lucros dos plantadores e exportadores, falta dinheiro para ser destinado a atividade industrial. A crise no setor externo da economia expressa a ruptura da complementaridade que havia caracterizado as relações da indústria com as atividades agroexportadoras. As lutas políticas de 1954 refletiam a agudização das contradições da sociedade brasileira e terminaram com uma trégua, não com uma solução.

Café Filho, vice-presidente de Vargas, e integrante do Partido Social Progressista (PSP), assumiu a presidência e tentou uma solução, mas seu ministério representava muito bem a direita conservadora, e seu governo estava diante de um beco sem saída. O ministério da fazenda foi entregue para Eugênio Gudin, abertamente favorável à mais estreita colaboração com o capital estrangeiro e contrário a qualquer programa intensivo de industrialização. O governo de fato abandonou os arrojados projetos de Vargas e promoveu uma abertura ainda maior ao capital externo, com a *Instrução 113* da SUMOC⁷ utilizada para produzir um novo equilíbrio social e político, sob a égide de frações do capital, crescentemente integradas no capital estrangeiro.

Num cenário de escassez de divisas para investir, Marini (2013) indica uma tomada de decisão que mudou o contexto, no que diz respeito a entrada de capitais estrangeiros na economia brasileira. A burguesia industrial beneficiou os grupos estrangeiros ao aceitar os capitais externos, e fez isso para evitar o colapso do sistema industrial. Permitiu a entrada e ação dos grupos capitalistas estrangeiros, renunciando à política nacionalista que havia sido projetada por Vargas. Em outras palavras, a burguesia industrial nacional, para sobreviver, teve que permitir a entrada

⁷ Medida que permitia a entrada de máquinas e equipamentos no país por empresas estrangeiras sem que tivessem cobertura cambial, exigência mantida para empresas nacionais.

de capitais estrangeiros, principalmente norte-americanos. Era isso ou o seu fim como fração da classe dominante.

1.2 As contradições entre Indústria e o setor Agroexportador

Com a presidência de Juscelino Kubitschek (JK), do Partido Social Democrático (PSD) de Minas, e de seu vice, João Goulart do PTB gaúcho, o governo se empenhou em lançar um ambicioso programa de desenvolvimento econômico, o Plano de Metas. Moniz Bandeira (1977) ao se referir ao plano de metas e seus desdobramentos na economia brasileira diz que:

Os interesses estrangeiros não mais podendo deter o desenvolvimento do Brasil, procuraram dirigi-lo e ajustá-lo à redivisão internacional do trabalho, empreendida pelo sistema capitalista após a guerra de 1939-1945. (BANDEIRA, 1977. Pág. 17.)

Ao analisar o plano, identifica-se facilidades tarifárias e estímulos fiscais à iniciativa privada, porém, o plano respaldou-se principalmente no investimento público em setores básicos e na entrada de capital estrangeiro. O custo dessa expansão econômica previa um investimento em obras públicas e construção civil. JK decidiu alocar esses recursos na construção de uma nova capital, Brasília. E estimulou principalmente a indústria automobilística, com a atração de investimentos externos e o estímulo ao modelo rodoviarista na matriz de transportes.

Essa expansão econômica permitiu, segundo Marini (2013), um salto de qualidade nas relações de classe. Podemos verificar isso na participação do capital estrangeiro nas atividades de infraestrutura, na indústria leve e na pesada. Outra grande parcela desse capital não pode ser exatamente mensurada, pois vieram associados a empresas nacionais, que procedendo dessa forma, aproveitaram a facilidade criada pela *Instrução 113* para a importação de equipamentos sem cobertura cambial. Podemos concluir que em virtude do crescimento exponencial da intervenção do fator estrangeiro na economia e devido aos laços estabelecidos entre o setor nacional e os grupos econômicos internacionais, vemos a participação do capital externo crescer de influência na sociedade brasileira. Bandeira (1977) ao analisar as implicações da Instrução 113, converge com a análise de Marini (2013):

A instrução 113 tanto prejudicou o crescimento da indústria nacional de bens de produção, que possibilita ao país substituir as importações num setor vital para a reprodução capitalista, quando incentivou a transferência do controle acionário das empresas brasileiras para as corporações internacionais, em outras palavras, animou o fenômeno conhecido como desnacionalização. E a industrialização prosseguiu sob o comando de capitais estrangeiros, cujos países de origem se reservavam a produção de bens de capital, a tecnologia e o nervo financeiro, como condição de sua preeminência, na redivisão internacional do trabalho. (BANDEIRA, 1977. Pág. 18.)

A ampliação da participação estrangeira tem outra consequência na relação entre o setor industrial e o agroexportador. A deterioração econômica não representou em diminuição da força política do setor ligado ao campo, pois o domínio sobre as massas camponesas ainda era decisivo no jogo eleitoral e principalmente na dependência que a indústria ainda tinha com a exportação, pois era a fonte de divisas para suas importações. Na fase de execução do Plano de Metas, ficou evidente a trégua entre os setores industriais e os grupos agroexportadores, traduzindo-se num aumento da solidariedade mútua, graças à influência do capital externo investido na indústria.

Essa trégua é abalada com o surgimento de problemas no campo relacionados a rígida oferta de bens agrícolas frente a uma demanda urbana crescente. O que restringe essa oferta foi o atraso do campo determinado pela sua estrutura agrária arcaica, obsoleta e que conflita os interesses sociais e materiais da classe trabalhadora. Marini (2013) alerta que esse cenário é que determinará o debate político da burguesia industrial a partir de 1960, o binômio: política externa independente e reformas de base, visando novos mercados e principalmente a reforma agrária, para destravar a rígida oferta de bens agrícolas. Esse mesmo binômio, que se apresentou de forma explosiva no governo Vargas - desencadeando seu suicídio - se apresentava novamente, com maior violência.

1.3 A cristalização da ruptura entre as Classes

Graças ao arrendamento da terra, a estrutura agrária brasileira permite a drenagem de grande parcela da riqueza produzida no campo para uma minoria de grandes proprietários. Esse cenário fica ainda mais grave com a introdução de qualquer tecnologia no campo, como a utilização de equipamentos ou fertilizantes, pois isso não implica na melhoria de vida do camponês, pelo contrário, gera uma

intensificação da exploração da força de trabalho, desemprego, forçando o trabalhador rural a emigrar para as cidades. Esse êxodo rural além de incrementar o triste quadro das favelas, também diminui ainda mais os níveis salariais urbanos, devido ao aumento do exército industrial de reserva.

Esse cenário é o pano de fundo para o surgimento das ligas camponesas que rapidamente se espalha pelo país. Nos canaviais do Nordeste, nos campos do Sul, chegando até mesmo no velho e oligárquico estado de Minas Gerais. A reforma agrária passa a ser um dos fatores mais importantes da luta de classe no Brasil, já que a relação campo-cidade interfere diretamente no preço dos alimentos, no salário, atingindo dessa forma também as camadas médias. Bandeira (1977) descreve como a questão agrária entrou em pauta:

As invasões de terras se sucederam e se alastraram pelos estados [...], por todo o país, como consequência também da exploração capitalista, que desintegrava a economia rural, acentuando o desemprego e a fome nos campos. Era necessária a reforma da propriedade agrícola[...] inclusive para possibilitar a ampliação do mercado interno. Mas a burguesia brasileira, subordinada às finanças internacionais e ligada umbilicalmente ao latifúndio, de onde se originara parte do seu capital, relutava em promover ou mesmo rechaçava qualquer mudança na estrutura agrária, embora a situação dos trabalhadores agrícolas se deteriorasse cada vez mais, a violência eclodindo em algumas regiões do país. (BANDEIRA, 1977. Pág. 54.)

As altas dos preços dos alimentos, a inflação e principalmente os baixos salários passaram a ser contestados. A classe trabalhadora organiza-se em sindicatos⁸. Mesmo a legislação não permitindo lutas unitárias, os trabalhadores contornam as restrições de organização e enfrentam os problemas resultantes da expansão econômica orientada pela exploração capitalista.

Lowy (1960), no artigo “*Notas sobre a questão agrária no Brasil*”⁹ traz dados do censo de 1940 e identifica o campo brasileiro como essencialmente capitalista, sendo o perfil delineado da seguinte forma: Proprietários e capitalistas rurais 2,67%, pequenos proprietários 27,2%, rendeiros, parceiros ou colonos 32%, e assalariados agrícolas 33,47%. Em conclusão, a esmagadora maioria da população agrária do país, composta de 65,47% de camponeses sem-terra e dos 27,2% de pequenos

⁸ Política Operária nº 2, abril de 1962. Rio de Janeiro. pg. 12, CEDEM/ UNESP. Na reportagem “*Problemas do movimento camponês no Nordeste*”, relata o surgimento das ligas camponesas.

⁹ Publicado na Revista Brasiliense de setembro/ outubro de 1960. São Paulo. Pg. 59.

proprietários, constitui uma imensa massa de ínfimo nível de vida, explorada direta e indiretamente por um exíguo grupo de latifundiários capitalistas

A classe dominante normalmente procura melhorar sua participação no montante de riqueza produzida com o deslocamento do fundo de consumo dos trabalhadores para o fundo de acumulação do capital, como mecanismo de acumulação de capital. Marini (2013) constata que no começo dos 1960, a aceleração da inflação indicava uma luta entre preços e salários, se mostrando ineficaz como instrumento de acumulação ao mesmo tempo que agudizou a luta de classes. O desenvolvimento econômico que o país viveu desde a segunda década do século XX havia produzido uma crise que pôde ser contornada, em 1954, graças ao insuficiente grau de acirramento da contradição que continha. Nos primeiros anos da década de 1960, porém, tais contradições assumiram um caráter muito mais grave, não somente a partir do ponto de vista das relações externas, mas também desde as oposições que tinham se desenvolvido no próprio interior da sociedade. A ruptura vertical, que opunha a burguesia industrial ao setor agroexportador e aos grupos estrangeiros, em 1954, somava-se agora, horizontalmente, a oposição entre as classes dominantes como um todo e as massas trabalhadoras do campo e da cidade.

1.4 O Bonapartismo de Jânio Quadros

Jânio Quadros foi eleito presidente e assume em janeiro de 1961. Mesmo com apoio da UDN, não consegue eleger seu vice-presidente da chapa. O eleito para vice é João Goulart. Jânio, procurando parecer não partidário, propunha a modificação de fórmulas antiquadas, uma abertura a novos horizontes, que conduziria o Brasil a uma nova fase de progresso, sem inflação, em plena democracia.

Coube ao vice Jango, juntamente com o ministro das relações exteriores, San Tiago Dantas, encabeçar uma nova política externa que pode ser analisada nos diferentes aspectos: envio de delegação para a assembleia geral das Nações Unidas, abertura de embaixadas, condecoração de Ernesto Guevara, busca de novos parceiros comerciais na China, no continente Africano e a retomada das relações diplomáticas com URSS. Segundo Bandeira (1977), a nova orientação da

política externa ainda defendeu a autodeterminação do povo cubano na conferência de *Punta del Este*, rechaçando as sanções contra a ilha caribenha proposta pelos Estados Unidos como ensaio para uma intervenção armada, sob a cobertura da Organização dos Estados Americanos (OEA). Porém a OEA expulsou Cuba e aprovou uma declaração condenando sua adesão ao marxismo-leninismo, ao comunismo, como incompatível para o sistema interamericano.

Essas posturas na política exterior, principalmente os acontecimentos na Conferência de *Punta Del Este*¹⁰, fizeram com que quase toda a opinião pública nacional se expressa favoravelmente a atitude de San Tiago Dantas. Por um momento, o governo se fortaleceu com sindicatos, associações de classe, entidades estudantis e câmaras municipais manifestando sua aprovação.

Com as coisas dando certo no âmbito exterior, Jânio convoca a população a aceitar o sacrifício em nome da uma política de austeridade. Porém, suas políticas de austeridade e cambial, baseada principalmente no congelamento de salários, restrição ao crédito e combate à especulação fora combatida pela esquerda, pela burguesia comercial, pelos produtores de café e os setores industriais que ainda estavam em fase de implementação. Propôs ao congresso medidas que atacaram no bolso dos especuladores comerciais e dos latifundiários. Ao abrir tantas frentes, fez muitos inimigos entre os setores que vão desde os comunistas até a extrema direita.

Jânio se ampara apenas em sua força pessoal, desconsiderava o respaldo popular e militar para suas decisões. A campanha de ataques nos jornais, principalmente capitaneadas por Lacerda tinham objetivo de conter suas medidas, não atacaram frontalmente o presidente que estava cercado por um ministério conservador. Jânio renuncia para dar um golpe no golpe em curso, ou seja, superestimando seu crédito político e tendo Jango como vice (e em viagem à China comunista), Jânio traçou a “clássica estratégia bonapartista”. O presidente acreditava que a ausência legal de representante poderia levar o país ao caos e seu nome seria reconduzido ao governo, com força maior que congresso, partidos e

¹⁰ Onde o secretário de Estado Norte Americano Dean Rusk chegou a assumir que não compreendia o significado de *não-intervenção*, porque uma potência como os Estados Unidos sempre se intromete nos assuntos internos de outras nações, mesmo quando deixava de fazê-lo. (BANDEIRA, 1977. Pág. 47.)

militares, estancando a possibilidade de derrubada articulada pela direita, sob a liderança de Lacerda.

1.5 O Significado Histórico do governo João Goulart e a colaboração de classe

Jânio renuncia, e sua previsão se realiza parcialmente. A renúncia leva o país à beira da guerra civil, mas as massas saem às ruas para fazer um enfrentamento à direita e defendem um nome que tinham muito mais identificação, o nome gritado era de João Goulart, muito mais ligado às direções das massas.

Uma tentativa orquestrada pelos ministros militares de Jânio de submeter o país a tutela militar, anunciando o que ocorreria em 1964, fracassa graças à rede da Legalidade agitada desde o Rio grande do Sul, sob o comando do Governador Brizola. Jango toma posse de um governo enfraquecido pela condição imposta para assumir a presidência, a substituição do regime presidencialista pelo regime parlamentarista.

Era uma trégua, mas Jango não aceitou a situação. Desde o primeiro dia, colocou em movimento uma campanha violenta para desmoralizar o parlamentarismo e fundir o poder do regime nas bases presidencialistas. Se por um lado a política externa no contexto da Guerra Fria era mantida por Jango e adquire cada vez mais dinamismo, a política interna encontrava-se inerte, fruto da estagnação do parque industrial brasileiro e do impasse que as tensões sociais haviam chegado. Por um lado, a taxa de investimento declinava enquanto os movimentos reivindicativos da classe operária e da pequena burguesia se radicalizaram. Em síntese, podemos sugerir que nenhuma classe conseguia impor uma solução.

Para se manter fiel a seus princípios, Jango reforçou sua posição no movimento sindical para reequilibrar as forças políticas. Surge o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) que supera os obstáculos imposto pela legislação do Estado Novo, que atrelava o movimento sindical ao Estado e caminha em direção a unificação da direção sindical. Apoiado pela CGT e pela fração militar progressiva que se cercou, Jango vence o plebiscito em janeiro de 1963, que retorna o país para o presidencialismo.

O governo inaugura uma nova fase, colocando como tarefa a resolução da situação de deterioração econômica, que pode ser verificada nos indicadores de diminuição da taxa de crescimento do PIB (em 1961 era de 7,7% e em 1962 era de 5,5%). O caminho proposto a ser trilhado pelos brasileiros era o chamado Plano Trienal de desenvolvimento (1963-1965). De forma geral, tratava-se de um conjunto de medidas para retomar o crescimento econômico, estabilização da moeda, renegociação da dívida externa e disciplinar o mercado interno de capitais. Além dessas medidas, o Plano Trienal indicava uma série de diretrizes para reformas estruturantes: agrária, ministerial, bancária e fiscal.

O fracasso do plano não pode ser explicado por si próprio, ou seja, por um planejamento falho, mas sim na contradição da própria base do governo. Goulart assumiu a presidência num movimento popular em agosto de 1961, que garantiu a posse, e passou pelo plebiscito que restaura o poder centralizado na figura do presidente. Porém, do ponto de vista da burguesia, esse governo deveria restabelecer as taxas de lucro, tornar os investimentos novamente rentáveis. Para desatar esse “nó”, o governo deveria a curto prazo disciplinar o mercado existente, contendo os movimentos reivindicatórios dos trabalhadores e ao longo prazo, ampliar o mercado interno através de uma reforma agrária que, enquanto não desse resultado, seria compensada pela ampliação do mercado externo, resultado da política externa dinâmica colocada em prática. A síntese expressa por Marini (2013) é a de um governo popular com medidas impopulares.

1.6 A radicalização política captada pelas manchetes do *Política Operária*

A saída às ruas pelo movimento de massas ainda em 1961 acelerou as contradições na sociedade e não poderia ser diferente nas organizações de esquerda, que até o início da década de 60 se dividia basicamente entre o Partido Comunista e a ala esquerda do nacionalismo. As contradições dentro do campo da esquerda geraram diversas rupturas no monopólio marxista e em janeiro de 1961 constituiu-se a Organização Revolucionária Marxista, mais conhecida como Polop, devido a seu jornal de propaganda, *Política Operária*. É em janeiro de 1962 que a primeira edição do órgão da Polop é lançada, contendo um balanço dos 204 dias do governo de Jânio Quadros. De forma geral, o jornal reflete a opinião da organização

referente à conjuntura de acirramento da questão agrária¹¹ e defendendo o que seria a principal proposta da Polop para a conjuntura, a criação de uma Frente única dos trabalhadores da cidade e do campo.

As rupturas que atingiram o PCB deram origem ao PC do B e outras organizações. Em Minas Gerais cria-se o Movimento Radical Tiradentes (MRT), e por iniciativa de grupos ligados à Igreja católica, surge a Ação Popular (AP). Mas o cenário não é apenas de rupturas, pois surgem correntes formadas em torno de figuras como os Governadores Miguel Arraes e Leonel Brizola que convergem na criação da Frente de Mobilização Popular (FMP), onde se encontra a CGT, associações de Marinheiros e Sargentos, a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a Confederação dos trabalhadores Agrícolas. A reunião desses setores na FMP não impediu que a ala radical fizesse duras críticas à ala reformista, encabeçada pelo PCB, no que se refere à posição que devia ser assumida frente ao governo de Jango.

Como se trata de uma luta, o aumento dos movimentos dos trabalhadores e sua polarização refletida em várias organizações repercute também sobre as classes dominantes e suas formas de organização. Nas cidades, a burguesia industrial formou “sociedades de estudos” - o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais¹² (IPES) que tinha o objetivo de reunir fundo para atuação contra o governo. Milícias Anticomunistas como o Grupo de Ação Patriótica e a Patrulha Auxiliar Brasileira são montadas com apoio de governadores como Lacerda e Adhemar de Barros. No campo, lutando contra a reforma agrária, os latifundiários, sob a direção da Sociedade Rural Brasileira, também começaram a armar milícias¹³ que agem principalmente no Nordeste.

As mobilizações das classes dominantes contavam com o apoio operacional da Embaixada norte-americana na pessoa de Lincoln Gordon, com a ajuda técnica e financeira da Agência de Inteligência Americana (CIA) e da força especial do exército norte americano “*Boinas verdes*”. Essa intervenção se dava por diversos

¹¹ Política Operária, nº 1, janeiro de 1962. Rio de Janeiro. pg. 6 e 7. CEDEM/ UNESP. Ver *Reforma agrária ou revolução no congresso dos camponeses*.

¹² Política Operária nº 2, abril de 1962. Rio de Janeiro. pg. 5, CEDEM/ UNESP. Ver *Burguesia no Brasil tem nova arma: IPES*. O jornal denuncia a função do Instituto: desencadear a repressão econômica através do financiamento dos candidatos alinhados aos interesses conservadores.

¹³ No Política Operária nº 3, maio de 1962. Rio de Janeiro. pg. 4. CEDEM/ UNESP. Ver *Paraíba: Não se mata camponês impunemente* que retrata a violência do latifúndio.

meios, desde verbas da “Aliança para o Progresso”¹⁴ que dirigiam dólares, sem passar pelo governo federal, para governadores “capazes de dar sustento a democracia” até o financiamento do Instituto Brasileiro de Ação Democrática, que tinha representantes parlamentares, candidatos e eleições financiadas.

O panorama das mobilizações das classes dominantes mostrava que a forma na qual o governo de Jango se formara estava no limite. A inflação corroendo os salários dos trabalhadores, a queda da produção industrial, encaminhando para um quadro de recessão, somado ao pânico difundido pelos grupos reacionários fizeram a burguesia se afastar de Jango. A expansão do setor estrangeiro na economia, sua infiltração no campo industrial e sua organização no plano político diluíram a resistência da classe dominante. Goulart fracassou em conter o movimento reivindicatório das massas, incluindo aí a rebelião dos sargentos de setembro de 1963¹⁵, levando o Plano Trienal a pique,

A ruptura da burguesia com Goulart foi agravada quando a pequena burguesia, uma não-classe espremida pelo capital e pelo trabalho, se convenceu através da propaganda ideológica que estava sendo mal recompensada e polarizou em direção à direita. As bandeiras operárias de aumento salariais, as sucessivas greves e paralisações foram apresentadas pela propaganda da direita como as causas do aumento do custo de vida decorrente do “*plano comunista da república sindicalista*”.

As concepções anticomunistas foram amplamente difundidas pelas intervenções da Igreja Católica através das Marchas da Família com Deus pela Liberdade que pipocaram pelo país. A direita volta a mobilizar massas a ponto de impedir que em janeiro de 1964 o Congresso Unitário dos Trabalhadores da América Latina se realizasse em Belo Horizonte¹⁶. Os conflitos entre grupos radicais

¹⁴ No Política Operária nº 2, abril de 1962. Rio de Janeiro. pg. 4. CEDEM/ UNESP, o jornal Política Operária traz a reportagem: *Aliança para o progresso deixa cair a sua máscara*, explicitando que a aliança procura barrar os anseios de emancipação do hemisfério sul. A aliança condiciona a indenização da Companhia Telefônica de Porto Alegre, subsidiária da *International Telephone & Telegraph* (ITT) encampada por Brizola, como requisito para liberação do programa de ajuda.

¹⁵ Depois da rebelião dos sargentos e condizente com a avaliação da iminência do golpe militar, o *Política Operária* abriu um espaço para o tema: *Política Operária e os Sargentos* primeiramente na revista nº 7, editada em outubro de 1963; e depois na edição nº 8 do jornal, uma coluna *Sargentos e a luta de classes*. A partir da edição nº 9 até a edição nº 13, o jornal conta com a sessão: *A luta de classes e as forças armadas*.

¹⁶ Ver artigo: *Reformismo e Fascismo*. In: Jornal Política Operária nº 10, de 29 a 4 de fevereiro de 1964, pg. 4, CEDEM/ UNESP.

tornaram-se mais frequentes e violentos e o país passou a viver um clima pré-revolucionário, entremeado com a gestação de uma contrarrevolução preventida.

No ano de 1964, Goulart dá um giro à esquerda e sua mensagem anual ao congresso foi um ultimato para a aprovação das reformas de base¹⁷. Nesse ponto, já não contava com apoio da burguesia, sua relação com os militares legalistas estava abalada, Jango então saiu às ruas e levou o governo para as praças, juntos aos trabalhadores. No comício¹⁸ de 13 de março, no Rio de Janeiro, reuniu cerca de 500 mil pessoas, divulgou os vários decretos entre eles a limitação do aluguel urbano, a nacionalização de refinarias de petróleo e o confisco de terras às margens das estradas. Este ato ficou conhecido como Comício da Central do Brasil, onde teve lugar.

A esquerda estava reunida, representantes da CGT, dos estudantes, dos sargentos, ao lado de Brizola e Arraes e diante das bandeiras dos PCB e das demais organizações de esquerda. Jango entrou em rota de colisão com as classes dominantes, que receavam que a democracia burguesa desdobrasse além dela e as massas, em visível ascensão, aprofundassem o processo de reformas.

A rebelião dos marinheiros, dias depois do comício, deixou os militares mais inquietos. O ministro militar Dantas Ribeiro se licenciou para tratamento médico, uma saída honrosa para não trair abertamente o presidente, nem combater seus colegas de farda. Assim quebrou-se a sustentação militar do governo, o golpe era uma questão de dias. Os militares exigiram a dissolução da CGT e que Jango colocasse as organizações de esquerda na ilegalidade. Ceder a exigência era se tornar prisioneiro, uma vez que a força política de Jango era conferida pelos sindicatos e trabalhadores. Jango sempre acreditou na ala legalista do exército e essa superestima não permitiu a criação das condições efetivas para uma insurreição popular, pois como dito, já estava em marcha a conspiração que levaria ao golpe

¹⁷ O Jornal Política Operária nº 9, de 22 a 28 de janeiro de 1964, pg. 4 CEDEM/ UNESP, no artigo: *Reformas só saíram com governos dos trabalhadores*, critica a formação da Frente ampla para a sustentação da política de colaboração de classe. Já no jornal Política Operária nº 10, de 22 a 4 de fevereiro de 1964, pg. 6, CEDEM/ UNESP, no artigo: *A questão das reformas na perspectiva revolucionária*, coloca a necessidade de as reformas atenderem aos interesses dos trabalhadores e não da burguesia.

¹⁸ Jornal Política Operária nº 13, de 12 de março de 1964, pg. 1, CEDEM/ UNESP, manchete de capa chama os trabalhadores ao comício, prega que somente uma frente de classe é capaz de barrar o fascismo, divulga as palavras de ordem para o comício. Ver também editorial na capa do jornal, foi o último número do jornal editado antes do golpe de 1964.

como contrarrevolução preventiva. Marini (2013) ao trazer os elementos que explicam o sucesso do golpe sugere que o “*comportamento da maioria da esquerda - sobretudo do PCB, com sua teoria da revolução pacífica e seu cretinismo parlamentar - teve o mesmo efeito, desarmando as massas*”.¹⁹ Ao não estar disposto a resistir ao golpe desferido, sob a alegação de não realizar “derramamento de sangue”, João Goulart atravessa a fronteira e se exila numa fazenda no Uruguai.

1.7 Análise do processo histórico: uma tentativa de explicar o golpe

Durante o processo de revisão bibliográfica pudemos distinguir alguns elementos que norteiam as análises do processo histórico que marcou a década de 1960, principalmente o ano de 1964. Muita investigação foi realizada sobre esse período, onde o golpe e a ditadura têm sido objetos de inúmeras interpretações, ora divergentes, ora complementares.

Analisar os fatores que engendram rupturas de ordens democráticas, afirma Delgado (2004), é tarefa complexa, supõe identificação e compreensão da multiplicidade de variáveis presentes nas conjunturas que precedem essas rupturas e supõe também identificação de elementos de longa duração que se atualizam nessas conjunturas. No Brasil de 1964, fatores inerentes ao tempo histórico de curta e longa duração se entrecruzaram, conformando uma crise complexa, que não cabe ser interpretada através de qualquer tipo de esquema teórico preestabelecido, pois cada dinâmica histórica é singular.

Nesse sentido, Delgado (2004) sugere que a destituição do presidente João Goulart e a implantação de um regime militar no Brasil nos idos de 1964 estimulou a produção de inúmeras interpretações, que se reportam à dinâmica da história a partir de, no mínimo, três pressupostos: o olhar dos autores que a analisam; os vínculos teóricos desses intérpretes e a época ou período nos quais produziram sua interpretação e sua narrativa. Faremos uma rápida síntese de alguma das interpretações a respeito do golpe para tentar compreender as múltiplas variantes.

Durante a seleção dos autores e dos vínculos teóricos, esta pesquisa não pretende esgotar o assunto, mas tão somente contribuir para a compreensão da conjuntura. Considerando ainda as contingências da pesquisa e que as dimensões

¹⁹ Subdesenvolvimento e Revolução. Pág. 104

do presente trabalho não comportam uma amostragem maior, tais omissões são inevitáveis e integram seu caráter sintético.

Alguns autores desenvolveram interpretações segundo a qual a ruptura da ordem política foi decorrente de uma ação conspiratória levada adiante pela aliança de vários segmentos sociais e organizações, como setores das forças armadas anticomunistas, parte expressiva do empresariado nacional, latifundiários e proprietários rurais, setores conservadores da igreja, capital internacional e entre os partidos, principalmente a UDN. As contribuições de Moniz Bandeira²⁰ apontam que o golpe teve como principal característica as ações conspiratórias. Bandeira trabalha com a ideia de tempo curto, enfatizando a conspiração conjuntural. Não deixa, contudo, de se referir a uma dinâmica temporal mais extensa, pois relaciona a referida conspiração à dinâmica de transformações das formas populistas de organização sob controle da população, para uma organização com maior nível de independência da sociedade civil.

Bandeira (1977) enfatiza que a atuação internacional foi o elemento nuclear da conspiração, pois no início da década de 1960, pela primeira vez na história do Brasil, os trabalhadores tiveram acesso ao plano principal das decisões de Estado, já que João Goulart defendia uma política de alianças com forças populares. Por essa razão, enfrentou cotidianamente a oposição dos setores conservadores, que se respaldam em apoio efetivo da CIA e do capital internacional norte-americano. Segundo Bandeira, os amplos investimentos da CIA em estratégia política e no apoio a conservadores e a operação *Brother Sam* demonstram de forma incontestável a interferência norte americana nos assuntos internos da política nacional.

Segundo Delgado (2004), as análises estruturais, que predominaram na década de 1970, vinculavam-se à dimensão de tempo longo e, portanto, relacionam a deposição do presidente João Goulart por um golpe civil e militar, a problemas quase que herdados da realidade nacional, com ênfase para o subdesenvolvimento e para o atraso na industrialização do Brasil.

²⁰ No livro *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

Francisco de Oliveira, que em 1975 publica o ensaio “*Economia brasileira: crítica à razão dualista*”, de forma geral defende que a crise institucional foi precedida por uma crise generalizada de consumo da população menos favorecida, em função da extrema concentração de renda implementada a partir do governo Juscelino Kubitschek (JK). Nesse sentido, o desenvolvimentismo de JK com sua política industrializante, que favorecia a produção de bens de consumo duráveis destinados a uma camada restrita da população, contribuiu para o aprofundamento das desigualdades sociais no Brasil.

No mesmo sentido, Octavio Ianni, em “*Colapso do Populismo no Brasil*”, de 1971, converge na interpretação de base estrutural de que o processo de industrialização tardia do Brasil atingiu um ponto crítico, que demandava soluções dos conflitos sociais a ele inerentes. Conforme Delgado (2004), ambos autores convergem na análise da vinculação do golpe político às profundas contradições entre os modelos agrário-exportador e o desenvolvimentista nacionalista com a nova estrutura econômica internacionalizada - desenvolvimento associado ao capital estrangeiro.

Outro elemento que a autora ressalta é a convergência no aspecto da denúncia do “pacto populista” pelos setores populares, especialmente a partir da implementação de um modelo econômico industrializante que visava superar o subdesenvolvimento, mas que se apoiou em forte internacionalização da economia, gerando dependência e crescente concentração de renda. Essas explicações vinculam, portanto, a ruptura da ordem política institucional, em 1964, aos conflitos sociais e políticos decorrentes da implementação de um modelo desenvolvimentista caracterizado por um programa de industrialização dependente e baseado na concentração de renda. Projeto esse em sua essência, contraditório ao modelo econômico nacionalista e distributivo por expressivos segmentos da sociedade civil brasileira, que passaram a criticá-lo, contribuindo para um acirramento do conflito social, que ganhou dimensões de conflito político ideológico.

Analisando outras interpretações teóricas, Delgado (2004) afirma que o autor que melhor expressa a corrente que analisa o golpe como de caráter preventivo é Florestan Fernandes. Para Florestan, a principal característica do movimento que depôs o governo constitucional foi a intervenção na ordem política de diferentes

segmentos da sociedade civil. Esses segmentos estavam estimulados por forte descontentamento e vinham numa autônoma e crescente organização. Dessa forma, o golpe tratou-se de uma ação para evitar possíveis e profundas transformações nos sistemas econômico e político, numa perspectiva preventiva. Esse ponto de vista era incentivado pela “crença” que o Brasil poderia, através da ação crescente dos movimentos populares e pela execução de programas governamentais reformistas, adotar de forma definitiva um modelo distributivo ou até mesmo caminhar em direção ao socialismo. Florestan desenvolve análises segundo as quais a ruptura política de 1964 impediu a transição de uma democracia restrita para uma democracia ampliada, a partir da seguinte perspectiva: *por que os militares se julgaram no dever de dar um golpe de Estado, cujo paradigma precede de uma contrarrevolução preventiva?* (FERNANDES, 1997, p.143).

Segundo Florestan, à perspectiva preventiva do golpe, por ele denominado de contrarrevolução, somou-se a incompetência do governo Goulart, expressa por sua incapacidade tanto de evitar como de reagir à intervenção militar:

Cegueira e tibieza do governo João Goulart permitiram e facilitaram essa espantosa evolução. Ela não deve, contudo, ser atribuída aquelas condições. Tão pouco seria razoável debitar à desmobilização das massas alguma importância incentivadora. A massa respondera, do norte ao sul, ao apelo de devolução do poder a João Goulart. Ele e seu “dispositivo militar” abrem dois elos. Um o da incompetência de um governo débil, que viu nascer e crescer a contrarrevolução e só tomou providências inócuas... A bandeira da contrarrevolução tremulou sozinha... (FERNANDES, 1997, p.144).

Já dentro do espectro das interpretações que destacam as ideias de falta de compromisso com a democracia, Argelina Figueiredo, autora do livro “*Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política*” enfatiza a ideia de que a movimentação política, que se desdobrou no golpe de 1964, apresentou variáveis essencialmente conjunturais (tempo curto) e predominantemente políticas. A autora define que tanto nos “grupos de esquerda”, como nos “grupos conservadores e de direita” estava ausente o compromisso com a democracia.

Figueiredo parte do pressuposto de que nos primeiros anos da década de 1960, “*escolhas e ações específicas solaparam as possibilidades de ampliação e consolidação de apoio para as reformas, e, desta forma, reduziram as possibilidades*

de implementar, sob regras democráticas, um compromisso sobre essas reformas”. (FIGUEIREDO, 1993, p.30)

Em última instância, o conflito entre grupos acirrou o consenso negativo e solapou as possibilidades de manutenção de uma ordem democrática. Portanto, a crise teve como característica uma forte pressão polarizada a favor ou contra as reformas de base, sem qualquer compromisso com a democracia política institucional.

1.8 Os impasses e contradições da política de conciliação do governo Goulart

Concluída a análise dos processos históricos, retomamos Marini (2013), onde o autor destaca a necessidade de compreender que a ruptura produzida nas classes médias no período anterior ao golpe, onde distintos setores da pequena burguesia com bandeiras extremistas se enfrentaram - principalmente em Minas Gerais - indicavam que as tensões chegaram a um nível crítico. Essas tensões contrapunham com força crescente as classes dominantes e proletariado, colocando os trabalhadores contra os patrões, trabalhadores do campo contra latifundiários.

As crises políticas atravessadas em 1961, permitiram que os trabalhadores e as forças populares conquistassem autonomia e os acordos passavam longe dos gabinetes. A campanha da Legalidade, comandada por Brizola do palácio Piratini, para garantir a posse constitucional de Jango ainda permitiu que as classes dominantes encontrassem uma forma de transição: o regime parlamentar, que enfraqueceu e descentralizou o governo de Jango. As lutas travadas pelo governo para restabelecer a forma presidencialista gerou pânico nos grupos políticos dominantes. Durante a greve geral de junho de 1962, o controle sobre a situação quase escapou de Jango, era um indício que setores da base de apoio do presidente estavam distendidos.

Os tensionamentos continuam e podem ser verificados na crise de setembro de 1963, no movimento popular, onde os sargentos explodem uma rebelião em Brasília. Jango não pôde conter a ação autônoma dos sindicatos operários e estudantes. O rechaço da declaração de Jango pelo estabelecimento do Estado de Sítio pelas forças populares mostrou dois elementos importantes, a força do

movimento popular e a fraqueza do governo e conseqüentemente, sepultou qualquer esperança da burguesia de paz social com Jango a frente do governo.

O fracasso do plano trienal reforçou essa desilusão com o governo e aos poucos, as frações da burguesia vão se fundindo com as demais classes dominantes, num só bloco. Isso se deu num longo processo que pode ser verificado desde a crise econômica de 1962, que não favorece a aliança da burguesia com as classes populares e principalmente com o operariado, devido aos sacrifícios que essa crise impôs ao país. No momento que Goulart se mostrou incapaz de forjar essa aliança, a burguesia necessitando de um governo forte para administrar seu Estado e seus interesses de classe, fez com que as frações dominantes tivessem que contar com a direita. Outro elemento que Marini traz e ajuda a explicar esse movimento da classe dominante, é que a transformação ocorrida no interior da burguesia, desde 1955, com o aumento do setor vinculado ao capital estrangeiro, tornava cada vez mais possível esse arranjo entre os grupos dominantes.

CAPÍTULO 2

2.1 A Imprensa Operária no Brasil

A imprensa operária, enquanto manifestação do movimento operário reflete muitas das peculiaridades deste, e seu estudo está diretamente relacionado com a luta dos trabalhadores, visando a sua organização e a conquista de direitos. Embora o jornal operário e o seu discurso não sejam o próprio movimento operário, neles transparecem muitas características do movimento, como vamos ver adiante. Neste capítulo propomos mostrar algumas outras características dessa imprensa, alguma das quais mantém uma correlação direta com as particularidades do movimento operário, pois é ele que se dá a origem à imprensa operária. Nesse sentido, a imprensa pode ser vista como uma manifestação da resistência dos trabalhadores à dominação do capital e de suas instituições, definindo-se como um instrumento privilegiado de resistência, de propaganda e construção da consciência de classe.

Tomando como ponto de partida uma história que privilegia a ação da imprensa operária na luta de classes, buscou-se no seu principal instrumento de comunicação a fonte de informação necessária ao entendimento de sua atividade. A utilização do jornal operário como principal fonte de documentação histórica mostrou-se eficiente não só para recontar uma parte da história da luta da classe trabalhadora no Brasil, como também deu pistas importantes para desvendar as estratégias traçadas. A preocupação com as fontes de comunicação desenvolvidas para uma parcela da sociedade brasileira - especificamente o meio operário através do jornal *Política Operária* - dirigiu esse estudo.

As fontes documentais foram de duas ordens. A primeira delas se refere à documentação secundária. Foram consultadas obras disponíveis e indicadas que tratam do movimento operário, do ponto de vista sociológico ou político. A segunda é constituída por aquelas fontes chamadas primárias, acessadas graças ao trabalho de resgate e guarda realizado pelo CEDEM. Foi sobre elas que se assentou, basicamente, o estudo. Essas fontes são os jornais e revistas *Política Operária*, suas manchetes, reportagens, editoriais etc. Foram consultadas treze edições do Jornal *Política Operária* que compreende cerca de 3 anos de publicações - desde a fundação da Polop até o Golpe de 1964. Outras fontes primárias que ajudaram a

esclarecer a atividade do militante da Polop foram os textos, teses, relatórios, panfletos e outros documentos internos da Polop que eles escreveram ou traduziram, para difundir a visão da conjuntura que a organização formulava.

Para compreender melhor a relação que dá suporte a luta do movimento operário, foi necessário fazer uma conceituação: a imprensa operária e os jornais como órgãos das organizações. Durante a pesquisa, percebemos que muitas vezes a imprensa é a própria organização e que muitas delas surgem entorno do Jornal. Como sugere Ferreira (1988) o que resulta de significativo na imprensa operária é o fato de que ela está sempre ligada a alguma forma de organização da classe trabalhadora, seja partido, sindicato ou qualquer outro tipo de agremiação. O veículo de comunicação dos trabalhadores não tem proprietário e sua mensagem não é uma mercadoria a ser consumida; seu conteúdo é resultado do conjunto de informações, preocupações, propostas, etc., produzidas pela coletividade e para ela mesma.

O jornal é um instrumento de informação, conscientização e mobilização; o receptor não é um elemento passivo, mas alguém que tem interesses comuns e participa da mesma forma de organização: “A comunicação torna-se um instrumento de intercâmbio e não de dominação. É horizontal e interativa”²¹. Há ainda outro aspecto que Ferreira (1988) considera, que é a impossibilidade de desvincular a imprensa operária do movimento operário; ambos estão inter-relacionados através das lutas da classe trabalhadora na construção da história: “a imprensa operária, assim como o proletariado, é produto da revolução industrial e do desenvolvimento do capitalismo industrial”²². Foi percebido que o jornal é uma ferramenta extremamente importante na luta de classes, e que por essa característica, pode ser utilizada pelos sindicatos, pelas organizações políticas, partidos, grupos de oposição sindical etc.

2.2 A Polop e o Política Operária

A origem do nome do jornal é uma referência de Eric Sachs ao Jornal alemão publicado a partir de 1929 pela oposição do partido comunista austríaco (KPO)

²¹ MOMESSO, Luiz. A importância da imprensa nos sindicatos. Debate Sindical nº1, maio 1986.

²² RUBIM, Antônio Albino Canelas. Imprensa Operária. In QUEIROZ E SILVA, R. P. de. Temas básicos de comunicação. São Paulo: Paulinas/ Intercom, 1983. p.100.

radicado na França, o “*Arbeiterpolitik*”²³. O *Política Operária*, que surgiu antes mesmo da fundação oficial da organização, pode ser dividido em algumas “fases”: iniciou como boletim mensal que começou a circular em 1962. “Em 1962, tornou-se jornal, depois revista trimestral e, a partir de dezembro de 1963, jornal semanal. Depois do golpe de 1964, voltaria a circular na clandestinidade (...)”²⁴.

Durante o ano de 1962 a organização utilizou como método de difusão das ideias o jornal *Política Operária*, que teve três edições nesse formato. A partir do quarto número optaram pelo formato revista, que tinha como objetivo travar um debate mais extenso, retomar o marxismo e influenciar as esquerdas revolucionárias. Esse formato começou no final do ano de 1962 e se manteve até outubro de 1963, totalizando 4 edições. Diante da iminência do golpe, a Polop retomou o formato jornal no intuito de alcançar os movimentos organizados da classe e preparar uma resistência ao golpe. Nessa retomada de formato, o *Política Operária* teve 6 edições, todas anteriores ao golpe de abril de 1964. Nesse mesmo período o Jornal chegou a alcançar a tiragem de 10.000 exemplares, com cerca da metade vendida em bancas. Daí a conclusão de Leal “*que o conteúdo geral do trabalho do grupo era então de propaganda, uma propaganda entendida não como mera divulgação teórica dos clássicos, em salas fechadas, mas política, referente ao movimento vivo, interpretando os acontecimentos e procurando influir neles com a divulgação de propostas e palavras-de-ordem de natureza prática*” (Leal, 1992: pg. 157).

Até a sétima edição, o diretor responsável pela publicação era Moniz Bandeira do Rio de Janeiro onde era também a redação e a administração, com correspondentes em São Paulo e Belo Horizonte. Na sua fase de circulação semanal, a partir de 1963, o jornal passou sua redação e administração para São Paulo e seu diretor era Rui Mauro Marini, com sucursais no Rio de Janeiro e Belo Horizonte e correspondentes em Brasília e Salvador. O patrocínio dos jornais da Polop no retorno ao formato jornal, revelou Moniz Bandeira²⁵, fora concedido por Brizola que “[...] autorizou a Gráfica Americana (americana só de nome) a imprimir

²³ Política operária em livre tradução do Alemão

²⁴ REIS FILHO, Daniel Aarão e SÁ, Jair Ferreira de. *Imagens da revolução*. São Paulo, Expressão Popular, 2006.

²⁵ Em entrevista para a pesquisa de Joelma Oliveira.

os números do jornal Política Operária a partir de janeiro de 1964 até o golpe militar em abril.”

O *Política Operária* tinha como objetivo atingir o movimento operário, setor do movimento de massa que não encontrava eco e orientação para sua luta na imprensa de esquerda. Era basicamente um jornal que buscava exprimir sobretudo o aspecto político da luta operária e trazer a informação precisa, mas orientada do que lhe dizia respeito na política nacional.

Conforme sintetiza Oliveira (2007), com um caráter denunciativo, o jornal procurou aproximar-se das reivindicações das classes trabalhadoras. Denunciavam as mazelas do mundo capitalista em formas menos rebuscadas de escrita. Analisavam o cotidiano dos trabalhadores e da vida política relacionando-os com as teorias da organização, mostrando que os fatos apenas justificavam tais análises.

Era um jornal operário impresso no formato tabloide de 12 páginas. Tinha uma redação e administração que, dependendo do período, alternava entre as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. O jornal contava com sucursais e correspondentes que forneciam informações das lutas da região onde existia um trabalho orgânico da Polop.

Nos documentos reunidos no CEDEM que nossa pesquisa teve acesso, o documento “*O que é o jornal*”²⁶ elaborado pelos próprios militantes revela alguns elementos a respeito do Jornal. O público alvo do periódico era bem específico: a vanguarda operária, constituída pelos quadros médios do movimento sindical, pelos delegados sindicais, membros de conselhos operários e os militantes anônimos que animavam e impulsionaram a vida sindical e a luta nas fábricas, nas greves etc. era essa vanguarda já politizada - mas não corrompida - que o jornal era dirigido. A iniciativa do jornal justificava-se devido

[...] a ascensão do movimento grevista, a formação do CGT, as tomadas de terra e os choques armados no campo, a intervenção dos sargentos e soldados na vida política – estes elementos compõem um quadro bastante diferente do que conhecemos no passado e anunciam, para a luta revolucionária, combates decisivos.²⁷

²⁶ O que é o Jornal, Data provável 1964 - p.1. CEDEM/UNESP.

²⁷ *Ibidem*

O objetivo era orientar a luta da vanguarda no plano político nacional, dando condições para auxiliar os trabalhadores no processo de tomada de consciência de classe. Para chegar a esse fim, a organização tinha uma preocupação para que as colaborações para o jornal atendessem esses objetivos²⁸, tomando algumas precauções como: colaborações para um jornal, e não uma revista, ou seja, as grandes pinceladas, quadros teóricos de análises e interpretação deveriam ser substituídos pelo dia-a-dia do movimento operário e da vida política. Mostrar que na prática diária os fatos davam razão a linha política colocada em movimento pela Polop, que impunham a meta suprema da revolução aos trabalhadores atingidos pelo Jornal.

Por se tratar de um público operário, a linguagem tinha de ser acessível. Embora não precisassem se tornar *popularescas*, as análises deveriam fugir do complexo sem perder a precisão. Para Giannotti (1988), o jornalismo operário para atingir seu público precisa ser concreto, da mesma forma que é concreta uma ferramenta, um motor, um torno mecânico. O mesmo documento faz menção ao alerta de Lênin, que criticou os que, alegando necessidade de clareza e simplificação, serviam material de segunda qualidade às massas. Para a Polop, o intelectual marxista que se dirige aos operários deve dar-lhes o que de melhor é capaz, preocupando-se apenas em suprimir os “*cacoetes intelectualóides*”, próprios da pequena burguesia.

O documento “*O que é o jornal*” apontava inclusive as pretensões do órgão. Segundo o mesmo, “nosso jornal amplia as possibilidades de expansão e atuação da organização, permite que ultrapassemos a fase de trabalho artesanal em que ainda nos encontramos - mas aumenta, por outro lado, nossa responsabilidade. O P.O. (Política Operária) somente influirá na classe operária se refletir a luta diária que esta trava e lhe trazer a visão constante da vinculação dessa luta ao conjunto da luta das massas. o P.O. só refletirá a luta operária se a organização estiver presente a cada passo importante que der o proletariado”.²⁹

²⁸ As colaborações deveriam dispor de poucos espaços, existia inclusive algumas medidas de referência do tipo: notícias em uma lauda datilografada, reportagem de uma a três laudas, artigos nunca superior a cinco laudas, etc.

²⁹ Ibidem

O documento ainda destaca o fator coletivo e da disciplina como chave para que as pretensões sejam atingidas: “[...], a redação não poderá fazer sozinha: é a militância diária da organização nos sindicatos, fábricas, faculdades, quartéis, ligas, etc. que permitirá ao jornal cumprir sua tarefa e construir-se de fato, no espelho e no guia da luta revolucionária que as massas exploradas estão travando para construir um novo Brasil.”³⁰

O Golpe Militar interrompeu um projeto da organização de construção de uma alternativa revolucionária, lançando-lhe novos desafios. O 1º de abril de 1964 marcou profundamente os rumos da esquerda no Brasil. A repressão aos estudantes, às organizações de esquerda, aos partidos, às associações, aos sindicatos, aos movimentos operários em geral, impuseram diferentes desafios à esquerda brasileira.

2.3 Política Operária como Fonte

O estudo das fontes de pesquisa em Imprensa parte do pressuposto de que são formulações de um determinado grupo, ou seja, são sínteses coletivas e que correspondem uma posição política, sem intermediários, difundido pelo órgão *Política Operária*. Dessa forma, o jornal não busca retratar em seus textos opiniões isentas, ou neutras, como um espelho da realidade, mas pelo contrário: busca difundir os interesses dos trabalhadores conscientes, propõe e articula projetos que organizem os operários para a tomada do poder. Nesse ponto, lembramos que os materiais de imprensa não existem para que os historiadores e cientistas sociais façam suas pesquisas. O processo de transformação deste jornal em fonte de pesquisa é uma operação de escolha e seleção feita pelo historiador através do tratamento teórico e metodológico. Trata-se de entender a imprensa como uma forma ideológica de consciência social que detém uma historicidade e requer ser trabalhada e compreendida dialeticamente através da relação social de produção característica da nossa sociedade. Assim, nossas perguntas iniciais e centrais são relativas a como o *Política Operária* se constituiu como força histórica ativa naquele momento, isto é, como se constituiu como sujeito, como se coloca e atua em relação à correlação de forças naquela conjuntura, quem são seus aliados? Que grupos ou forças sociais são identificados como inimigos, adversários ou forças de oposição?

³⁰ Op.cit.

Após o levantamento dos jornais e revistas publicados pela Polop, num total de 13 documentos que compreendem o período de janeiro de 1962 até março de 1964, pode-se constatar alguns elementos em comum. Todos os jornais apresentavam a conjuntura nacional de alguma forma através das manchetes. Ao longo do capítulo um da pesquisa, procurou-se montar a conjuntura, os atores, os fatos e acontecimentos que servem de pano de fundo para a análise dos documentos. No referido capítulo, foi apresentado, ainda que de forma superficial, a relação entre a conjuntura e as manchetes e reportagens do órgão da Polop. Agora chegou o momento de tecer uma análise mais aprofundada da conjuntura, a partir do ponto de vista do jornal *Política Operária*.

O estudo da imprensa, assim como de quaisquer outros materiais selecionados pelo historiador, não se esgota nela mesma e requer o diálogo com outras fontes que colocam em cena outros sujeitos ou práticas sociais, outras dimensões daquela temporalidade.

2.4 Caracterização das edições citadas no capítulo 1

Antes do lançamento do jornal, a Polop já era uma organização que debatia internamente a conjuntura e como alcançaria a revolução socialista no Brasil, cercado-se de um referencial teórico revolucionário. A partir de então passa a se preocupar mais com a atuação no movimento orgânico, usando o jornal da organização para fins propagandísticos e de agitação, visando incrementar a ação a partir da teoria. Algumas referências às reportagens feitas ao longo do Capítulo 1 ajudam a entender mais aspectos da conjuntura e a posição da Polop. Nesse sentido, a seguir serão analisados alguns desses textos.

O fruto da síntese coletiva da organização apareceria no texto intitulado: *Por Uma Frente Única Dos Trabalhadores Da Cidade e Do Campo*³¹ que nos permitiu analisar as perspectivas da Polop sobre sua atuação junto aos trabalhadores e a esquerda no Brasil. Nesse texto, a Polop analisa a conjuntura desde agosto de 1961, citando os atores políticos, suas posições, o terreno e o clima onde essa

³¹ Reportagem *Por Uma Frente Única Dos Trabalhadores Da Cidade E Do Campo*. In: *Política Operária*, nº 1, janeiro de 1962. Rio de Janeiro. CEDEM/ UNESP. Pg. 1 e 2. (Tanto as páginas dos jornais, como das revistas estão sendo citadas aqui conforme paginação original do documento).

disputa está acontecendo. Afirma a necessidade de unidade de esquerda independente, com mobilizações dos sindicatos, na cidade e no campo para barrar a ameaça latente da direita. O texto, resultado de muito debate político dentro da organização, estava na primeira página, registrando uma das posições mais importantes para a organização sobre uma Frente Única. Inicialmente a Polop propôs que a ação da Frente concentrasse fogo na defesa de conquistas trabalhistas e manutenção do nível de vida do trabalhador, pois a organização avaliou que esta era a melhor manobra naquele momento de alta de inflação e medidas governamentais desfavoráveis aos trabalhadores, afirma Oliveira (2007).

A organização pretendia fortalecer comitês populares de bairro e comitês de empresas através da luta pelo controle público de preços, e este controle daria forças aos organismos de controle de cúpula, os quais, “entretanto, só terão autoridade se estiverem em condições de propor medidas concretas, intervenções ou expropriações contra trustes e especuladores, nacionais e estrangeiros.”³²

Para ser possível realizar o controle de preços era proposto pela Polop também a participação ativa dos sindicatos:

Dir-se-á talvez que nossos sindicatos, amarrados como estão, com seu Fundo Sindical, sua Comissão de Enquadramento, submetidos ao controle financeiro do Banco do Brasil – herança do Estado Novo – não estão preparados para semelhantes tarefas. A objeção é falha, pois é somente na ação que os sindicatos poderão adaptar-se às novas condições de luta. E é justamente a mobilização das bases operárias nas fábricas a única possibilidade de conquistar a Liberdade sindical – a qual deve, de antemão, constar como uma das principais reivindicações da Frente.³³

Diante deste cenário, a Polop, que estava surgindo, se comprometeu a realizar duas tarefas essenciais. A primeira se tratava da “formação de um partido independente, operário”³⁴, e naquele momento isso seria possível através do “estudo e o esclarecimento dos problemas teóricos e a propagação da ideia do partido, principalmente no meio operário.”³⁵

Portanto, a preocupação inicial da organização era a divulgação e fortalecimento do marxismo no movimento operário e nos partidos de representação operária tradicionais. A segunda tarefa consistia em “influir sobre a evolução da

³² Por uma Frente Única. Jornal Política Operária, n. 1, janeiro de 1962. CEDEM/UNESP, p. 2.

³³ Idem.

³⁴ Idem.

³⁵ Idem.

nossa classe operária, apoiar intransigentemente todas as lutas econômicas e todas as suas manifestações de amadurecimento de classe, e procurar acelerar o processo espontâneo com os recursos que possuímos”.³⁶ Sobre o partido independente da classe operária podemos destacar:

Parece evidente que, nas atuais condições da luta de classes no país, e mesmo levando em conta a premissa mais favorável de uma atividade legal, o próximo passo para o surgimento de um partido operário será a formação de um partido de quadros, em escala limitada, como condição para a criação de um organismo em escala mais vasta. Um grupo de 4.000 a 5.000 militantes já se poderia apresentar na luta como um partido, sem cair no charlatanismo político. Dispondo de uma boa representação operária, ligada à produção, já representaria uma força material no cenário político do país e estaria em condições de passar, em certos setores, da propaganda à ação revolucionária.³⁷

Oliveira (2015) relata que em 1962 a organização não havia criado ainda seu partido, não possuía entre 4.000 e 5.000 militantes e não possuía uma boa representação operária. Era formada àquela altura basicamente por intelectuais e estudantes, com uma pequena quantidade de operários. As mudanças conjunturais ocorridas com a eleição de Jânio, com sua renúncia, e as tentativas de golpe, levaram a Polop a adaptar seus métodos e sua organização. A ação política mais concreta ganhou importância imediata junto com a atividade de conscientização e formação de quadros.

A proposta da Frente Única dos Trabalhadores da Cidade e do Campo mostra a preocupação da Polop em unir as esquerdas tradicionais, independente de orientação teórica, para assumir uma ação comum, superar a fraqueza numérica e organizativa, constata Oliveira (2015). A organização seguiu a orientação debatida internamente de aliar-se a segmentos da esquerda do país para aproveitar as agitações que aconteciam tanto na cidade quanto no campo, mas com ressalvas:

Se a iniciativa para uma ação dessa natureza pode partir dos partidos políticos tradicionais da esquerda, só poderá, entretanto, concretizar-se na medida em que fizer apelo direto às massas. De pouco ou nada adiantariam combinações de cúpula, no Congresso e nas Assembleias, se não forem acompanhadas por ações extra-parlamentares: são estas, com efeito, que mobilizam os trabalhadores.³⁸

O uso da teoria marxista no Brasil era um dos temas mais debatidos pela Polop, e segundo a mesma o marxismo era ponto nevrálgico para o sucesso do

³⁶ Idem.

³⁷ Idem.

³⁸ Por uma Frente Única. Jornal Política Operária, no 1, janeiro de 1962. CEDEM/UNESP, p. 2.

movimento operário:

Trata-se em primeiro lugar, para falar claro, de aplicar o método do marxismo naquilo que comumente se chama realidade brasileira. Foi a insuficiência desse esforço, no passado, o abismo que o militante encontrava entre a prática política diária e a teoria socialista, que dirigiu os seus olhares para fora, à procura dos problemas insólitos. Muito se falou então entre nós do "caminho russo", "chinês", "iugoslavo" e, recentemente, do "modelo cubano". Estes exemplos têm valor para mostrar que países menos desenvolvidos que nós, já encontraram caminhos para se livrar da exploração capitalista, mas os ensinamentos que podemos tirar das lutas de classe desses povos não são um convite à imitação. Ao rejeitarmos as tentativas de imitações não o fazemos, certamente, por motivos nacionalistas em voga, e sim pela consciência de que todo povo e todo movimento revolucionário têm de cavar o seu caminho. Os exemplos ensinam, mas não poupam o trabalho. O marxismo, onde abalou o mundo, foi antes de tudo criador.³⁹

O primeiro congresso nacional dos lavradores e trabalhadores agrícolas do Brasil, realizado em BH, entre 15 e 17 de novembro de 1961, contou com a presença de camponeses e de representantes do movimento camponês de todas as regiões do país, discutiu as medidas necessárias para a melhorias da condição de vida dos trabalhadores agrícolas do Brasil. Contou com a presença sobretudo de pessoas de mãos calejadas que formavam a maioria dos participantes.

O pano de fundo do debate era o regime de propriedade da terra no Brasil, que se caracteriza com uma profunda desigualdade. Com a concentração da terra nas mãos de poucos latifundiários, a oferta de força de trabalho (exercito industrial de reserva) é muito grande, rebaixando o valor da mesma e precarizando muito as condições de vida do trabalhador. Um sistema político fundado no Coronelismo, com traços de escravidão cujos frutos sociais são a miséria, a ignorância e as doenças. Dados utilizados na própria reportagem⁴⁰ indicavam que mais de 60% das pessoas são analfabetas, apenas 30 em cada 100 crianças chegam a 1 ano de idade, sendo a expectativa de vida média de 30 anos nesse período.

Naquelas condições, não se surpreende que o radicalismo tenha sido a tônica dominante no congresso. Reunidos pela primeira vez num encontro nacional, os trabalhadores expuseram seus problemas e buscaram coletivamente remédios para essa situação grave. "*Reforma agrária radical*" era a palavra de ordem, intercaladas com "*reforma ou revolução*" e "*reforma na lei ou na marra!*". No congresso, a reforma

³⁹ Idem, p. 2.

⁴⁰ Reportagem: *Reforma agrária ou revolução no congresso dos camponeses*. In: Política Operária, nº 1, janeiro de 1962. Rio de Janeiro. CEDEM/ UNESP. Pg. 6 e 7.

agrária se define com uma política radicalmente anti-latifundiária e se encaminhou para a definição de duas tendências de reforma agrária radical, ou seja, os métodos e objetivos para atingir a reforma agrária: uma tendência foi apresentada pela União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), dirigida pelo PCB na pessoa do Lindolfo Silva, e que pode ser observada nas teses aprovadas pelos delegados e a tendência das Ligas camponesas, cujo representante mais conhecido era Francisco Julião, que não influíram na aprovação das teses, mas apresentaram seu conteúdo nas declarações e discursos em plenário, fornecendo uma ideia de suas concepções. A ULTAB tinha a maioria dos delegados no congresso, mas é com a emergência das Ligas camponesas que a luta assume um caráter nacional. A tendência representada pelas Ligas era a que mais correspondia o momento da Luta de classes no campo.

O *Política Operária* caracteriza as teses da ULTAB como reformistas, pois encara a luta pela reforma agrária como a substituição das relações agrárias, fundadas no latifúndio escravista e no imperialismo pelas relações de caráter francamente capitalistas. As Ligas, por sua vez, optam pela inclusão dessa luta num movimento revolucionário de caráter geral, cujo o objetivo é a implementação do regime socialista. Conseqüentemente, a ULTAB inclina-se em admitir que a reforma agrária pode ser obtida por meio de métodos pacíficos e legais, enquanto as ligas acreditam que a vitória não pode excluir uma solução por meio de lutas radicalizadas, que visem a revolução ou um Estado transaccional.

O artigo *O nome e um programa*⁴¹ tem como objetivo continuar a discussão sobre a renovação da esquerda, realizado na convocatória do 1º congresso. Na oportunidade da convocatória, a Polop mostrou que tem consciência de que não se trata de fundar mais uma sigla, mas de criar as condições desde o novo instrumento político para a construção de um partido proletário efetivamente orgânico. Essa tarefa de construção não resultará da simples elaboração de um documento e um estatuto, mas da formação de quadros com habilidade de *estudar e interpretar a realidade brasileira sob um ângulo marxista*⁴², de analisar a situação mundial e assimilar boa parte da experiência da luta de classe em escala internacional.

⁴¹ Reportagem: *O nome e um programa*. In: *Política Operária*, nº 1, janeiro de 1962. Rio de Janeiro. CEDEM/ UNESP. Pg. 2.

⁴² Convocatória para o 1º Congresso da Polop, julho de 1960. Rio de Janeiro. CEDEM/ UNESP.

No texto, a Polop apresenta seus objetivos com a divulgação do *Política Operária*: renovação da esquerda a partir da classe trabalhadora com a formação de um partido de classe, romper com as amarras que atrelam o sindicalismo ao Estado, aplicar o marxismo (método) para facilitar a leitura da realidade, ou seja, aproximar a teoria da prática, e por último, a afirmação da necessidade de estratégias e táticas oriundas do proletariado brasileiro.

Nesse artigo, a organização afirma que a velha esquerda já teve um papel significativo no passado, mas agora está desgastada e mostrou-se incapaz de acompanhar o desenvolvimento, numa referência ao PCB. Continua ainda afirmando: “*Não consegue Galvanizar a nova geração que está destinada a continuar a obra*”⁴³.

Nesse trecho, o Jornal faz uma crítica à falta de aplicação do método materialista histórico-dialético na análise da formação social brasileira e mostra a necessidade de a revolução brasileira assumir seu próprio caminho. Ainda apontando os elementos que representem de fato uma alternativa, o artigo critica duramente as circulares da III Internacional comunista, lideradas com mão de ferro por Stalin, que oferecem um “receituário” para os partidos comunistas de todo o mundo. “A falta de um marxismo e das experiências do movimento internacional à realidade do país fez com que a esquerda se limitasse a desempenhar não as funções da classe operária e de seus objetivos históricos, mas sim como apêndice dos países que já realizaram sua revolução”.

A reportagem do correspondente de Recife⁴⁴ faz uma descrição inicial do problema enfrentado pelo camponês, a relação com o latifúndio que detém as melhores terras (mais férteis), relação da produção com o preço de venda e a consequente necessidade de crédito para contrabalancear o preço do produto na época da colheita e na época que o produto é vendido. Relaciona esse ambiente com o surgimento das ligas camponesas, instrumento político do camponês para pensar os problemas enfrentados e auxiliar no despertar das consciências. *Um vasto corpo sem cabeça* é o subtítulo que exprime o grande crescimento das ligas, sem estar acompanhado de uma formação de “quadros” camponeses para evitar os erros

⁴³ Artigo do Jornal Política Operária, pg. 2, ano I, nº 1, jan./1962.

⁴⁴ Reportagem: “*Problemas do movimento camponês no Nordeste*”. In: Política Operária nº 2, abril de 1962. Rio de Janeiro. CEDEM/ UNESP. Pg. 12.

mais comuns na militância no campo: quadros carentes de formação teórica, levam ao camponês palavras de ordens de caráter pequeno burguês, incapazes de “galvanizar” os camponeses em uma ação revolucionária e de forma geral, se mostram incapazes de falar com propriedade ao homem do campo, pregando palavras fora do alcance dos camponeses. O problema da falta de “quadros” lhes dificulta a formação de referências, líderes camponeses que pertençam ao próprio movimento. A Polop, através da reportagem, propõe dar organização real, através da criação de quadros próprios, estruturados em núcleos regionais, com uma formação marxista. A atividade militante assim estruturada poderá levar a prática e cimentar a aliança operário-camponesa.

Na reportagem *Burguesia no Brasil tem nova arma: IPES*⁴⁵ o jornal denuncia a função do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais: desencadear a repressão econômica através do financiamento dos candidatos e imprensa alinhados aos interesses conservadores. O plano consiste em contribuições compulsórias num caixa, onde é depositado 0,5% do capital registrado de cada empresa participante. O fundo, que reúne latifundiários, comerciantes e industriais é destinado para combater candidaturas populares mais ligadas à esquerda. A reportagem revela que a pressão sobre a imprensa é feita a partir da verba de publicidade, atingindo 35 das 37 empresas de publicidade, de maneira a controlar a opinião dos jornais e a orientação dos programas de rádio e televisão.

Já na manchete *SUPRA: Camponeses farão o que o Governo não fez*⁴⁶ a organização analisa as intenções bonapartistas de Jango, que naquela altura, a Polop acreditava que era o mais próximo de concretizar um golpe. No texto a Polop discute o decreto da SUPRA (Superintendência de Política Agrária), que pretendia desapropriar as terras situadas na faixa de 10 km às margens de rodovias e ferrovias federais⁴⁷.

As áreas abrangidas pelo decreto eram aquelas que davam maior margem a

⁴⁵ Reportagem: *Burguesia no Brasil tem nova arma: IPES*. In: Política Operária nº 2, abril de 1962. Rio de Janeiro. CEDEM/ UNESP. Pg. 5.

⁴⁶ Manchete: *SUPRA: Camponeses farão o que o Governo não fez* ". In: Política Operária nº 8, de 15 a 21 de janeiro de 1964. CEDEM/ UNESP. Pg. 2.

⁴⁷ Para efeito de comparação a Polop coloca um dado que mostra que as rodovias federais brasileiras na época somavam juntas cerca de 30 mil km de extensão, ou seja, a desapropriação representaria uma faixa de 0,03% do total.

especulação e onde ficavam situadas as maiores fazendas pertencentes aos latifundiários. Na época houve ampla mobilização dos partidos políticos de base latifundiária, como o PSD e a UDN, sem contar os políticos, deputados e senadores, que seriam atingidos por tal decreto.

Segundo Oliveira (2015), para a Polop o governo Jango nunca pretendeu realizar aquela medida, pois o governo não tinha dinheiro suficiente para aplicá-la: a quantia necessária para realizar tamanha desapropriação superava a quantidade de papel moeda em circulação. E também a falta de aparelhamento da SUPRA, que não tinha planos concretos para o aproveitamento da área. Então, se o governo não tinha recursos nem infraestrutura estatal para a efetiva desapropriação, por que o interesse do governo neste decreto?

Para a Polop não era na reforma agrária que João Goulart estava pensando, pois para isto bastava o apelo para as manifestações das massas. Segundo a organização o *“objetivo fundamental foi o de encostar à parede o PSD e o próprio Congresso, mostrando-lhe as poderosas armas de que dispõe o Governo para obrigá-los a ceder a seus propósitos”*⁴⁸. Estes propósitos giravam em torno da tentativa de João Goulart de conseguir a adesão do Congresso e do PSD para seus planos golpistas.

Porém, Oliveira (2015) lembra que o plano bonapartista de Jango e a capacidade de concretizá-lo foi testado no episódio do estado de sítio em setembro de 1963, quando o presidente tentou decretar um estado de exceção, mas não teve apoio das forças políticas de esquerda, nem de direita, e nem do Congresso que *“negociou o quanto pode, até que a mobilização popular no país lhe permitiu opor-se abertamente”*⁴⁹.

Negar o pedido de estado de sítio de João Goulart não fazia os setores de direita do congresso mais ou menos democráticos que Jango. A negativa em atender tal pedido devia-se exclusivamente a interesses próprios, os partidos conservadores e seus representantes no congresso tinham medo do poder que o presidente poderia alcançar:

Quando os partidos reacionários, como o PSD, se negam a ceder ante as

⁴⁸ SUPRA: *Camponeses farão o que o governo não fez*. Jornal Política Operária, nº 8, 15 de janeiro de 1964. CEDEM/ UNESP, p. 2.

⁴⁹ Idem, p. 2.

intenções golpistas do Sr. Goulart, fazem-no, evidentemente, em atenção exclusiva aos seus próprios interesses. Preferem este regime, em que dispõem de influência, do que uma ditadura, em que ficariam à mercê das boas graças do Sr. Goulart. Não os move, portanto, nenhum interesse pela causa do povo.⁵⁰

Para a Polop tanto a tentativa de desapropriação das terras nas margens das rodovias federais, quanto o pedido do estado de sítio não passavam de manobras da figura de Jango, que tinha uma relação política complicada com os vários setores da sociedade brasileira, seja os trabalhadores ou a classe dominante, mas sem dúvida a burguesia era a privilegiada deste processo. Apesar das intenções vistas pela Polop como bonapartistas, João Goulart representava um Estado Burguês:

Quando o Sr. Goulart insiste em sua intenção golpista, também não está sendo impulsionado por qualquer vinculação à causa do povo. O que lhe interessa é o poder pessoal, é a ambição de mando. Serve-se das reformas para obter o apoio da esquerda reformista e para fazer crer às massas que está a serviço destas. Presta, com isto um serviço à burguesia, pois dificulta a mobilização das massas para lutar por conta própria.⁵¹

O Governo Jango revelava estar ao lado dos interesses da burguesia brasileira quando acabou recuando do plano da SUPRA e ao mesmo tempo atacava lideranças sindicais, alterou o projeto de regulamentação da lei de remessa de lucros e mantinha relações secretas com o presidente dos Estados Unidos. Isto, segundo a Polop levava Goulart a “cometer contínuas tentativas de golpe (bonapartista), pois está consciente de que o desejo da burguesia de reprimir o movimento operário torna cada vez mais necessária, para essa classe, a instauração de uma ditadura”⁵²

Na visão da Polop a burguesia brasileira enxergava as causas da crise burguês-latifundiária, mas não podia resolvê-las, pois não tinha como realizar as reformas de que falava. As reformas envolviam o fim do latifúndio e o combate do imperialismo, o que na prática significava que a burguesia brasileira perderia sua posição de classe dominante, e a mesma temia o crescimento do movimento dos trabalhadores caso as reformas fossem concretizadas. O medo dos operários acabou levando as frações burguesas a estreitar laços já existentes com o latifúndio e o imperialismo, em vez de se afastar.

Para a Polop a principal contradição era entre a burguesia industrial brasileira

⁵⁰ Idem, p. 2.

⁵¹ Idem, p. 2.

⁵² *Por um governo revolucionário dos trabalhadores da cidade e do campo*. In: *Jornal Política Operária*, nº 8, 15 de janeiro de 1964. CEDEM/ UNESP, p. 4.

e o proletariado, ou seja, as classes sociais mais desenvolvidas. Naquela altura a democracia burguesa já dava sinais de que não se sustentaria, a burguesia marchava “inevitavelmente para o golpe e a ditadura, com o que pretende controlar a situação explosiva que ela mesma criou...”⁵³. Frente a essa conjectura, a Polop adverte que somente um Governo dos Trabalhadores da Cidade e do Campo seria capaz de fazer frente a este golpe, demarcando que esse deveria ser um governo revolucionário, “apoiado em milícias operárias e camponesas e em comandos de sargentos, cabos e soldados – isto é, no povo em armas, somente assim poderá ser vencida a reação que as reformas de estrutura provocam”⁵⁴. Para a Polop não bastava apenas ocupar espaços no Estado burguês com políticas reformistas dentro da perspectiva capitalista, era necessário um governo revolucionário dos trabalhadores para poder atender as demandas do proletariado.

A luta armada que acompanhava as discussões da Polop nos anos anteriores aparecia naquele momento como resposta às intenções golpistas dos setores de direita ou de Jango. A luta armada vinha aparecendo nos escritos da Polop como possibilidade tática, agora aparece como convocação para as massas trabalhadoras realizarem as reformas estruturais, defenderem e ampliarem a democracia ameaçada: “a luta pela formação do GOVERNO REVOLUCIONÁRIO E DEMOCRÁTICO DOS TRABALHADORES DA CIDADE E DO CAMPO que constitui a razão de ser deste jornal”⁵⁵.

O artigo⁵⁶, assinado pelo militante da Polop Theotônio dos Santos, é fundamental para esta pesquisa, pois contém uma análise da conjuntura da crise brasileira explicando o movimento do capital e sua manifestação na formação social brasileira. O artigo ainda caracteriza a Frente de Mobilização Popular (FMP), seu programa e conjectura o fracasso de um eventual ministério da centro-esquerda, na tentativa de conciliar as diversas tendências que são representadas na FMP.

Aqui nos deparamos no elemento central para o debate proposto por Theotônio e que converge com a problemática do trabalho. Nos parece que a

⁵³ Idem, p. 4.

⁵⁴ Idem, p. 4.

⁵⁵ Idem, p. 4.

⁵⁶ Artigo de Theotônio [dos Santos] Júnior: *Por que fracassaria um ministério de centro esquerda?* In: *Política Operária* nº 8, de 15 a 21 de janeiro de 1964. CEDEM/ UNESP. Pg. 6.

esquerda revolucionária, desde 1935, como sugerido no artigo, acompanhou o processo de desenvolvimento da burguesia industrial, sem efetivamente levantar bandeiras anticapitalistas, nos é sugerido que a esquerda, ao longo do processo de industrialização se limitou a reivindicar pautas economicistas, sem apontar claramente para um caminho de ruptura com as relações sociais de produção de tipo capitalista. No texto, o autor dá algumas pistas ao afirmar que a esquerda

Não pode, por conta da deficiência teórica, colocar os problemas nos seus justos termos e ver o único caminho que lhe resta - golpear definitivamente o capitalismo nacional e abrir terreno para um governo dos trabalhadores da cidade e do campo, capaz de destruir o latifúndio e o imperialismo, golpear a dominação burguesa e criar as bases do socialismo no Brasil(...)⁵⁷.

Theotônio continua dando pistas dizendo “Imbuída de esquemas errados de raciocínios e de compromissos políticos e pessoais, pensa a esquerda resolver a crise capitalista por meio do fortalecimento do capitalismo nacional.” Reside aqui a reflexão a respeito da crítica da Polop à estratégia hegemônica do período. A exposição de Theotônio parece indicar que a Polop não comungava da estratégia de aliança de classe com a burguesia nacional para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, pois a burguesia “para sustentar o regime capitalista, tem de recorrer ao terror e não eliminar a estrutura pré-capitalista no país - ao contrário, tem de conter o seu desenvolvimento”.

Mais adiante no artigo, ao criticar o programa das forças populares da FMP, o autor infere que o erro básico do programa que a FMP pretende levar para o ministério é uma análise falsa da realidade brasileira e sua situação de classe. Diz Theotônio:

O Brasil é um país essencialmente capitalista, onde subsiste apenas alguns elementos de uma estrutura pré-capitalista(...). O capitalismo brasileiro está intimamente entrelaçado com o capitalismo internacional e dele depende basicamente para o seu desenvolvimento (em termos de capitais, máquinas, patentes, etc.). Além disso, a burguesia nacional não pode destruir o imperialismo e o latifúndio porque são seus aliados e por que liquidá-los seria extinguir a si mesma, pois a eles está intimamente associada.⁵⁸

No fechamento do artigo, o autor conclui ser impossível um desenvolvimento capitalista nacional independente; que as classes sociais capazes de derrotar o

⁵⁷ Idem.

⁵⁸ Idem.

imperialismo e o latifúndio são os trabalhadores da cidade e do campo, apoiados pela classe média, pequena burguesia, estudantes e intelectuais; só será possível derrotar o imperialismo e o latifúndio derrotando ao mesmo tempo o centro da economia nacional, ou seja, o grande capital monopolista nacional ou internacional; e por último, destaca que nenhuma dessas medidas pode se realizar sem destruir a máquina burocrática-militar do Estado burguês por uma revolução social. Desse modo, o autor define as tarefas da esquerda, indicando a posição da Polop: agitar nas massas um governo dos trabalhadores; lutar pela democracia operária, para que os instrumentos de poder sejam deslocados para os órgãos de representações operárias e camponesas; armar o povo para defender a reforma agrária, as encampações e o poder popular.

No artigo intitulado “*Reformas só sairão com um governo dos trabalhadores*”⁵⁹, o *Política Operária* denuncia a tentativa do governo, através de San Tiago Dantas, de envolver parte da esquerda “consequente” (ou também definida como reformista) e sua base social na Frente ampla pelas reformas de base. Segundo o texto, o chamamento do governo é uma medida diversionista que deveria ser rejeitada imediatamente, já que a Frente ampla, segundo a caracterização da Polop é uma manobra para arregimentar, dentro da esquerda, forças que sustentarão a continuidade da política de colaboração de classe. Mais à frente no artigo, é apontado que o objetivo indisfarçável do governo Goulart é ter base social para dar um golpe de Estado e instalar um regime bonapartista.

A preocupação imediata da Polop naquela conjuntura era de manter os direitos e as garantias democráticas da classe trabalhadora, a conjuntura pedia uma resposta imediata para os ataques que o proletariado brasileiro estava sofrendo. Para a organização qualquer tentativa de golpe só seria barrada se a esquerda estivesse apoiada no movimento de massas, mas a luta contragolpes por si só não mobilizaria as massas.

O que mobilizaria as massas naquele momento era uma perspectiva de luta que mostrasse uma solução para seus problemas, “uma perspectiva de realização das reformas de estrutura, de combate efetivo à alta do custo de vida, de liquidação

⁵⁹ *Reformas só sairão com governo dos trabalhadores*. Jornal *Política Operária*, no 9, 22 de janeiro de 1964. CEDEM/UNESP. Pg. 4.

da espoliação imperialista”⁶⁰. Ao mobilizar as massas, a esquerda deveria apontar-lhes a única alternativa vista pela Polop como possível, “a tomada do poder”⁶¹, e construir um Governo Revolucionário dos Trabalhadores da Cidade e do Campo. Este governo expropriaria os latifúndios, confiscaria as propriedades dos imperialistas, nacionalizaria o sistema bancário, promoveria política de pleno emprego. O que a organização propunha era o povo em armas para a tomada do poder via revolução e implementação do socialismo.

No artigo *Reformismo e Fascismo*⁶², o jornal descreve os acontecimentos que fizeram com que o Congresso Unitário dos Trabalhadores da América Latina (CUTRAL) que seria realizado em Belo Horizonte fosse adiado e transferido para Brasília. O que motivou a transferência de data e local foi a mobilização por parte da pequena burguesia, que destituída de perspectiva política própria, juntamente com setores da Igreja que conseguiram mobilizar as massas, foram às ruas enfrentar a esquerda e os trabalhadores reunidos para a participação do congresso. A radicalidade da pequena burguesia nesse episódio é explicada no artigo pela diminuição das condições de vida e pelos sacrifícios impostos pelo aumento da inflação. O texto revela o que aconteceu:

A burguesia se apoia na pequena burguesia e faz ela de tropa de choque. O que aconteceu foi o movimento de massas atizado pela direita e pelos padres a impedir a realização do congresso. A pequena burguesia tem que ser dirigida pelos operários. As esquerdas reformistas não conseguem propor soluções, tanto para os operários, quanto para os pequeno burgueses, para o alto custo de vida, apresentam as greves como baderna, ou seja, os erros da direção reformista facilitam a tarefa dos fascistas.

A pequena burguesia, como uma não classe, ou semi-classe desprovida de consciência social própria, radicaliza-se com base nas contradições resultante entre o choque das principais classes, a burguesia e o proletariado. Nesse sentido, o texto sugere que a classe operária só vai dirigir a pequena burguesia quando apresentar soluções para os problemas do proletariado. Se isso não acontecer, a pequena burguesia torna-se presa fácil para qualquer outra força política que lhe acene com promessas de melhor vida. No fechamento do artigo o jornal prega a necessidade de

⁶⁰ Idem

⁶¹ Idem.

⁶² Artigo: *Reformismo e Fascismo*. In: Política Operária nº 10, de 29 a 4 de fevereiro de 1964. CEDEM/ UNESP. Pg. 4.

uma Frente de Classe, com trabalhadores da cidade e do campo, para atuar como força política capaz de esmagar o fascismo e guiar as massas para a tomada do poder.

2.5 Revistas da Polop

O *Política Operária* em seu formato revista tinha um objetivo diferente do formato jornal. No formato que se resume a quatro edições (da quarta até a sétima edição), a publicação procurou expor as formulações teóricas de mais folego com o objetivo de travar um debate teórico e retomar o marxismo. Os textos continham traços teóricos que nos permitiram entender como a Polop interpretava a movimentação da luta de classes no Brasil. A organização em 1963, período que compreende as edições da revista, atuou de modo mais combativo junto aos movimentos das massas. As elaborações teóricas e a postura nas discussões travadas pela organização contribuíram para as cisões no interior do PCB.

Os temas discutidos nas páginas são análises da situação da luta de classes internacional, as divergências entre as orientações do PC soviético e do PC chinês e processos revolucionários que se desenvolveram à margem dessa divergência. No que tange a luta de classes no Brasil, objeto direto da pesquisa, destacamos os debates teóricos que abordam a questão da crise brasileira, o proletariado brasileiro, a atuação das esquerdas no Brasil e as propostas e tentativas de unidade para executar as tarefas colocadas para a classe trabalhadora no Brasil. Identificamos nos debates teóricos da revista um conteúdo mais elaborado que nos jornais. No novo formato predomina a posição da Polop e artigos assinados, trazendo contribuições de intelectuais e militantes que compartilhavam das análises da organização.

No artigo “A Crise Brasileira” a Polop traça um panorama das contradições na sociedade brasileira. Mostra a recomposição colocada em prática pela burguesia em torno de um novo esquema de poder com a reunificação de seus setores e no conseqüente fortalecimento como classe. Esse processo é acompanhado de um estreitamento de sua aliança com o imperialismo norte-americano revelado pela reformulação da “Aliança para o Progresso”. Nesse ponto,

A realidade brasileira e continental está, assim, mostrando a impraticabilidade do chamado “governo nacionalista e democrático” e coloca, antes, como alternativa

provável, o estreitamento da aliança entre a burguesia nacional, e o imperialismo, assim como o agravamento da dominação interna e da pressão sobre as massas.⁶³

Mostra a necessidade de a classe trabalhadora forjar suas próprias estratégias, reforçar suas formas de organização e, principalmente, que se disponha a sustentar uma ação efetiva visando a tomada do poder.

Já no artigo “Para Onde vai o Proletariado Brasileiro”, a Polop debate com o livro “Perspectiva da Revolução Brasileira” de Marcos Peri. Segundo Peri, o livro se propõe a estimular o debate ideológico para superar as opiniões contraditórias e cimentar a verdadeira unidade do movimento comunista. Trata-se de uma análise crítica feita do ponto de vista marxista, mas com qual a Polop não concorda em todas as conclusões, ensejando que a organização utilizasse alguns elementos do livro como mediação para debater entre a esquerda.

No livro, Peri confronta as posições do PCB com as posições de Lenin e conclui que: as formulações do movimento comunista são incoerentes e claramente reformistas e que o movimento operário não tinha produzido uma elaboração teórica de aplicação do método à análise do processo econômico-social. Mais adiante, no estudo da política comunista a nível internacional, Peri aponta a confusão entre imperialismo capitalista e colonialismo e a atribuição de “*preponderância às contradições nacionais sobre as contradições de classe*”. O resultado dessa atribuição seria a base do erro teórico da tática de “frente única com a burguesia nacional” colocada em movimento pelo PCB e que iremos destrinchar melhor suas implicações no capítulo 3.

Na 5ª edição da revista *Política Operária*, o artigo assinado por João Pedro Xavier, intitulado: “*O plebiscito: um não às Esquerdas*” explicita a crítica ao reformismo da “*Velha Esquerda*” como aquela que acaba sempre agindo enquanto “*apêndice da política burguesa*”, sendo que na campanha do plebiscito não tinha sido diferente, pois ofereceu mais uma vez seus serviços, costurando a cobertura ideológica popular de parte da burguesia engajada na campanha (interessada na vitória do presidencialismo no plebiscito).

⁶³ A crise Brasileira. In: Revista Política Operária nº4, outubro de 1962, p.1.

A leitura feita pela Polop era que a esquerda se equivocava ao oferecer seu apoio às Reformas de Base. Isso por que:

[...] em primeiro lugar, não elaborando planos operários não se canaliza todo o potencial político do operariado, só plenamente aproveitável para suas próprias reivindicações. Em segundo lugar, aceitando a liderança da burguesia, aceita-se antecipadamente os limites burgueses das reformas. O papel que aí aos revolucionários é, por um lado acusar em toda a agudeza os problemas fundamentais a que a própria burguesia já é obrigada a se referir; por outro lado, desmistificar os planos e a liderança burguesa e forjar, no processo de luta, a vanguarda e o programa revolucionários.⁶⁴

A Polop não participou da campanha do plebiscito que instauraria o parlamentarismo ou presidencialismo. Enquanto o PCB apoiou o que ele definia como as “forças progressistas” na luta pelo presidencialismo, a Polop se absteve criticamente da campanha, pois sabia e afirmou que o parlamentarismo instaurado às pressas, e através de inúmeros arremedos legais e políticos, havia sido a saída encontrada pela burguesia para salvar a sua dominação, pois temia que se radicalizasse a mobilização popular realizada. O autor levantava uma questão importante, esclarecedora da estratégia da Organização: “podem os revolucionários aproveitar-se da vaga reformista da burguesia? Sim, naturalmente”

A negação em preparar-se o proletariado para suas próprias reivindicações históricas, a fuga ao desmascaramento do caráter mistificador das bandeiras burguesas, a ajuda à circulação das ideias burguesas no meio operário é que têm impedido o desenvolvimento do proletariado como força política própria. E sua inexistência como força política própria é que permite sempre à burguesia abandonar seu incômodo parceiro assim que necessário. [...] Desta forma, quando os reformistas, devido à fraqueza política atual do operariado e à possibilidade de se aproveitar as necessidades reformistas da burguesia, apoiam os planos burgueses, permitem que esses planos ganhem as massas, mobilizam as massas para eles, entregam a liderança do processo à ‘fração progressista’ da burguesia, eles justamente deixam de aproveitar essa onda reformista para o proletariado.⁶⁵

Nesse artigo, o autor faz uma crítica a aliança de classe protagonizada pelo PCB que não preparava a classe trabalhadora para ser uma força política independente no cenário de crise da ordem burguesa. Ao se aceitar a liderança da burguesia, aceita-se antecipadamente os limites impostos pelo Estado burguês, pavimentando o caminho para o amoldamento da classe trabalhadora à ordem.

⁶⁴ 220 XAVIER, J. Pedro. O Plebiscito: Um não às Esquerdas, In: Revista Política Operária nº5, 1963, p. 13 e 14

⁶⁵ XAVIER, J. Pedro. O plebiscito: um ‘Não’ às Esquerdas. Revista Política Operária, nº 5, janeiro - fevereiro de 1963, p.13. CEDEM/UNESP.

Colocando as divergências como eixo central do debate, a revista na sua sexta edição tem um elemento especial, pois continha as teses e diretrizes políticas aprovadas no II congresso da Polop. Trata-se de uma contribuição com análises político-econômicas para o desenvolvimento da consciência revolucionária no Brasil. Ainda nas páginas iniciais, a revista avisa do caráter polêmico da contribuição, pois, segundo a advertência, para que a consciência revolucionária se desenvolva, é preciso estar ligada a prática e a luta contra as concepções burguesas que visam deformá-la e desviá-la.

São dois os textos que destacados. O primeiro trata-se de uma parte das *Diretrizes para uma política operária*, mais especificamente uma análise da situação do movimento operário. A Polop afirma a existência de uma orientação reformista que domina os partidos oficiais da esquerda havia pelo menos duas décadas e que fez com que toda uma geração de operários industriais ficasse submetida às teorias de colaboração de classe com a burguesia nacional. Outro elemento é a denúncia de todas as tentativas burguesas e reformistas de estruturar alianças entre o proletariado, a burguesia nacional e certos setores do latifúndio pretensamente anti-imperialistas. Essas tentativas enfraquecem a luta dos trabalhadores pois espalham ilusões. O texto ainda demarca que a luta anti-imperialista é parte indispensável para a constituição do proletariado como classe independente.

O segundo artigo destacado é *Aliança com a burguesia ou unidade revolucionária?*⁶⁶ assinado por Luiz Cayo. Mais uma vez a revista direciona sua artilharia contra o PCB. O texto crítica que a solução encontrada pelo PCB para a crise de agosto de 1961 foi reforçar os setores democráticos e nacionalistas numa frente única da classe operaria com a burguesia nacional, as classes médias urbanas e o campesinato. Cayo afirma que através da frente única a burguesia garante para si, através de sua ala “esquerda”, o processo de reformas que se desenvolve atualmente no país. Finaliza pregando a necessidade de uma frente de esquerda revolucionária.

A Polop acreditava que Jango estava preparando terreno para a implementação de um “governo de tipo bonapartista” e é Ruy Mauro Marini que

⁶⁶ CAYO, Luiz. Aliança com a burguesia ou unidade revolucionária? Revista Política Operária, nº 6, entre março e setembro de 1963, p.57. CEDEM/UNESP.

sustenta essa posição na sétima edição da revista⁶⁷. Para ele, Goulart sabia que precisava de uma forte identificação com o povo, ou seja, apoio para se manter como gerenciador dos negócios da burguesia, concretizar suas pretensões “bonapartistas”. Marini aponta que esse era o motivo para a manutenção da esquerda, sindicatos e organizações políticas sempre muito próximos de Jango. A caracterização de Marini a respeito de Jango era muito dura e não destoava das críticas da organização:

Político afeito das velhas práticas fisiológicas, tradicionalmente estribado no peleguismo e no empreguismo afeito às concessões e à conciliação, o atual presidente da república vem realizando o pior governo de que a burguesia já dispôs, e tanto mais decepcionante quando se segue às brilhantes promessas que o Sr. Jânio Quadros soubera cintilar⁶⁸.

Para a Polop, Goulart tinha planos bonapartistas, como demonstra o episódio do estado de sítio, utilizando as pautas das reformas de base para arregimentar apoio na esquerda reformista e iludir os trabalhadores que está a serviço desses. Se não bastasse a ilusão, o apoio do PCB ao governo dificultava a mobilização dos trabalhadores a lutarem por seus interesses. Eram essas as palavras de crítica ao PCB por seu apoio ao governo:

É inevitável, pois, que a decepção que o governo está causando, e que deverá se agravar-se muito mais, venha a refletir-se diretamente sobre a esquerda. Se, amanhã, esse povo traído e explorado vier a se passar para qualquer Lacerda que lhe apareça com uma pretensa forma de salvação nacional, sobre quem recairá a responsabilidade, senão sobre a esquerda?⁶⁹

No mesmo artigo a Polop também se posiciona contra o Plano Trienal, pois com o aprofundamento da crise, a solução “democrático-nacional” necessária para realizar as reformas do plano se tornaram inviáveis. A aliança não era possível pois a crise não permitia que a burguesia concedesse nada ao proletariado

Nessas circunstâncias, como se atreveria a burguesia a isolar-se de seus aliados tradicionais, de quem a separem choques de interesses, mas aos quais se liga pelo compromisso comum no sistema de exploração vigente no país? E, sobretudo, para garantir-se o apoio das massas, teria de oferecer-lhes, não simplesmente algumas vantagens econômicas, mas ataques ao regime de

⁶⁷ MARINI, Ruy Mauro. Uma Política Operária para o Brasil. Revista Política Operária, nº 7, outubro de 1963, p.9. CEDEM/UNESP.

⁶⁸ Idem.

⁶⁹ Idem.

propriedade privada latifundiária, suscetíveis de serem usados amanhã como precedente da sua própria liquidação?⁷⁰

Diante da grave situação nacional no início de 1964, a Polop retomou o formato jornal no intuito de alcançar os movimentos organizados da classe e preparar uma resistência ao golpe. A Polop se aproximou dos oficiais rebelados, marinheiros e sargentos, sobretudo através dos contatos de Moniz Bandeira e Eric Sachs pela Frente de Mobilização Popular⁷¹ (FMP). A compreensão da organização era de que um golpe estaria por vir, por via bonapartista ou fascista, portanto, os militares de baixa patente poderiam ser o braço armado de uma possível resistência. A mudança no seu principal periódico estava ligada à evolução do processo político brasileiro:

Os três anos que se passaram, desde que surgimos, trouxeram profundas alterações para o país. O aprofundamento das contradições entre as classes exploradoras e as classes trabalhadoras do Brasil fizeram avançar sensivelmente as lutas de classe. A ascensão do movimento grevista, a formação do CGT, as tomadas de terra e os choques armados no campo, a intervenção dos sargentos e soldados na vida política – estes elementos compõem um quadro bastante diferente do que conhecemos no passado e anunciam, para a luta revolucionária, combates decisivos.⁷²

Fazendo uma retrospectiva, Sachs⁷³ avalia que a organização teria privilegiado, através de sua revista, a propaganda ideológica das massas. A repercussão foi maior entre as esquerdas e as vanguardas existentes, porque ofereceu a elas uma crítica à política de colaboração de classes e ao “caminho pacífico para o socialismo”, como se a burguesia fosse abrir mão do poder sem deflagrar algum tipo de resistência. Porém, sentiram os limites do mero debate e enfrentaram o problema transformando a revista em jornal que lançava apelos aos organismos de massa e, com isso, mudar a atitude da esquerda. A volta para o formato jornal foi interrompido pelo golpe, dificultando o crescimento da organização e obrigando-os a promover uma mudança qualitativa nas atividades.

⁷⁰ Idem.

⁷¹ LEAL, Leovegildo Pereira. Política Operária: A Quebra do Monopólio Político, Teórico e Ideológico do Reformismo na Esquerda Brasileira. Dissertação (Mestrado História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1992, Pg. 214.

⁷² SUPRA: Camponeses farão o que o governo não fez. Jornal Política Operária, nº 8, 15 de janeiro de 1964. CEDEM/UNESP, p. 4.

⁷³ Aonde Vamos, Opus. Cit.

CAPÍTULO 3

PARADA DO VELHO NOVO
Brecht

*Eu estava sobre uma colina e vi o Velho se aproximando,
mas ele vinha como se fosse o Novo.
Ele se arrastava em novas muletas, que ninguém antes havia visto,
e exalava novos odores de putrefação, que ninguém antes havia cheirado.*

*A pedra passou rolando como a mais nova invenção,
e os gritos dos gorilas batendo no peito deveriam ser as novas composições.
Em toda parte, viam-se túmulos abertos vazios,
enquanto o Novo movia-se em direção à capital.*

*Assim marchou o Velho, travestido de Novo,
mas em cortejo triunfal levava consigo o Novo e o exibia como Velho.
O Novo ia preso em ferros e coberto de trapos; estes permitiam ver o vigor de seus membros.*

*E o cortejo movia-se na noite, mas o que viram como a luz da aurora era a luz de fogos no céu.
E o grito: Aí vem o Novo, tudo é novo, saúdem o Novo, sejam novos como nós!
seria ainda audível, não tivesse o trovão das armas sobrepujado tudo.*

Como pudemos ver nos capítulos anteriores, muitos foram os enfrentamentos da classe trabalhadora contra o sistema capitalista no Brasil. Mais especificamente entre os anos de 1940 e 1950⁷⁴, o eixo dessas lutas foram em torno do debate do desenvolvimento nacional (capitalista, portanto) como sendo um projeto da classe trabalhadora para que fosse possível chegar ao socialismo. Nele se desembaraçam diferentes formas táticas para a superação do capitalismo e de caracterização de quem são os inimigos e aliados para este processo.

Ao longo desse período, marcado pela contradição entre capital e trabalho, identificamos alguns aspectos que serão expostos neste capítulo. Ao refletirmos sobre a revolução socialista no Brasil se fez necessário realizar alguns apontamentos sobre tática e estratégia, as vias da revolução burguesa e o processo de formação social, para então debruçar-se sobre as leituras propriamente da revolução burguesa no Brasil. Ter uma primeira aproximação com esses temas nos

⁷⁴ Rui Mauro Marini em seu livro *Subdesenvolvimento e Revolução*, 2013, afirma que em “1950 irrompeu o movimento nacionalista, apoiado com entusiasmo por amplos setores da pequena-burguesia, defendendo um desenvolvimento capitalista “autônomo” para o país e a concretização para as medidas de tipo “democrático-burguesas” que tal desenvolvimento parecia demandar” (2013,74). Além disso, Florestan Fernandes (2005) também define que, o período logo após a década de 30 (período de transição do capitalismo concorrencial para o monopolista) foi de grande instabilidade para o domínio burguês, pois as classes dominantes não possuíam uma ação única para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

dará ferramentas para poder analisar o conteúdo da Estratégia Democrático-Nacional (EDN)⁷⁵ e sua relação com as formulações da Polop.

3.1 Estratégia: do campo militar para a Política

Existem alguns teóricos que contribuíram para o debate do que é tática e estratégia, algum deles no campo do combate militar e outros no campo do combate político. A distinção entre tática e estratégia na arena política, elaborada a partir da influência e da metáfora da diferenciação elaborada por teóricos da arte militar, foi construída mediante a participação de vários autores.

Clausewitz, o grande filósofo de guerra, que se inspirou em Napoleão, definia a tática como “*a teoria do uso de forças militares em combate*”, e a estratégia como “*a teoria do uso do combate para o objetivo da guerra.*” Lenin definiu a relação entre a tática revolucionária e a estratégia revolucionária em termos bem parecidos aos de Clausewitz. O conceito de tática se aplica a medidas que servem a uma única tarefa ou a um único setor ou ramo da luta de classes. Consequentemente, Lênin falava sobre táticas precisas, como durante os dias de janeiro de 1905 ou em relação ao padre Gapon. Ele também falou sobre tática sindical, tática parlamentar, e assim por diante. A estratégia revolucionária abrange uma combinação de táticas que, por sua associação e crescimento, levam à conquista do poder pela classe trabalhadora.

Outros pressupostos políticos-teóricos muito difundidos na bibliografia levam em consideração uma perspectiva reducionista. De forma esquemática, reduz estratégia a objetivo que se quer chegar e tática a meios para chegar ao objetivo. Conforme identifica LEAL (1992, p.70) a confusão terminológica vem de longa data: ao dar o nome de “*Dois táticas da social democracia na revolução democrática*” ao seu texto de 1906, em que fixava o que julgava a etapa estratégica a ser cumprida pela revolução na Rússia, Lênin acabou contribuindo para o aprofundamento da confusão terminológica e, mais grave que isso, deu espaço a que transcrições literais, acrílicas de seu texto servissem de base a incompreensões e propostas das mais variadas conotações com a chancela de seu nome. Nos anos pós 1924 muitos teóricos marxistas-leninistas procuraram fazer os chamados "manuais", onde se

⁷⁵ Trataremos a partir desse ponto apenas pela sigla EDN. Ao longo desse capítulo falaremos mais detalhadamente.

tentou resumir obras de Lenin, Marx e Cia. Foi na formulação desses "manuais" que surgiu a concepção de que estratégia é objetivo e tática são os meios para se chegar aos objetivos traçados.

Esta pesquisa utiliza outro pressuposto, o da totalidade. Ou seja, estratégia é o plano completo de ações combinadas - as *táticas* -, com relação entre si, que levam a um determinado objetivo. Essa totalidade é que se convencionou estratégia. Nas palavras de Clausewitz:

Portanto, a condução da guerra é a formação e condução da luta. Se esta luta fosse um ato único, não haveria mais necessidade de qualquer subdivisão, mas a luta compõe-se de um número, maior ou menor, de ações separadas, completas em si mesmas, a que chamamos combates, como mostramos no primeiro capítulo do primeiro livro, e que todos juntos formam novas unidades. Daqui resultam as atividades completamente diferentes, a da formação e condução destes combates singulares entre si, e a combinação de uns com os outros, tendo em vista o objetivo final da guerra. Ao primeiro caso dá-se o nome de tática, ao outro, estratégia. (CLAUSZEWITS, 2015, p.115)

O texto segue e conclui fazendo a seguinte síntese:

De acordo com a nossa classificação, portanto, a tática é a teoria da utilização das forças militares em combate. Estratégia é a teoria da utilização dos combates para alcançar o objetivo da guerra. (CLAUSZEWITS, 2015, p.116)

Vale salientar que, justamente por conta do pressuposto da totalidade, Marx trata tudo como estratégico. Foi Lenin, baseado em clássicos de guerra, em especial o livro *Da Guerra*, que desenvolveu os conceitos para a teoria revolucionária de "tática e estratégia".

Outra contribuição que merece sinalização é o trabalho de Vania Bamberger em parceria com Theotônio dos Santos na obra "*La estrategia y la tactica socialistas de Marx y Engels a Lenin*", onde Vania faz uma síntese⁷⁶ do leninismo que ajuda nessa dimensão de totalidade que está inserido o debate:

- 1) as orientações táticas sempre provem da análise concreta de situação (o marxismo não é um dogma, mas sim um guia para a ação);
- 2) saber combinar a mais estrita fidelidade aos princípios estratégicos com o máximo de flexibilidade tática;
- 3) saber identificar a relação entre revolução democrática e revolução socialista e como uma é superada pela outra, abrindo caminho para níveis superiores da luta de classes;

⁷⁶ Síntesis: el leninismo, su estrategia y su táctica. Em: *La estrategia y la táctica em Lenin*, p. 198-201.

4) estimar a importância do partido revolucionário, incluindo seu papel atuando pela tomada de consciência das massas;

5) indicar a utilização e combinação de múltiplas formas de luta.

Fica claro a necessidade de submeter a tática à estratégia; mais que isso, a tática é uma expressão da estratégia, e não a mera fixação aleatória de objetivos imediatos. Se não houver essa vinculação, misturam-se objetivos, podendo levar ao erro de tornar inimigos por aliados, como veremos mais adiante.

3.2 A via clássica e não clássica da revolução burguesa

Para tratar do desenvolvimento histórico da revolução burguesa no Brasil, partiremos do pressuposto que a formação social brasileira se fundamenta em relações sociais de produção burguesas que tem por base uma economia capitalista consolidada e uma superestrutura política, jurídica e ideológica que expressam o domínio e a hegemonia burguesa. Mas, para chegar a essas conclusões, vamos entender o caminho para essa consolidação, ou seja, que via a burguesia brasileira percorreu para chegar à hegemonia e domínio enquanto classe. Utilizaremos Florestan Fernandes (2005) para chegar a essas conclusões.

Para chegar nesse ponto, se usássemos o parâmetro da revolução burguesa clássica (Inglaterra, EUA, França, etc.), acabaríamos por deformar nossa análise. Determinar que o processo brasileiro se deu nos moldes clássicos de revolução seria impreciso uma vez que não existia, por exemplo, uma crise na sociedade oligárquica que podiam levar a formação de uma classe burguesa. Influenciado neste momento de sua análise pelos referenciais weberianos⁷⁷, Florestan irá propor que faz sentido falar em revolução burguesa no Brasil se entendermos que aqui ela não foi uma mera repetição do processo clássico, indica que esse processo de desenvolvimento se deu de forma ímpar.

⁷⁷ O livro *A revolução burguesa no Brasil* pode ser entendido como uma compilação dos estudos a respeito das dinâmicas das classes sociais no processo de modernização do Brasil. Foi escrito em diferentes momentos e pode ser dividido, no que tange sua estrutura, em algumas partes. A parte inicial do livro contém claros pressupostos Weberianos – ação social, racionalismo econômico, etc. Já na parte final, Florestan passa a trabalhar, predominantemente, com a noção de padrão de acumulação e com a teoria do imperialismo, numa clara assimilação de uma vertente do marxismo e num diálogo nítido com a economia. Constitui-se como uma densa obra de interpretação sociológica, escrita por um sociólogo que aliou uma sólida formação teórica a técnicas diversas de pesquisa.

Mauro Iasi⁷⁸, sintetizando o caminho teórico proposto pelo autor, sugere que o domínio burguês no Brasil teve que se dar no seio de um paradoxo, isto é, uma formação social de origem colonial e que se insere no mercado mundial que do ponto de vista político se manifestava em uma ordem oligárquica e que, portanto, não produzia aqui as condições de formação de uma burguesia. Uma revolução burguesa que não podia partir do solo material da passagem das corporações de ofício para as manufaturas e daí para a grande indústria moderna, nem do processo de “cercamentos” formando de um lado uma força de trabalho livre e de outro a arrendatário capitalista no campo (MARX, 2013. pg.785 e seguintes).

Quem cumpriu este papel teria sido uma “*congiere*”⁷⁹ social que assumiram como seus os valores da ordem burguesa e constituíram uma ação social nesta direção. Um “tipo de atitude” voltada ao lucro e a acumulação de riqueza, ligada à inovação, ao talento empresarial e à organização de grandes empreendimentos econômicos. Setores da oligarquia e outros segmentos (Florestan cita a presença dos empresários imigrantes), ao assumir como seus os valores da ordem burguesa, pela proximidade e contato com a vida urbana moderna, o grande comércio, a necessidade de relação com os bancos, vão assumindo o padrão civilizatório burguês como seus e se tornam o sujeito da revolução burguesa no Brasil. Essa compreensão implica que não se trata apenas de uma via não clássica, como aquela que Lênin identificou como via prussiana, mas uma via não clássica da via não clássica.

O resultado desta singularidade, aponta IASI (2014), é que a ordem burguesa não precisou se impor contra a velha ordem, levando os protagonistas da ordem burguesa a necessidade de uma aliança com “os de baixo”, pelo contrário, nos termos de Florestan a crise do poder oligárquico não significou um colapso, mas uma transição “*ainda sob a hegemonia da oligarquia*” (Florestan, 2005. p.203) e mais, “*a oligarquia não perdeu a base de poder que lograra antes, enquanto aristocracia agrária e encontrou condições ideais para enfrentar a transição*” (idem. p.204) modernizando-se e adaptando-se a nova ordem que surgia.

Desse modo, continua IASI (2014), a revolução burguesa no Brasil se dá por uma aliança entre os setores que assumiram o “espírito burguês” e parte das velhas

⁷⁸ O PT e a Revolução Burguesa no Brasil. 2014.

⁷⁹ Literalmente um amontoado de setores sociais.

elites oligárquicas, e o que os une é a necessidade de frear a revolução vinda de baixo, dos trabalhadores urbanos e rurais e demais segmentos explorados pela ordem oligárquica. A forma particular desta economia inserida no mercado mundial e, portanto, no desenvolvimento internacional do modo de produção capitalista, também leva à incorporação do imperialismo neste bloco de alianças que torna possível a consolidação da ordem burguesa entre nós.

O resultado destas determinações é uma revolução “dentro da ordem”, “de cima”, contra a base da sociedade, portanto, uma revolução burguesa, nos termos de Florestan, que divorcia o conteúdo burguês de seu aspecto nacional e democrático, assumindo a forma de uma “contrarrevolução preventiva”.⁸⁰ Neste aspecto a análise se aproxima da crítica de Caio Prado Jr sobre a pertinência de falarmos de uma burguesia nacional. Diz Prado Jr:

Em suma, embora a burguesia brasileira, ou antes, alguns de seus representantes possam individualmente entrar em conflito com a poderosa concorrência de empreendimentos estrangeiros, e esse conflito se traduza eventualmente em ressentimentos contra o capital estrangeiro, não se verificam na situação brasileira circunstâncias capazes de darem a tais conflitos um conteúdo de oposição radical e bem caracterizada, e muito menos de natureza política. **A “burguesia nacional”, tal como é ordinariamente conceituada, isto é, como força essencialmente anti-imperialista e por isso progressista, não tem realidade no Brasil**, e não passa de mais um destes mitos criados para justificar teorias preconcebidas; quando não pior, ou seja, para trazer, com fins políticos imediatistas, a um correlato e igualmente mítico “capitalismo progressista”, o apoio das forças políticas populares e de esquerda. (PRADO JR., 1978. p.121. [Grifos nossos]).

Como teóricos comprometidos em pensar os rumos da revolução brasileira, Florestan, Caio Prado e Iasi analisam esse processo para além de preocupações historiográficas, como um esforço teórico para pensar os fundamentos de uma estratégia da revolução socialista. Por caminhos distintos, chegam à crítica dos fundamentos da estratégia que predominou no primeiro período de nossa história republicana até o golpe militar e empresarial de 1964 e que teve no PCB sua forma política mais expressiva: a estratégia democrático-nacional.

3.3 Estratégia Democrático-Nacional

⁸⁰ Em outro texto ao comentar a validade da obra aqui citada, Florestan Fernandes coloca da seguinte maneira o problema: “as burguesias associadas e dependentes são incapazes de fomentar e dirigir as três grandes revoluções (a nacional, a industrial e a democrática) que definiram o significado construtivo do chamado ‘capitalismo clássico’ na história das civilizações e da humanidade” (Fernandes, [1979], 2011: 100).

Durante o breve inventário da estratégia que se propunha a chegar ao socialismo, não questionamos a intencionalidade de quem formulou tal estratégia, pois não é o objetivo dessa pesquisa fazer uma crítica inquisitorial e moralista ao PCB, seus líderes e militantes. Nossa intenção é avaliar sua efetividade ao ser executada e verificar porque não foi possível derrotar o capitalismo. Acreditamos que as palavras de Marx, no prefácio à contribuição da crítica da economia política, ajudam a expor nosso objetivo:

Do mesmo modo que não se julga o indivíduo pela ideia que de si mesmo faz, tampouco se pode julgar uma tal época de transformações pela consciência que ela tem de si mesma. E preciso, ao contrário, explicar essa consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. (MARX, 2008: p.48)

A estratégia democrático-nacional, ou EDN, pode ser entendida como uma formulação teórica para completar a revolução burguesa no Brasil, ou seja, uma etapa de amadurecimento do capitalismo, a fim de desenvolver as forças produtivas materiais brasileiras, e assim também desenvolveria o operariado⁸¹. Para chegar a esse amadurecimento, a EDN visava a ocupação do Estado burguês através de uma aliança entre o proletariado, a pequena-burguesia do campo e da cidade e uma suposta burguesia nacional progressista. Em sua pesquisa, DIEFENTHAELER (2018, p.81) afirma que essa aliança formava o campo do povo⁸² em contraponto com os interesses dos imperialistas, da oligarquia/latifundiários e seus aliados.

IASI (2014) nos indica que os fundamentos mais essenciais à essa formulação (EDN) estão na compreensão de que a contradição principal de nossa formação social se encontrava nos elementos que obstaculizavam o desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil, notadamente a permanência da estrutura agrária tradicional e o imperialismo.

⁸¹ Afinal é a classe fundamental para o processo revolucionário

⁸² Compartilhamos o entendimento de DIEFENTHAELER, que acredita que as palavras possuem um conteúdo historicamente determinado, que não são simples palavras. Ou seja, a defesa da formação do campo do povo expressa um conteúdo político quanto às alianças necessárias para a chegada ao socialismo. Destacamos o que Marx disse sobre quem é o povo: “Os democratas [por representarem a pequena burguesia] admitem que se defrontam uma classe privilegiada, mas eles, com todo o resto da nação constituem o povo. O que eles representam é o direito do povo; o que interessa a eles é o interesse do povo. Por isso, quando um conflito está iminente, não precisam analisar os interesses e as posições das diferentes classes. Não precisam pesar seus próprios recursos de maneira demasiado crítica. Tem apenas de dar o sinal, e o povo com todos os seus inexauríveis recursos, cairá sobre os opressores.” (MARX, 2008b, p.63). O povo (assim como o “popular”) não representa o interesse de classe do proletariado, mas de diversas classes, e principalmente da burguesia.

Como vimos nos capítulos anteriores, mas de outra forma, “o *incipiente desenvolvimento de uma economia capitalista no Brasil, a formação de um mercado interno, uma política de substituição de importações que gera o início da formação de uma indústria moderna, teria criado uma burguesia industrial moderna que se chocava com os interesses das elites agrárias e do imperialismo*” (IASI, 2013, p.3). Esta contradição se expressaria politicamente na luta da burguesia contra estes setores e na necessidade de aliança com as massas assalariadas urbanas e rurais, constituindo as bases de uma revolução democrático-nacional.

3.4 O PCB, as fundamentações teóricas e a estratégia em movimento

Com base na leitura da realidade, o PCB identificava na formação social brasileira traços semifeudais que impossibilitavam a revolução socialista. Era preciso então passar por uma etapa democrática-burguesa que completaria a revolução. Veremos adiante como se chegou a essa formulação.

Desde o fim da hegemonia do período marcado pela atuação dos anarquistas no seio da classe trabalhadora, o PCB passou a ser a referência do movimento dos trabalhadores, e formulou a EDN num cenário de consolidação do proletariado brasileiro enquanto classe, onde o partido passa a conquistar espaço institucional elegendo vários parlamentares, assim,

Torna-se um partido nacional de massas, atingindo a marca de cerca de 200 mil filiados em 1947 [...] o PCB centraliza o movimento sindical classista, cria uma notável estrutura editorial e jornalística, empolga a intelectualidade democrática e passa ser a vanguarda democrática na Assembleia Nacional Constituinte.⁸³

Para compreender esse contexto onde o PCB é a referência da classe trabalhadora, se faz necessário avaliar a estratégia que permitiu que a organização chegasse a essa hegemonia. A EDN não foi homogênea, pelo contrário, se manifestou em diferentes definições sobre a via de sua realização, seu programa e em diferentes políticas de aliança. Essas diferentes definições sugerem que além das táticas não estarem articuladas entre si, cimentando uma estratégia sólida, a falta de homogeneidade é resultado das profundas alterações conjunturais que marcaram o período. Bastando lembrar que entre 1922, quando o PCB é fundado, e

⁸³ Breve Histórico do PCB (Partido Comunista Brasileiro), ler em <http://pcb.org.br/portal/docs/historia.pdf>.

golpe de 1964, passamos pela crise de 1929, pelo Estado Novo de Vargas, a Segunda Guerra Mundial, a democratização autoritária de Dutra, o segundo governo Vargas, sua deposição, o governo Juscelino no contexto já da Guerra Fria, a luta pelas reformas e base no Governo João Goulart. Essas significativas mudanças na conjuntura ao longo de quase meio século, que dialeticamente determinaram ao mesmo tempo que foram determinadas pela luta de classe, nos parece reforçar a ideia de não homogeneidade da EDN.

Então, para realizar as etapas preparatórias ou democrática-burguesas que completaria a revolução, seria necessária a aliança com a burguesia progressista. Nesse momento, onde está colocada a necessidade de aliança, DIEFENTHAELER (2018) vai explicitar que *“a diferenciação entre um setor da burguesia nacional estar aliado aos interesses da oligarquia e uma ala da burguesia brasileira ser considerada progressista teve influência na formulação de Kautsky (1979) sobre o imperialismo”*⁸⁴ (2018, p. 82). Segundo a formulação de Kautsky, o imperialismo anexaria terras dos países agrários (coloniais e semicoloniais) impedindo o desenvolvimento do capitalismo nesses locais. Assim, um setor da burguesia nacional se tornaria aliado, pois esse também se prejudicaria com o imperialismo, uma vez que seria impedido pelos países plenamente industrializados de aumentar sua riqueza e não desenvolveria as forças produtivas materiais brasileiras. A distorção da concepção de Lênin sobre o imperialismo não compreendia, porém, que a anexação de terras constitui o momento inicial do processo de dominação de um país sobre o outro. Para Lênin (2010), a principal característica do imperialismo é que a predominância de monopólios tem como característica a fusão entre o Capital bancário e o Capital industrial, formando o Capital financeiro.

O que caracterizava o velho capitalismo, no qual dominava plenamente a livre concorrência, era a exportação de mercadorias. O que caracteriza o capitalismo moderno, no qual impera o monopólio, é a exportação de Capital. [...] A exportação de capitais repercute-se no desenvolvimento do capitalismo dentro dos países em que são investidos, acelerando-o extraordinariamente. (LENIN, 2010, p. 61)

Assim, o imperialismo é marcado pela exportação permanente de capitais e transfere processos produtivos inteiros para outros países. Isso não torna, de nenhum modo, a burguesia nacional dos países da periferia do mundo capitalista

⁸⁴ Concepção hegemônica na III Internacional e em todos os partidos ligados a ela.

uma aliada do proletariado. Justamente o contrário, pois essa também se favorece com a exportação de Capital pelos países do centro do capitalismo mundial e desenvolve as forças produtivas materiais do país.

Mesmo sem aprofundar, vale registrar o esforço de compreender a realidade Brasileira feito por Caio Prado Júnior⁸⁵ e que nos ajudou na caracterização da formação social brasileira. Esse esforço pode ser identificado nas obras do autor, que, além de criticar o receituário de fatos, dogmas e o enquadramento da evolução histórica dentro de esquemas abstratos preestabelecidos difundidos pela terceira internacional, interpreta o momento histórico brasileiro sob o ponto de vista da economia política. Em 1945, na obra *História Econômica Brasileira*, o autor já identifica e inicia a contestação da tese de que o Brasil seria uma “*semicolônia ou semifeudal*”. Já em 1967, após o golpe militar, Prado Jr. no livro *A Revolução Brasileira* combate a tese de forma mais enfática. A formulação estratégica, da necessidade de uma “etapa preparatória” coincide com a orientação da Internacional Comunista, como ressalta Prado Júnior, citando as resoluções do VI Congresso da IC ao avaliar os caminhos da revolução nos chamados países coloniais ou semicoloniais:

Países coloniais e semicoloniais (China, Índia, etc.) e países dependentes (Argentina, Brasil e outros) possuindo um embrião de indústria, por vezes mesmo uma indústria desenvolvida, insuficiente embora, na maioria dos casos, 28 para a edificação independente do socialismo; países em que predominam as relações sociais da Idade Média feudal ou o modo asiático de produção, tanto na vida econômica como na sua superestrutura política; países, enfim, em que as principais empresas industriais, comerciais, bancárias, os principais meios de transporte, os maiores latifúndios, as maiores plantações, etc., se encontram nas mãos de grupos imperialistas estrangeiros. Aqui têm uma importância primordial, por um lado, a luta contra o feudalismo, contra as formas pré-capitalistas de exploração e a conseqüente revolução agrária e, por outro lado, a luta contra o imperialismo estrangeiro, pela independência nacional. **A passagem à ditadura do proletariado não é possível nesses países, em regra geral, senão através de uma série de etapas preparatórias, por todo um período de desenvolvimento da revolução democrático-burguesa em revolução socialista.** (VI Congresso da IC, 1928, apud, Prado Jr.: 65[Grifos nossos]).

O etapismo presente nesta concepção levou a gravíssimas conseqüências políticas, no entanto, como afirma Del Roio (2012. p.217) “*uma pretensa visão dualista e etapista da história, presente no conjunto da cultura comunista no Brasil, se falsa não é, deve ser, pelo menos matizada*”. O autor nos oferece alguns

⁸⁵ Na obra *A Revolução Brasileira*, 1978.

exemplos significativos. Na I Conferência Nacional do PCB em 1934, ainda que a estratégia democrático-nacional estivesse mantida, ressalta-se que:

A linguagem para expressar a natureza da revolução democrática tenha se alterado, observando-se como mais se usou o conteúdo da revolução – agrária e anti-imperialista – ou as forças motrizes – operária e camponesa – do que a natureza – democrática-burguesa. A chamada I Conferência Nacional do PCB, de julho de 1934, apregoava a luta da aliança operário e camponesa e outras camadas populares pela instauração de uma ditadura democrática com um governo operário e camponês contra o “bloco feudal-burguês (DEL ROIO, op. cit.: 220).

Dez anos depois, em 1944, Prestes falava da necessidade da classe operária liquidar os “*restos feudais, de maneira que se torne possível o desenvolvimento o mais amplo, o mais livre e o mais rápido do capitalismo no país*” e um ano depois afirmaria:

Hoje, o problema é outro, a democracia burguesa volta-se para a esquerda, a classe operária tem a possibilidade de aliar-se com a pequena burguesia do campo e da cidade e com parte democrata e progressista da burguesia nacional contra a minoria reacionária e aquela parte igualmente reacionária do capital estrangeiro colonizador (CARONE, v. 2, 1982: 29, apud DEL ROIO, op. cit: 223).

A difusão na esquerda da lógica etapista, observada por Del Roio, e a compreensão do Brasil como uma formação social “*semifeudal*” levou grande parte dos trabalhadores e da sua vanguarda consciente - os comunistas - a acreditar que as classes em luta, na dinâmica de seus interesses formariam dois blocos. O primeiro deles seria o um bloco conservador e reacionário, formado pelos latifundiários, a burguesia monopolista ligada diretamente ao imperialismo; e um segundo bloco identificado como progressista que aglutinaria o proletariado, os camponeses, as massas urbanas e setores da chamada burguesia nacional.

A principal tarefa desta revolução, como fica claro nas palavras de Prestes citadas por Del Roio, era eliminar os “restos feudais” e criar as condições para o desenvolvimento do capitalismo, considerado como pré-condição para a formação de uma sociedade moderna na qual a contradição transitaria para o eixo capital e trabalho, permitindo a proletarianização da sociedade e a possibilidade de uma alternativa socialista.

3.6 A nova esquerda e a quebra do monopólio político, teórico e ideológico do reformismo

Vania Bambirra (1972) realiza uma síntese que permite entender, em linhas gerais, as organizações que surgiram pós 1961 em oposição às concepções da *velha esquerda*. A chamada *esquerda revolucionária* poderia ser dividida nos *foquistas*, nos *pró-chineses* e a *nova esquerda*. A definição de *nova esquerda* é dada as organizações que se conformaram em oposição teórica à linha política do PCB, ou seja, uma retomada da teoria marxiana. Comprometeram-se a fazer a luta política contra o reformismo, para instrumentalizar a vanguarda e criar condições para a criação de um Partido revolucionário que se apresentasse como alternativa real da classe trabalhadora diante dos partidos reformistas, preparando as condições para insurreição das massas.

Seabra (2018)⁸⁶ discute que a nova esquerda concebia o caráter da revolução como socialista, e por sua vez, anti-imperialista e anticapitalista, conduzida pela aliança operário-camponesa, sob a liderança da classe operária. Na maior parte das vezes, essas organizações eram formadas por jovens estudantes independentes, poucos trotskistas e dissidentes do PC e dos partidos populistas.

Estas organizações tinham por característica uma visão de conjunto do processo econômico e político, justamente pelo *esforço de aplicar criativamente o marxismo às novas condições do capitalismo dependente*, o que se refletia no seu rechaço ao imediatismo da luta – em oposição ao *foquismo* –, por sua preocupação com a formação de quadros políticos e na importância conferida à luta política e à elaboração de uma estratégia revolucionária adequada à situação do continente (BAMBIRRA, 1972. p.58).

Ao investigar dentro da *nova esquerda* a Polop e suas concepções, encontramos o embrião da divergência com a estratégia democrático-nacional para a revolução socialista no Brasil. Para Leal (1992) partiu da Polop “*a crítica mais global e consequente, do ponto de vista do marxismo, as teses e propostas do reformismo, implicando isso um esforço de incorporação da metodologia marxista enquanto instrumento de elaboração política no país. Ainda fora dos quadros do*

⁸⁶ SEABRA, Raphael Lana. *A Política Operária como prelúdio da Teoria Marxista da Dependência*. 2018.Pg. 3.

PCB, podemos identificar correntes políticas que procuraram se posicionar com maior ou menor sucesso fora dos cânones do reformismo pecebista.” (LEAL, 1992. p.81). Para tanto, falaremos a seguir da Polop e dos debates entre as esquerdas.

3.6.1 Polop e sua gênese

Em janeiro de 1961 um grupo de militantes se reuniu em Jundiaí, no interior paulista, para fundar a Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (ORM-Polop). O encontro tinha por objetivo sintetizar os debates de militantes, intelectuais de diversas organizações e grupos que formulam publicações marxistas no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas gerais. As origens dos militantes eram das mais diversas, como da Juventude Socialista, membros da Liga Socialista e do Partido Socialista Brasileiro (PSB). Procurando fugir do dilema trotskismo versus stalinismo colocado para o movimento comunista a nível mundial, buscavam espaço entre a linha política dominante na esquerda - representada pelo PCB - e as poucas alternativas e dissidências. Procuraram fundamentar suas formulações políticas nos escritos de Lenin, Rosa Luxemburgo, Trotsky, Bukharín, passando por influencias menos conhecidas como Brandler e Talheimer.

Um conjunto de ideias básicas permitiu o grupo formado inicialmente por jovens intelectuais dos meios universitários e jornalístico como Vania Bambirra, Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Moniz Bandeira, Juarez Guimarães, Emir Sader, Eder Sader, Michael Lowy e Eric Sachs iniciar o debate e se unir em torno de determinada leitura da realidade brasileira:

- A condenação à política de colaboração de classe então sustentada por PCB, PSB e PTB;
- A defesa do caráter socialista de qualquer futura revolução no Brasil;
- O reconhecimento do papel da classe operária como força aglutinadora de uma frente dos trabalhadores da cidade e do campo;
- A defesa da construção de um partido representativo da classe operária, em oposição aos partidos burgueses e reformistas;

- Crítica às deformações burocráticas dos Estados do então campo socialista, mas solidarizando a esses países em seus conflitos com o sistema imperialista.

No campo estrito das concepções políticas era nítida a ruptura com a ideologia reformista, então dominante na esquerda, estruturada em torno da estratégia de que a revolução brasileira teria que cumprir uma etapa democrático-burguesa antes de se colocar tarefas socialistas. A proposta Polopeana da revolução socialista vinha ancorada em um conjunto de estudos e reflexões que rompiam com as análises que, mais ou menos abertamente, postulavam a existência de um Brasil feudal ou semifeudal. Para a Polop, o Brasil era um país capitalista subdesenvolvido e dependente, mas capitalista, só podendo ser rompidas as amarras do subdesenvolvimento e da dependência pela revolução socialista.

Como sugerimos anteriormente neste capítulo, não pertence à Polop o mérito de ter “descoberto” o Brasil capitalista. Leal (1992, p. 165) afirma que cabe à Polop a originalidade de sua contribuição não só no aprofundamento e explicitação dos termos desta consideração, como sua articulação necessária com o caráter da revolução.

3.6.2 Os Objetivos da Polop

Os objetivos da Polop, definidos em seu segundo congresso, consistiam em interpretar cientificamente as condições em que se desenvolvia a luta de classes, promover a propaganda e a agitação revolucionária no seio das massas e organizá-las “*em uma frente de classes, suporte de um autêntico partido revolucionário — partido que não constitui tarefa exclusiva de nenhum dos grupos que compõem a esquerda, mas o resultado de um trabalho comum de coordenação e unificação de forças*”.

Segundo Seabra (2018, p.9), o aprofundamento da crise do nacional-desenvolvimentismo em 1963 colocava em evidência os resultados políticos da *insuficiência teórica* do movimento revolucionário no país. Nas teses aprovadas⁸⁷ em seu *II Congresso* de 1963, a organização avalia três problemas da esquerda

⁸⁷ Diretrizes para uma Política Operária. *Revista Política Operária* nº6, março-setembro de 1963.

resultantes de suas insuficiências teóricas: a) a incapacidade que demonstra em definir com precisão a fase que atravessa a realidade brasileira e, conseqüentemente, as tarefas a realizar; b) evidencia-se no esquematismo e no dogmatismo, como também no baixo nível das discussões internas ou entre as organizações; e, c) no despreparo de seus quadros e na carência do trabalho interno de formação para superar tal inconveniente (Polop, 1963, p.27).

Tais ideias são o ponto de partida que constitui uma elaboração marxista brasileira, a qual, de certa forma, influenciou profundamente as lutas políticas da década de 1960. O grupo articulou-se sob a crítica da leitura da formação social brasileira que o PCB representava, centrado na perspectiva de entraves para o desenvolvimento capitalista resultante dos “resquícios feudais”. A presença da lógica etapista, exportada pela III Internacional⁸⁸ para os partidos comunistas do globo como modelo para o desencadeamento de processos revolucionários em formações sociais subdesenvolvidas, ou “*não clássicas*”, também era criticada pela Polop.

Além do congresso de fundação, no carnaval de 1961, a Polop organizaria outros dois congressos anteriores ao golpe (em 1963 e em 1964) para sintetizar os debates com o conjunto dos militantes, instrumentalizar e tirar linhas de atuação na luta política. Após o golpe, a organização ainda realizou um último congresso, em 1967, quando se concretizou um racha na organização⁸⁹.

3.6.3 Composição da Polop

Com base nos dados levantados pelo Projeto Brasil Nunca Mais, a partir dos dados da Justiça Militar, Ridenti (1993) conseguiu traçar uma espécie de perfil dos militantes das organizações de esquerda brasileira nos anos 1960 e 1970 em sua

⁸⁸ Para Gianotti (1980), o movimento dos trabalhadores em nosso país foi marcado pela “importação” das formulações políticas, devido a recente formação da classe trabalhadora no Brasil. Assim, tal caracterização a respeito da formação social brasileira e a execução da estratégia política é uma incorporação dos debates realizados no centro do movimento (EUA e Europa), como dogmas sem considerar o método de interpretação das particularidades locais.

⁸⁹ As divisões da organização após o golpe de 1964 não são objeto de análise dessa pesquisa. Essas divisões foram analisadas por Joelma Alves de Oliveira, na tese: *Polop: as origens, a coesão e as cisões de uma organização Marxista*, por Marcelo Badaró Mattos, no Livro *História do Marxismo no Brasil Vol. V*; Leovegildo Leal, na dissertação de mestrado: *Política Operária: a quebra do monopólio político, teórico e ideológico do reformismo na esquerda brasileira*. UFF. Niterói, 1992, entre outros.

pesquisa. Os militantes da Polop que responderam Inquéritos Policiais Militares⁹⁰ (IPM's) durante a ditadura naquelas décadas somam 80 registros. Dos que declararam ligações com a Polop eram: 26% estudantes, 20% militares de baixas patentes, 15,5% profissionais liberais ou com formação superior, 13,8% professores, 3,7% trabalhadores manuais urbanos, 3,7% empregados, 3,7% autônomos, diluindo os 13,6% restante em artistas, empresários, funcionários públicos, oficiais militares, técnicos médios, outras ocupações, e 5 militantes não constavam a informação.

No mesmo estudo, o autor faz uma comparação da composição social (ocupacional) das outras organizações com a Polop, onde os percentuais de ocupação dos militantes que declararam ser estudantes, professores e profissionais liberais estão na média geral das organizações fichadas na Justiça Militar. Através da análise dos números do estudo, o que se diferencia das demais organizações são a pequena proporção de trabalhadores manuais urbanos e o alto grau de participação de militares de baixa patente.

As dificuldades de inserção das organizações no seio do operariado são conhecidas devido ao elevado controle do ministério do trabalho e das polícias políticas, criadas por Vargas. Outro elemento que obstaculiza era a hegemonia que outras organizações, como o PCB, possuíam em setores da classe trabalhadora organizada em outras estruturas sindicais. No que tange a participação de soldados de baixa patente acima da média geral das organizações, é explicado pelo autor. Ridenti sugere que a Polop tinha militância nas associações de baixa patente por opção política.

Coerente com as formulações de defesa da revolução de caráter socialista no Brasil, a Polop, em diversos documentos internos e deliberações, definiu como sujeito histórico da revolução o operariado, pois ele é o sujeito responsável pela valorização do valor, sendo o setor mais estratégico na luta contra o capital. A estes e sob sua direção deveriam se somar outros segmentos sociais numa Frente de

⁹⁰ Os Inquéritos Policiais Militares (IPMs) eram o primeiro passo na investigação e acusação dos opositores da ditadura civil-militar inaugurada em 1964. O objetivo principal dos IPMs era apurar supostas atividades subversivas de diversos cidadãos do Brasil. Pretendia-se fazer uma depuração na sociedade brasileira, eliminando o que consideravam ser os focos de comunismo, de corrupção e imoralidade, em favor dos valores cristãos e democráticos que supostamente imperavam no país. Segundo Érika Wanderley, os IPMs constituíam um mecanismo legal com o objetivo de buscar sistematicamente a segurança absoluta e a eliminação do inimigo interno. A segurança absoluta era a estabilidade da ditadura civil-militar e os inimigos internos eram os políticos e militantes considerados pelos membros do regime como agentes do comunismo.

Trabalhadores do campo e da cidade, como pregado nas edições do *Jornal Política Operária*⁹¹. Em determinado momento, durante seu IV congresso, a Organização manteve a proposta da frente de classe, aprovando uma definição que incluía o campesinato e a pequena burguesia. O objetivo naquela época era polarizar com a proposta de Frente única com a burguesia nacional, defendida pelo PCB.

3.6.4 Inserção nos movimentos sociais e dos trabalhadores

De acordo com os princípios de centralidade operária na revolução socialista defendido pela Polop ao longo de sua existência, o fato de editarem um boletim voltado especificamente para o trabalho no meio sindical, no mínimo demonstra o esforço de atuar na classe operária. Mas é preciso ir além dessa constatação inicial. Concretamente antes de 1964, o trabalho militante da organização se restringia a alguns núcleos, sessões nos estados mais importantes do país e a contatos com dirigentes. No decorrer de sua trajetória teve núcleos montados no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, em Minas Gerais, Rio, Goiás, Brasília, Bahia, Pernambuco, Paraíba, Maranhão e em São Paulo, especialmente no ABC. No balanço de Moniz Bandeira, “Todo o nosso pensamento se desenvolvia fora da classe operária, que era trabalhista ou comunista”⁹²

Entre as deliberações dos congressos e a inserção real da Polop no movimento operário, havia uma distância considerável, o que gerava certo desconforto na militância. Theotônio dos Santos, em entrevista, explica as diferenças entre o que a organização defendia e a cultura sindical da época:

Realmente não havia um ambiente no movimento operário para que nossas teses pudessem ser expostas mais amplamente. Tínhamos algumas teses equivocadas. Defendíamos muito a autonomia sindical, e sempre o movimento sindical teve muito medo disso. Defendíamos os conselhos e comitês de fábrica,... que também eram temidos pelos dirigentes sindicais da época. Defendíamos o fim progressivo do imposto sindical, o que gerava muita resistência. Essas três teses eram mal recebidas[...].⁹³

No meio estudantil a organização tinha um trabalho bem mais orgânico. Conforme apontado anteriormente através de informações sobre a composição,

⁹¹ *Jornal Política Operária*, maio de 1962 e revista *Política Operária*, março de 1963.

⁹² Moniz Bandeira, depoimento, In Denis Moraes, *A Esquerda e o golpe de 64. Rio de Janeiro: Espaço e tempo*, 1989, p.70.

⁹³ Entrevista de Theotônio dos Santos, in Denis Moraes, op. cit., p 342.

muitos militantes foram recrutados no meio estudantil. A conjuntura da época, somado a repressão, fez muitos estudantes transitarem das passeatas para a clandestinidade. A Polop chegou a ter assento na diretoria da União Nacional dos Estudantes (UNE) e dirigir majoritariamente alguns diretórios acadêmicos⁹⁴. A composição estudantil em suas fileiras fez a Polop afinar, em seus textos mais teóricos no que tange à dinâmica das classes sociais, o papel da pequena burguesia no processo revolucionário. No Programa Socialista para o Brasil (PSPB), publicado provavelmente em maio de 1970, o movimento estudantil é assim referido:

O movimento estudantil, que tem uma grande tradição de luta na América Latina, pode servir gradualmente à revolução dos trabalhadores na medida em que faz de sua luta pela liberdade de organização uma luta intransigente contra o regime, sem conciliação e integrado na frente dos trabalhadores. (REIS FILHO, 2006: pg.141.)

Quanto ao trabalho com militares de baixa patente, Mattos (2002) afirma ser pertinente analisar as propostas da organização a partir da concepção de revolução do modelo insurrecional soviético, onde a bandeira de unidade dos entre operários camponeses e soldados é referência. É fundamental também situar as propostas para as baixas patentes à luz dos acontecimentos imediatamente anteriores ao Golpe de 1964.

A aliança conjuntural com Brizola⁹⁵, que era mais inspirado na Revolução Cubana do que numa perspectiva democrática-nacional pecebista, fez com que a Polop encontrasse um canal de articulação e diálogo com o chamado “grupos dos onze⁹⁶”, que por sua vez, avaliava a iminência do golpe e se preparava para a resistência. No período pré golpe a Polop articulou cabos, marinheiros e soldados, em torno da proposta de luta armada como forma de resistência imediata à ditadura no episódio que ficou conhecido como “guerrilha de Copacabana”. A experiência em organizar militares foi curta, pois o CENIMAR (órgão de inteligência da marinha) estourou os aparelhos, constituídos pela Polop em apartamentos em Copacabana, prendendo cerca de 40 pessoas entre os quais Ruy Mauro Marini.

⁹⁴ Um deles foi o Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (CACO) que editava o jornal O metropolitano, suplemento dominical de O Diário de Notícias.

⁹⁵ Documento: Qual o Significado Político de um Brizola? Polop, S/D, provavelmente 1964. Microfilme disponível no Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM).

⁹⁶ Grupo amplo, de esquerda e nacionalista criado pelo deputado Leonel Brizola que lutava pela “libertação do Brasil da espoliação internacional”. Acervo CPDOC

Mattos (2002), levando em consideração o reconhecimento dos próprios militantes da Polop, afirma que a “inserção nos movimentos sociais foi limitada”, porém destaca que a influência do debate levantado pela organização no meio da esquerda, não foi limitado pela sua inserção, “podendo ser observado no campo das discussões político-programáticas, ou mesmo no debate acadêmico, a partir dos novos parâmetros para a análise da realidade brasileira desenvolvidos nos textos e formulações da organização”⁹⁷.

3.6.5 O debate na Esquerda e as posições da Polop

A formulação de teses e a discussão dos projetos revolucionários da década de 60 foi fundamental para instrumentalizar a militância de esquerda numa época de agudização da luta de classes. As formulações de programas, os congressos sobre a conjuntura e as publicações eram a forma que as organizações conjecturavam com o objetivo de orientar e formar a militância em busca da revolução. No estudo desses esforços para pensar a revolução brasileira, todas as organizações e militantes buscavam as análises mais apuradas da realidade e muitos dedicaram a vida nessa tarefa. A Polop busca nos interesses de classe o gerador dos fatos históricos. Não cabe a esse trabalho fazer um julgamento moral sobre os rumos e estratégias tomadas pela esquerda no passado e fazer tabula rasa desse debate. O objetivo passa por analisar as formulações e seus rebatimentos no movimento dos trabalhadores.

Nesse sentido, buscando na historiografia esses debates, chegou-se o estudo de Ridenti (1993), que analisou as divergências e convergências dos projetos revolucionários das organizações da esquerda brasileira na década de 60. O autor destaca alguns pressupostos comuns entre os muitos grupos que atuavam naquela conjuntura, como a avaliação de estagnação da economia brasileira resultado da subordinação ao imperialismo, a luta armada - em geral entendida como impulsionada pela guerrilha rural, além das semelhanças na composição social e na forma de responder às pressões da conjuntura.

⁹⁷ MATTOS, Marcelo Badaró. Em busca da revolução socialista: a trajetória da Polop (1961-1967). In: RIDENTI, Marcelo e REIS FILHO, Daniel Aarão. História do Marxismo no Brasil, vol. V. Campinas, Edunicamp, 2002, PP. 185-212, p. 196.

Porém muitas teriam sido as divergências no que diz respeito à via para a revolução, o método de tomada do poder e o tipo de organização necessária à revolução. Esses são os pontos que pesquisa vai se deter daqui para frente: o caráter Socialista da Revolução, a natureza da Organização necessária à Revolução e Insurreição e Luta Armada.

3.6.6 O caráter Socialista da Revolução e Programa Socialista para o Brasil

Ainda nos primeiros anos da década de 1960, a Polop - a partir da leitura da formação social brasileira⁹⁸ - defendia a tese de que a burguesia era incapaz de resolver os problemas com que se defrontava a sociedade brasileira, como a crise da economia, inflação, e principalmente a questão agrária, e que não seria através de reformas das estruturas jurídicas vigentes que os problemas do país teriam soluções. Opondo-se dessa forma, tanto aos grupos nacionalistas como ao PCB, considerava que a revolução brasileira, pelas condições concretas existentes no país, haveria de ser “uma revolução dos trabalhadores da cidade e do campo, sob a direção da classe operária”, uma revolução que “não somente [completaria] as tarefas que a burguesia não executou no poder, como também [criaria] as condições para uma passagem rápida ao socialismo”.

Para o PCB, o desenvolvimento pleno do capitalismo e o amadurecimento das contradições no Brasil era impedido pelo latifúndio e pela pressão imperialista sofrida, principalmente pelos capitais exportados, o que justificaria a necessidade de

⁹⁸ O Italiano Emilio Sereni faz o resgate em Marx do conceito de “formação econômico-social” sugerindo que “formação econômica da sociedade” seria a única tradução possível do conceito, pois seu conteúdo dinâmico está intimamente relacionado com o processo histórico-natural, como o objetivo de última instância em Marx. Segundo Sereni (1976), esse resgate se justifica – diante da crescente importância que o tema obteve no final da década de 1960 e do seu pouco aprofundamento teórico – pela imprecisa interpretação que as noções de “formação econômico-social” e de “formação social” sofreram por parte dos marxistas, em relação aos escritos originários, principalmente de Marx. Sereni (1976, p. 57) indica que a noção de formação econômico-social aparece pela primeira vez em Marx sob o termo *Ökonomische Gesellschaftsformation*, literalmente traduzido como “formação econômica da sociedade”, no Prefácio à Crítica da Economia Política, de 1857. Muito antes, na Ideologia Alemã, este conceito é utilizado, a partir da formulação da concepção materialista da história. Nesta obra de 1846, se encontra a periodização dos diferentes graus de desenvolvimento das forças produtivas e de relações de propriedade, ou seja, a caracterização dos modos de produção em diferentes épocas. Mas não se encontra o termo *Ökonomische Gesellschaftsformation*, e em seu lugar aparece somente *Gesellschaftsform*, ou “forma da sociedade”. A mudança nos termos realizada em 1857 por Marx deve ser aprofundada, segundo Sereni (1976), devido, principalmente, à mudança no uso de um termo de caráter estático, *Form*, para outro de natureza dinâmica, *Formation* (formação).

uma etapa democrática-burguesa da revolução para remover os entraves estruturais, apontados como obstáculos.

Para a Polop, o Brasil já era plenamente capitalista, inserido na dinâmica da fase imperialista desse sistema, onde o latifúndio brasileiro cumpria com o papel de oferecer matérias-primas baratas para as economias do centro do globo. Já o imperialismo para a Polop, consistia em manter e aprofundar essa relação econômica de modo que a própria burguesia nacional seguiria coexistindo com os monopólios estrangeiros, submetida às imposições imperialistas.

Na opinião de Ridenti (1993), tal posição significava criticar não apenas o caráter da revolução, mas também os possíveis aliados nesse processo. A partir dessa leitura, a Polop defendia uma Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo como alternativa à aliança pregada pelo PCB, do proletariado com a burguesia nacional, na defesa de supostos interesses nacionais comuns. Essas posições foram expressas principalmente em dois documentos, intitulados “*Programa Socialista para o Brasil*” (PSPB) de setembro de 1967 e “*Aonde vamos?*”⁹⁹ de junho do mesmo ano, ambos elaborados por Ernesto Martins, codinome de um dos principais dirigentes da organização, Eric Sachs. No “PSPB”, ao apresentar o *Caráter da Revolução*, o documento resgata a linha contida nas resoluções do II Congresso de 1963.

A contradição fundamental da sociedade brasileira é aquela que põe em choque burguesia e proletariado. O processo revolucionário que subverterá as estruturas do país, organizando-as de acordo com as necessidades históricas, é o de uma revolução socialista. (REIS FILHO, op. cit. p.130.)

No subtítulo “Por um Brasil Socialista” do “PSPB¹⁰⁰” a Polop propõe a revolução socialista para “a superação definitiva do estado de miséria e opressão a que está relegada a gritante maioria do povo brasileiro só pode conduzir à construção do socialismo no Brasil.” Feita a formulação, o “PSPB” vai afirmar a seguir no item 2 que o “socialismo e revolução são inseparáveis”, significando “que o poder passa de uma classe para outra. Quando o proletariado toma o poder, trata-se

⁹⁹ Circulou pela primeira vez em edição mimeografada entre abril e julho de 1967, como documentos de discussão interna da organização Política Operária. A série é composta por quatro partes: I – Aonde Vamos?; II – As Causas do Reformismo; III – Governo de Transição; IV – Foco e Revolução. As partes I e IV foram divulgadas assinadas pelo CN (Comitê Nacional) da Polop.

¹⁰⁰ REIS FILHO, op. cit. p.133.

de uma revolução socialista, pois o proletariado no poder não pode fazer outra coisa senão instaurar o regime socialista”. No Item 3, “*O caminho passa pela ditadura do proletariado*”, o programa vai fazer presentes os conceitos essenciais do marxismo a respeito do conteúdo do poder proletário, destacando que os trabalhadores não poderão contentar-se com o simples assumir o Estado burguês, mas como enfatizara Marx, se fará necessário destruir esse Estado burguês, suas instâncias políticas e administrativas, e construir em seu lugar o Estado proletário configurado na ditadura do proletariado.

Essa proposta foi criticada pela esquerda reformista, acusada de serem “teoricista”. Sustentavam os críticos que era preciso dar respostas concretas que inevitavelmente passavam por receituários reformistas de aliança de classe com a burguesia. Antes de continuar, deve-se dizer que a proposta de ditadura do proletariado não tem nada de teoricista, mas, pelo contrário, constitui-se no eixo central da teoria política do marxismo, como ficou explícito na celebre “*Carta a Weidemeyer*” de Marx. Claro, instalar a ditadura não será obra de um dia, vai depender de uma série de fatores, principalmente da maturação dos fatores objetivos e subjetivos.

Leal (1992, p.208) sugere que a crise da sociedade burguesa, em todos os níveis, coloca objetivamente na ordem do dia a instalação do poder operário. É nesses momentos que se coloca a necessidade de um governo provisório cujo conteúdo, programa e métodos de ação radicalizem as lutas em direção à ditadura do proletariado. A proposta da Polop para esses casos é a formação do “*Governo revolucionário dos Trabalhadores*”, assim definido no “PSPB”, já considerada a consolidação da ditadura em 1967:

Embora as circunstâncias que temos em frente não permitam previsões de detalhes sobre a formação do governo de transição de caráter revolucionário que pode proceder e levar à ditadura do proletariado, o conteúdo de classe de tais governos provisórios deve ser debatido desde já, para distingui-los claramente de todas as tentativas de atrair os trabalhadores para governos reformistas e populistas, destinados justamente a evitar a revolução socialista. (In “*Imagens...*”, op. Cit., p. 141)

A seguir é anunciado o programa mínimo deste governo: destruição das forças armadas e substituição por milícias de trabalhadores, encampação de monopólios nacionais e internacionais, nacionalização da terra e liquidação do latifúndio, completa liberdade de organização e manifestação política para os

trabalhadores, política externa anti-imperialista, entre outras medidas de caráter transitório e provisório.

Estabelecido o caráter programático da revolução como socialista, a questão colocada em seguida é a definição estratégica para a tomada do poder. Para a Polop, o ato de tomada do poder é a insurreição proletária urbana. A experiência da organização com o “Foco de Copacabana” visava articular forças dispersas pelo golpe, constituir-se em uma voz nacional de crítica e resistência.

3.6.7 A natureza da organização necessária à revolução

A história da Polop, desde a sua gênese, se dá numa perspectiva crítica às formulações e teses da esquerda do período, principalmente do PCB. E no que tange ao tipo de organização necessária para a revolução, não se deu de forma diferente. A organização desde as suas primeiras manifestações defendeu a necessidade de formação do partido revolucionário orientado pela defesa da via insurrecional clássica da revolução socialista. O partido revolucionário seria o instrumento de efetivação da política verdadeiramente operária, logo não surgiria de uma só vez - por deliberação - mas sim forjado na luta diária.

Já na convocatória do 1º congresso, a Polop levanta duas questões que se complementam: como chegar ao dito partido nas condições concretas das lutas de classes no país, e qual a forma o partido tomará sob essas condições. Nesse quadro, a “convocatória” propõe duas tarefas centrais:

De um lado, a tomada de providencias em direção à formação do partido especificamente relacionadas com o trabalho no campo da esquerda, como o fortalecimento da própria Polop, o aprofundamento teórico e a propagação das ideias do grupo, principalmente no meio operário; além disso, como parte da mesma tarefa. É enfatizada a necessidade de buscar a influência sobre os grupos e movimentos novos e tendências no interior dos partidos tradicionais. A segunda tarefa proposta é a de procurar influenciar “ com todos os meios que dispomos” a evolução política da classe operaria.¹⁰¹

A visão da Polop, Segundo Maria do Carmo em entrevista para Leal (1992, pg. 127), “*era a de que era preciso criar um partido novo, não mudar o velho*”, numa referência aos partidos de esquerda, como PCB, PTB, etc. Na convocatória para o

¹⁰¹ Convocatória para o 1º Congresso da Polop, julho de 1960. Rio de Janeiro. pg. 6. CEDEM/UNESP.

congresso de formação da Polop, já considerava a inexistência de um partido operário revolucionário, já que o PCB falhara historicamente em se tornar esse partido. O PSB nunca tivera essa preocupação, se apresentava como partido socialista não marxista e propunha-se a realizar suas reivindicações por processos democráticos. Por sua vez, o PTB era caracterizado como um representante da burguesia no movimento operário.

Segundo Mattos (2002), proposta de frente dos trabalhadores seria um caminho para unificar as esquerdas críticas em relação ao norte de colaboração de classes do PCB, em direção à construção da organização verdadeiramente revolucionária. Era nesses termos que se expressava a questão, na declaração “Diretrizes para uma política operária” divulgada após o II Congresso da Polop, em junho de 1963:

Uma política operária para o Brasil[...] se impõe, para seu exercício, um partido revolucionário capaz de efetivá-la. Esse partido não surgirá de vez, mas se formará organicamente, a partir da luta diária das massas [...] unificando suas forças, os grupos de esquerda terão melhores condições para participar da luta de classe -e é no bojo desse processo que há de formar o partido.¹⁰²

Porém, a contradição entre a necessidade do partido para conduzir a revolução e a avaliação de que as condições para a revolução já estariam colocadas, segundo Mattos (2002), no “Programa Socialista para o Brasil” de forma bastante prosaica, na medida que o documento pré-definia a linha do futuro partido como sendo a linha da própria Polop.

3.6.8 Insurreição e Luta armada

No Brasil, a notícia da tomada do poder pelo Movimento 26 de Julho trouxe para o centro do debate da conjuntura a luta armada, escapando da rigidez das orientações da III internacional. A Revolução Cubana foi muito comemorada pela esquerda latino-americana, pois irrompe como um exemplo de que a revolução era possível. No Brasil, o êxito cubano teve um papel de destaque na propaganda da Polop, sendo uma das primeiras organizações a divulgar e valorizar seus feitos. A organização entendia que essa propaganda cumpria com um papel de mostrar aos trabalhadores brasileiros a força da classe a nível mundial e ainda permitia, no

¹⁰² “Revista” Política Operária nº 6 de junho de 1963

sentido teórico, colocar questionamentos da necessidade do Partido Comunista, de linha soviética, para a revolução.

Entretanto, a defesa do processo revolucionário em Cuba por parte da Polop não significou a adesão ao modelo de guerras de guerrilhas, como sugere Mattos (2002). Na segunda edição do jornal *Política Operária* há matérias avaliando positivamente o processo cubano, porém essa avaliação é muito clara em apontar que o caminho para a revolução no Brasil passava pela insurreição das massas operárias nos grandes centros.

Com o passar do tempo, a organização precisou calibrar as críticas à esquerda dirigidas ao PCB, propondo um enfrentamento mais radical à ordem, em especial após o golpe. A defesa da luta armada não representaria, no entanto, uma negação do papel fundamental da insurreição operária oriunda da luta política. A crítica da Polop é destinada à desvinculação da guerrilha das lutas de massas, caso de algumas dissidências do PCB, como a Ação Libertadora Nacional (ALN), de Marighela:

Tanto uns como outros abandonaram a concepção marxista-leninista de luta armada como forma mais aguda da luta de classes. Os adeptos da luta armada desligada de uma política de massas, criaram um revisionismo de “esquerda” que procura substituir a luta de classes pela ação armada. Sua negação da luta política do proletariado vai tão longe que negam a necessidade da existência de um partido revolucionário da classe operária e pregam o liquidacionismo de toda a herança comunista.¹⁰³

O foco guerrilheiro e a insurreição das massas aparecem nas apostilas¹⁰⁴ de formação política da Polop e passaram a ser vistos como elementos complementares - o foco servindo ao desencadeamento da guerrilha - de uma estratégia revolucionária continental. A tese da guerrilha não pode ser encarada como um recurso milagroso e, para isso, é fundamental que a guerrilha estivesse identificada politicamente com o movimento operário urbano. Leal (1992, p. 162) ao discorrer sobre a “Guerrilha de Copacabana”, afirma que a Polop fala da guerrilha no Brasil como uma possibilidade circunstancial, condicionada, em primeiro lugar, pelo

¹⁰³ “Formação básica nº 2, aula x” in Curso Básico da ORM – PO. Esse documento foi publicado em 1ª edição (mimeografada) logo após o IV Congresso da Polop, em set/1967. Uma 2ª edição, sob a forma de caderno, também mimeografado, saiu após a fundação da OCML – PO, em abr/1979. A digitalização foi efetuada com base nessa segunda edição. Visitar: <http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2014/01/Curso-b%C3%A1sico-da-Polop.pdf>

¹⁰⁴ op cit.

seu próprio sucesso militar. Ora, o sucesso militar - a exemplo do que ocorreu em Cuba, apesar de análises superficiais insistirem o contrário - é função do sucesso político.

Estabelecido o caráter programático da revolução como socialista, definido que a tomada do poder é pela insurreição proletária urbana, era preciso mediar as relações entre o foco e a insurreição. Esse debate está sintetizado no “PSPB” que diz:

A revolução no Brasil será proletária ou deixará de ser revolução, e isso implica a necessidade da insurreição operária como ato de tomada do poder. O papel que o proletariado tem nesse processo, sua mobilização e liderança na luta e coordenação com seus aliados no campo, por sua vez, dá uma importância primordial à organização política do proletariado – o partido – como instrumento da tomada do poder. (In “Imagens...”, op. Cit., p. 147)

Levando em conta as novas condições de luta impostas pela consolidação da ditadura militar, é definido o lugar do foco guerrilheiro nesta estratégia. O “PSPB” vai explicar que a guerrilha só poderá desempenhar seu papel essencial, o de desgastar o estado e o aparelho repressivo da burguesia se desencadeada em momento condições em que sua ação possa acelerar o surgimento de situações revolucionárias.

3.6.9 O Golpe e a contraprova histórica

Hegel, em seus escritos sobre a dialética, afirmava que uma determinada coisa entra em crise ao chegar no ápice de seu desenvolvimento. Tal lógica pode ser verificada com a EDN. O momento ápice do democrático-nacional demonstrou os problemas dessa estratégia, principalmente no que diz respeito a leitura da realidade e as alianças propostas. Para DIEFENTHAELER (2018), o golpe Empresarial-Militar de 1964 foi a contraprova histórica sobre o caráter da burguesia nacional. Demonstrou que não existe uma burguesia aliada dos trabalhadores, que ela atua enquanto classe mundial para defender seus interesses, antagônicos aos do proletariado, uma vez que *“foi a própria expansão interna da economia capitalista e do regime de classes que suscitou pressões políticas suficientemente fortes para despertar e fomentar a solidariedade de classes burguesas”* (FERNANDES, 2005, p. 323).

Florestan (2005) caracterizou como uma ilusão acreditar na idéia de que a transição do período de capitalismo competitivo para o monopolista iria, inevitavelmente, acumular forças para um desenvolvimento autônomo do capitalismo no Brasil e conferir à burguesia nacional uma característica “democrático-nacionalista”.

Essa ilusão não só fazia parte da ideologia burguesa, tal como ela se constituía na junção da oligarquia com os novos rebentos das altas finanças, do alto comércio e da indústria. Ela era perfilhada pelo radicalismo pequeno-burguês, em suas várias ramificações (e em certo sentido, o seu principal propagador); e impregnava, de várias maneiras, as concepções táticas das diversas correntes do pensamento propriamente revolucionário na esquerda (dos anarco-sindicalistas e socialistas aos comunistas) (FERNANDES, 2005, p. 252).

Como indicado pelo próprio PCB, esses erros contribuíram para o apassivamento da classe trabalhadora diante do golpe: os trabalhadores foram ensinados, durante anos, que existia uma ameaça externa aos interesses da nação (o imperialismo) e que a burguesia brasileira era uma aliada.

Foi neste sentido que o golpe de abril de 1964, articulado pelas frações hegemônicas da burguesia monopolista brasileira, não encontrou nem as forças populares, nem o Partido em condições de resistência imediata.¹⁰⁵

Plantaram, assim, os germes para o fortalecimento do conservadorismo, ou seja, o fortalecimento político da “burguesia nacional”. A então “aliada” do proletariado articulou o Golpe de 64 em conjunto com a burguesia imperialista, em uma espécie de “contrarrevolução autodefensiva”.

A adaptação da dominação burguesa às condições históricas emergentes, impostas pela industrialização intensiva, pela metropolização dos grandes centros humanos e pela eclosão do capitalismo monopolista, processou-se mediante a multiplicação e a exacerbação de conflitos e de antagonismos sociais, que desgastavam, enfraqueciam cronicamente ou punham em risco o poder burguês. Nunca chegou a existir uma situação pré-revolucionária tipicamente fundada na rebelião antiburguesa das classes assalariadas e destituídas. No entanto, a situação existente era potencialmente pré-revolucionária, devido ao grau de desagregação, de desarticulação e de desorientação da própria dominação burguesa, exposta ininterruptamente, da segunda década do século a "revolução institucional" de 1964, a um constante processo de erosão intestinal. As linhas de clivagem se estabeleciam dentro e fora da burguesia. [...] os conflitos em tela não abriam qualquer risco à sobrevivência da dominação burguesa e do poder burguês. Todavia, como eles não encontravam solução rápida e superação definitiva, inibiam ou paralisavam as potencialidades sociodinâmicas da

¹⁰⁵ Breve Histórico do PCB (Partido Comunista Brasileiro), ler em <http://pcb.org.br/portal/docs/historia.pdf>.

dominação burguesa e restringiam substancialmente a eficácia política do poder burguês, cronicamente pulverizado e oscilante (FERNANDES, 2005, p. 374).

Esse erro histórico da vanguarda da classe proletária brasileira contribuiu para a sua fragmentação e para um longo balanço das táticas e dos culpados pelos erros cometidos no pré-golpe. As críticas sobre os problemas ocorridos se limitaram a culpabilizar os desvios esquerdistas (muitas vezes associados à luta armada) ou os desvios oportunistas (associados ao caráter eleitoral). Formava-se, então, o período em que o velho se aproximava, vinha como se fosse o novo¹⁰⁶.

Luce (2018), ao analisar a conjuntura das lutas após 1964, mediando o debate realizado por Marini no capítulo “O movimento revolucionário Brasileiro”, do livro *Subdesenvolvimento e Revolução*, descreve a forma que assumirá o processo revolucionário nas condições concretas do país.

O Brasil não era um país enfrentando tropas de ocupação imperialistas que justificasse uma frente com setores burgueses. Além disso, a superexploração da força de trabalho, condição estrutural, faz com que não somente o grande capital a pratique, mas que esta seja uma tendência sistemática das relações de produção na economia dependente, como meio de compensar a menor composição técnica do capital com que se opera. Por outro lado, as condições tampouco apontavam que a luta revolucionária se encaminhasse para a perspectiva de guerra popular prolongada, sobre a base de um exército popular. (LUCE, 2018: pg. 243)

Com isso, Marini criticava tanto a linha que então orientava o PCB, quanto a linha das diferentes organizações que dentro da luta armada acabaram reproduzindo o que ele chamou de “militarismo de esquerda”.

Na avaliação de Mattos (2002), a Polop foi a organização que mais claramente avaliou a iminência de um golpe de Estado na conjuntura dos meses finais do governo de Jango. Na oportunidade da discussão travada no III congresso da Polop, realizado em março de 1964 as vésperas do golpe, uma corrente liderada por Eric, Ruy Mauro e Mourthé defendia a tese que o país caminhava para a deflagração de um golpe de direita; outra posição, liderada por Theotônio, falava da montagem de um golpe bonapartista por Jango. Venceu a tese de Eric- Ruy Mauro por um voto.

¹⁰⁶ Trecho de “A parada do Velho Novo”, de Bertold Brecht. *Poemas 1913-1956* (2000).

O diagnóstico de Mattos (2002) decorria da necessidade da burguesia de superar a crise econômica por meio de um governo forte, que pudesse conter os trabalhadores ao mesmo tempo que permitia que a burguesia ampliasse a extração de mais valia da classe operária. No balanço final do texto, o *autor destaca que “a Polop já tinha levantado a ideia de inexistência de contradições fundamentais entre a burguesia nacional de um lado, e o latifúndio e o imperialismo de outro.”* (MATTOS, 2002. p.206) No *texto Programa Socialista para o Brasil* podemos verificar essa análise:

Nossa burguesia surgiu tarde no cenário internacional, quando as burguesias mais avançadas já tinham promovido as acumulações primitivas de capital, já tinham se lançado à dominação dos mercados mundiais. Para acompanhar o crescimento dos países mais capitalizados, para auferir lucros no mesmo nível, nossa burguesia não encontrou outro remédio senão associar-se aos capitais imperialistas. (REIS FILHO, op. cit. p.129.)

MATTOS (*op. cit*) vai além e afirma que as bases teóricas das propostas de interpretação dos economistas ligados à Polop vieram da teoria do imperialismo de Lênin, mais especificamente da afirmação por parte dela, de que havia uma dimensão crescentemente contraditória na “tendência integracionista” da expansão capitalista em sua fase monopolista. Também teria contribuído a teoria da “cooperação antagônica” de August Thalheimer (1920), segundo o qual, “o próprio processo de cooperação e interação desenvolveria suas contradições internas, já que os países que foram alvo das primeiras levadas de exportações de capitais começariam a também se tornar centros exportadores de capital”. As tensões daí recorrentes, continua MATTOS (2002) não chegariam, no entanto, a hostilidades abertas, sendo travadas no nível de uma “cooperação antagônica”. As brechas abertas por esse processo favoreciam os movimentos revolucionários nos países subdesenvolvidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise do projeto capitalista baseado no desenvolvimentismo trouxe angústia e miséria para as massas proletárias frente ao aumento do exército industrial de reserva. Esses desdobramentos da crise elevaram a qualidade da contradição capital *versus* trabalho a outro patamar. Como resposta, a classe trabalhadora promoveu a organização do movimento no campo, como as Ligas camponesas, questionando a estrutura da propriedade da terra e na cidade, com a CGT a frente das greves contra a perda do poder de compra dos salários, cada vez mais frequentes. Em meio a essa contradição explosiva foi que a Polop se formou, recolocando como bússola a teoria revolucionária dos trabalhadores. Com base no resgate do referencial marxiano, defendeu que o capitalismo no Brasil se encontrava numa crise político-econômica, que a institucionalidade burguesa e os partidos não apresentavam uma saída revolucionária para os trabalhadores e que rompesse com a lógica reformista. O projeto político hegemônico na esquerda era ainda um plano desenvolvimentista, portanto, de continuidade da exploração capitalista.

A crise de dominação de classe por parte da burguesia abriu uma fissura no meio social. Os setores médios se radicalizaram contra o regime, podendo variar entre a revolução, levados pela esperança de ascensão social, ou para o campo da contrarrevolução, instigados pelo desespero de se proletarizar. Aparece de maneira bastante convergente no conjunto da bibliografia, nos documentos e principalmente no seu órgão, a importância da Polop como força política procurando influir no conjunto das esquerdas. Parece-nos ser esta a sua contribuição.

Dentro do contexto da *nova esquerda* a Polop, apesar de todas as críticas ao reformismo e a militância abnegada de seus quadros na construção da revolução, não conseguiu superar a estratégia democrático-nacional hegemônica na esquerda. Porém, talvez seja a organização que melhor compreendeu as contradições existentes no movimento dos trabalhadores e não se furtou de fazer o debate sobre elas. Seus militantes tentaram qualificar ao máximo a utilização do marxismo como método de análise da realidade conforme as condições conjunturais e produziram muito teoricamente, deixando contribuições que permitiram olhar criticamente o processo de luta da classe trabalhadora.

A Polop encontrou um limite organizativo, pois não era uma organização de massas, e a maturidade organizativa - no sentido de organização experimentada na luta de classe - ainda era recente. Embora ela procurasse uma maior inserção, principalmente junto aos movimentos operários - inclusive cumprindo com um papel importante nas greves de Contagem e Osasco - manteve-se, do ponto de vista prático, aquém de seus planos.

A organização não amadureceu o suficiente e não conseguiu mudar sua composição social, embora estivesse melhor preparada para enfrentar a conjuntura do que as organizações reformistas. Fazendo um paralelo com as necessidades objetivas e subjetivas para uma situação revolucionária a que Lenin se referia, podemos inferir que as condições subjetivas, ou seja, a figura do partido revolucionário, centralizado e de combate, não eram características das organizações brasileiras. Essas ausências se transformaram num entrave para o salto de qualidade necessário que o momento de crise e convulsão social da década de 1960 exigiu.

O golpe interrompe esse processo e muda a forma de legitimação do Estado burguês, logo, a luta contra o capital e seu Estado necessitava de outras mediações. O Golpe é o indicativo de que a burguesia desiste da conciliação executada por Jango como estratégia de resolver os interesses antagônicos das classes. Se o caráter de classe do Estado não estava bem definido para a velha esquerda, como elemento central da elaboração da estratégia, o golpe militar deixa isso explícito. O general Olímpio Mourão Filho, ao mandar 6 mil homens marcharem de Juiz de Fora para a Guanabara, em missão de destituir Jango do Governo, é o último ato de uma história, adiada duas vezes, que não teve o desfecho planejado pela burguesia em 1954, com o suicídio de Vargas e em 1961, na oportunidade da posse de Jango. Esse último ato consistiu no descarte da forma política democrática, como forma de resolver as contradições da base material da sociedade. O golpe derrota a classe trabalhadora e a estratégia democrático-nacional da esquerda, que apostava no inimigo e no seu Estado como meio de garantir as reivindicações dos trabalhadores.

Independentemente de vitórias ou derrotas, o dia 1 de abril de 1964 inaugura um momento de balanço nas organizações. A fase de adaptação às novas condições foi demorada. Se no que diz respeito às condições de vida dos militantes

na ilegalidade se avançou bastante, ainda era precária a situação no que diz respeito às condições de luta. Num primeiro momento a mediação encontrada pela esquerda pareceu ser a guerrilha. Contudo, esse foi um dos temas mais debatidos pelas organizações, gerando divergências que resultaram em diversas cisões. Depois, a partir do aumento da repressão e da sistemática perseguição e morte dos revolucionários, foram as lutas pelas liberdades democráticas, pela anistia e pelo voto direto - como elementos de uma constituinte - que passaram a ser a mediação hegemônica, sendo assim o germe do que vai ser um novo projeto para a classe trabalhadora: o projeto democrático e popular.

BIBLIOGRAFIA

BANDEIRA, Moniz. O governo João Goulart e as lutas sociais no Brasil (1961-1964), Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

BAMBIRRA, Vania. El capitalismo Dependiente Latino-Americano. Santiago do Chile: Prensa Latino-Americana, 1972.

CARONE, Edgar. O PCB;1922-1982. 2º volume. São Paulo: Difel, 1982.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. 1964: Temporalidades e interpretações. in, REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.) O golpe e a ditadura militar : quarenta anos depois (1964-2004). Bauru: EDUSC, 2004. 15 - 28 p.

DOS SANTOS, Theotonio; BAMBIRRA, Vania. La estrategia y táctica socialistas de Marx y Engels a Lenin, tomo II, México: Editora Era,1980.

FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.

_____. O Brasil em compasso de espera. São Paulo: Hucitec, 1981.

_____. O que é revolução? São Paulo: Expressão Popular, 2000.

_____. O significado da ditadura militar. In TOLEDO, Caio Navarro (Org). 1964: Visões críticas do golpe: Democracia e reformas no populismo, Campinas: Ed. da Unicamp, 1997.

FERREIRA, Maria Nazareth. A imprensa operária no Brasil - 1880 1920. Petrópolis: Vozes, 1978.

_____. A imprensa operária no Brasil. São Paulo: Ática, 1988.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política - 1961-1964. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

GIANNOTTI, Vito. Cem anos de luta da classe operária no Brasil, 1880-1980. São Paulo: In-formar, 1980.

_____. História das lutas dos trabalhadores no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Mauad X, 2009.

_____. O que é jornalismo operário. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

_____. Reconstruindo nossa história: 100 anos de luta da classe operária no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1990.

IANNI, Otávio. O colapso do Populismo no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

KAUTSKY, K. A ditadura do proletariado. In: Kautsky e Lenin. História e Política, 2. ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979. p. 1-87.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. O imperialismo fase superior do capitalismo. 3. ed. São Paulo: Centauro, 2010.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. Introdução à filosofia de Marx. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

Disponível em: <http://sergiolessa.com.br/uploads/7/1/3/3/71338853/introdufilomarx.pdf>

LUCE, Mathias Seibel. Teoria Marxista da Dependência. Problemas e categorias – Uma visão Histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MARINI, Ruy Mauro. Subdesenvolvimento e Revolução. Florianópolis: Editora Insular, 2013.

MARX, Karl. Contribuição à crítica da Economia Política. 2. ed. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: MARX, Karl. A revolução antes da revolução II (textos de K. Marx). São Paulo: Expressão Popular, 2008b. p. 197-336.

_____. O Capital: Crítica da economia política. Livro I - o Processo de Produção do Capital. São Paulo, Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. In: BOGO, Ademar (org.); Teoria da organização política (escritos de Engels, Marx, Lenin, Rosa, Mao), vol. I. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 83-125.

MATTOS, Marcelo Badaró. Em busca da revolução socialista: a trajetória da Polop (1961-1967). In: RIDENTI, Marcelo e REIS FILHO, Daniel Aarão. História do Marxismo no Brasil, vol. V. Campinas, Edunicamp, 2002, pp. 185-212.

MOMESSO, Luiz. A importância da imprensa nos sindicatos. Debate Sindical nº1, maio 1986.

MORAES, Denis. A Esquerda e o golpe de 64: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões. Rio de Janeiro: Espaço e tempo, 1989, p. 379.

MORAES, João Quartim de (org). História do Marxismo no Brasil: Os influxos teóricos, vol 2. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

MORAES, João Quartim de (org). História do Marxismo no Brasil: Teorias. Interpretações, vol 3. 2ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

NETTO, José Paulo. Introdução do método de Marx. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, Francisco. Economia Brasileira: a crítica à razão dualista. São Paulo: Cebrap, 1975.

PRADO JUNIOR, Caio. A revolução brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1978.

REIS FILHO, Daniel Aarão e SÁ, Jair Ferreira de. Imagens da Revolução. Documentos Políticos das Organizações Clandestinas de Esquerda dos anos 1961-1971. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p 464.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Entre reforma e revolução: A trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964. In: RIDENTI, Marcelo e REIS FILHO, Daniel Aarão. História do Marxismo no Brasil, vol. V. Campinas, Edunicamp, 2002, pp. 69-103.

RIBEIRO, Darcy. El Dilema de América Latina (Estructuras del Poder y Fuerza Insurgentes), 2ª Ed.: México Siglo XXI, 1973, p 205.

RIDENTI, Marcelo, O fantasma da revolução no Brasil. São Paulo: Editora da UNESP, 1993.

RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.) O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004). Bauru: EDUSC, 2004. p 334.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Imprensa Operária. In QUEIROZ E SILVA, R. P. de. Temas básicos de comunicação. São Paulo: Paulinas/ Intercom, 1983.

SERENI, Emilio. La Categoría de "Formación Económico-Social". In: Cuadernos Cuadernos de Pasado y Presente. 2ª edição, n. 39. Cidade do México: Siglo XXI, 1976. p.55 - 96.

SODRÉ, Nelson Werneck. História da Imprensa no Brasil. São Paulo: Martins Fontes, 1983. p 501.

VON CLAUSEWITZ, Carl. Da Guerra. Martins Fontes, 2015.

WEFFORT, Francisco C. Políticas de massas. In: IANNI, Octavio. Política e Revolução Social no Brasil, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, p 182.

Artigos

LOWY, Michael. Notas sobre a questão agrária no Brasil. Revista Brasiliense, São Paulo, n. 31, p. 55-71, set / out. 1960.

IASI, Mauro. O PT e a Revolução Burguesa no Brasil, 2014.
https://docs.google.com/file/d/0B_s4202oxQXfNzkxN2hWb2VQSIE/edit.
Acesso em: 10 abr. 2018

JARDIM, Jorge Luiz. Imprensa Operária: Comunicação e Organização. Estudos Ibero-Americanos, PUCRS, v. XXII, nº 2, p. 27-40, dezembro 1996.

PCB. Breve histórico do PCB (Partido Comunista Brasileiro). 2010. Disponível em:
<https://pcb.org.br/portal/docs/historia.pdf>
Acesso em: 30 abr. 2018

SEABRA, Raphael Lana. A *Política Operária* como prelúdio da Teoria Marxista da Dependência. 2018.

WANDERLEY, Erika Kubik da Costa. *A Institucionalização da repressão judicial na ditadura civil-militar brasileira*.

Disponível em: http://www.sinteseeventos.com.br/abcp/trabalho_ErikaWanderley.pdf

Acesso em 21-09-2018

Dissertações e Teses

DIEFENTHAELER, Sibeles da Silva. O projeto democrático e popular e a democracia de cooptação: Uma relação com o controle social no SUS e o amoldamento da classe trabalhadora ao capitalismo. Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas. Porto Alegre: UFRGS, 2018.

LEAL, Leovegildo Pereira. Política Operária: A Quebra do Monopólio Político, Teórico e Ideológico do Reformismo na Esquerda Brasileira. Dissertação (Mestrado História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1992.

LINEKER, Noberto. A Experiência Comunista da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (1961-1964). Dissertação (Mestrado História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

OLIVEIRA, Joelma Alves de. Polop: As origens, a coesão e a cisão de uma organização Marxista (1961-1967). Dissertação (Mestrado Sociologia). Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2007.

OLIVEIRA, Tiago Guimarães. Um partido contra a corrente: Teses e disputas da Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (1961-1967). Dissertação (Mestrado História). Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2015.

Revistas

DEL ROIO, Marcos. O PCB e a estratégia da revolução brasileira. IN_ Novos Temas: revista de debate e cultura marxista, n 7, 2º semestre /2012, ICP, São Paulo, 2012, pp. 217-236.

Documentários

Ruy Mauro Marini e a dialética da dependência, produzido pela Editora Expressão Popular e pela Escola Nacional Florestan Fernandes. 51 min, 2014.

Documentos da Polop

Convocatória para o 1º Congresso da Polop, julho de 1960. Rio de Janeiro. CEDEM/UNESP.

Formação básica nº 2, aula x, in Curso Básico da ORM – PO, set/1967. CEDEM/UNESP.

O que é o Jornal, Data provável 1964 - p.1. CEDEM/UNESP.

Programa Socialista para o Brasil. 1967 CEDEM/UNESP.

Diretrizes para uma Política Operária. *Revista Política Operária nº6*, março-setembro de 1963.

Qual o Significado Político de um Brizola? Polop, S\D, provavelmente 1964. CEDEM/UNESP.

Série de Documentos escritos por Eric Sachs: I – Aonde Vamos?; II – As Causas do Reformismo; III – Governo de Transição; IV – Foco e Revolução. As partes I e IV foram divulgadas assinadas pelo CN (Comitê Nacional) da Polop entre abril e julho de 1967.

Periódicos da Polop

Jornal Política Operária nº1 – janeiro de 1962. Rio de Janeiro. Acervo do Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Jornal Política Operária nº2 – abril de 1962. Rio de Janeiro. Acervo do Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Jornal Política Operária nº3 – maio de 1962. Rio de Janeiro. Acervo do Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Revista Política Operária nº4 - Outubro de 1962. São Paulo. Acervo do Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Revista Política Operária nº5 - Janeiro e fevereiro de 1963. Rio de Janeiro. Acervo do Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Revista Política Operária nº6 - Lançada entre março e setembro de 1963. Rio de Janeiro. Acervo do Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Revista Política Operária nº7 – outubro de 1963. Rio de Janeiro. Acervo do Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Jornal Política Operária nº8 – 15 a 21 de janeiro de 1964. São Paulo. Acervo do Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Jornal Política Operária nº9 – 22 a 28 de janeiro de 1964. São Paulo. Acervo do Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Jornal Política Operária nº10 – 29 de janeiro a 4 de fevereiro de 1964. São Paulo. Acervo do Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Jornal Política Operária nº11 – 05 a 18 de fevereiro de 1964. São Paulo. Acervo do Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Jornal Política Operária nº12 – 27 de fevereiro a 4 de março de 1964. Rio de Janeiro - São Paulo. Acervo do Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Jornal Política Operária nº13 – 12 de março de 1964. Rio de Janeiro - São Paulo. Acervo do Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Sites visitados

<http://memorialdademocracia.com.br/card/goulart-entrega-carta-de-demissao/docset/1577>
Acesso em 19/10/201

<http://ru.iiec.unam.mx/3094/1/EstratII.pdf>
Acesso em 21/10/2018

<http://ru.iiec.unam.mx/3093/1/Estratel.pdf>
Acesso em 21/10/2018

<http://memorialdademocracia.com.br/card/goulart-entrega-carta-de-demissao/docset/1577>
Acesso em 13/09/2018

<http://centrovictormeyer.org.br/Polop/>
Acesso em 13/11/2018